

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALINE DE AGUIAR TASCA

**FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO CRÍTICA A PARTIR DA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL**

FLORIANÓPOLIS

2010

ALINE DE AGUIAR TASCA

**FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO CRÍTICA A PARTIR DA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, Departamento de
Serviço Social, Centro Sócio-Econômico,
Universidade Federal de Santa Catarina.**

Orientadora: Prof^ª Me. Mirella Rocha.

FLORIANÓPOLIS

2010

ALINE DE AGUIAR TASCA

**FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO CRÍTICA A PARTIR DA
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof^a. Me. Mirella Rocha

1º Examinador

Prof^a. Dr^a. Beatriz Augusto de Paiva

2º Examinadora

Prof^o. Dr^o Ricardo Lara/ UFSC

Florianópolis, 15 de dezembro de 2010

A conquista da liberdade é algo que faz tanta poeira,
que por medo da bagunça,
preferimos, normalmente, optar pela arrumação.

Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos aos meus pais Valdemar e Eliana, por me fazer seguir em frente e nunca desistir. Dedico este trabalho a vocês!

À minha mãe, pelo carinho, apego, palavras de amor, por ser acima de mãe, uma amiga. Não tenho nem palavras para agradecer tudo o que você fez por mim. Seu amor incondicional me fez o que sou hoje. Muito obrigada mãe, por tudo, uma vida inteira ainda não é suficiente para agradecer. Te amo!

Ao meu pai, meu primeiro professor. Seus ensinamentos valem por toda uma vida, e neste momento, agradeço por todos eles: pelas discussões críticas, que me ensinaram a sempre contestar o posto, e na renovação, ser o primeiro a criticar novamente.

Ao meu irmão Lucas, por tudo que passamos, pelas conversas mesmo que raras, pelas brincadeiras, pelas ajudas, por ser parte de mim.

Ao Denyam, aquele que muito além de namorado, foi um amigo. Enxugou minhas lágrimas quando tudo parecia escuro e sem saída e me apresentou a luz e a alegria; me apoiou em todos os momentos dessa caminhada, segurando minha mão e com seu abraço, devolvia a paz. Por me esperar, sem ao certo saber quando. Por me entender, e em muitos momentos, pensar muito mais em mim, que em si próprio. Amo você!

Às minhas amigas de faculdade Nadja e Priscila. Meninas, a nossa jornada nunca será esquecida, nem o “trio ternura”. São nesses momentos em que olhamos pra trás e vimos como tudo valeu a pena!!! Obrigada por tudo. De coração.

Gaby, maninha do meu coração, obrigada pelas palavras, pelo carinho, pela amizade: você é a irmã que a vida me deu de presente. Por sua preocupação comigo, nossas histórias, sonhos, angustias, risos. Você faz parte de mim. Te amo.

Amigos do Instituto Guga Kuerten: Raquel, Michelly, Gabriel e Marcelo. Galera vocês são demais! Ficarão sempre na memória e no coração...

À minha supervisora de campo Suelen. Muito além de uma supervisora, uma companheira que pude dividir minhas angústias e frustrações cotidianas, e com seu brilhantismo, sempre me encorajou.

À minha orientadora de Mirella. Pela dedicação ao meu trabalho e por fazer dele, parte seu, com uma verdadeira *orientação*, e que me ensinou muito, além do escrito.

Aos professores doutores examinadores de Banca, Beatriz Augusto de Paiva e Ricardo Lara. Agradeço a vocês por deixar com que esta pesquisa tomasse rumos maiores que o esperado.

A todos os meus amigos que mesmo não estando presentes em todos os momentos, torceram por mim nessa caminhada, e que de alguma forma, foram essenciais. Obrigada!

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,
que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos,
que nos levam sempre aos mesmos lugares.
É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre,
à margem de nós mesmos.*

Fernando Pessoa

RESUMO

TASCA, Aline de Aguiar. **Serviço Social e Família: Ensaio de interpretação crítica a partir da produção do conhecimento no Serviço Social**. 157f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo a análise da produção do conhecimento no Serviço Social sobre a temática da família com ênfase na sua relação com o Serviço Social e também com as políticas sociais, tendo em vista problematizar a dimensão contraditória de acesso aos direitos que a família encerra e desvendar as tendências da produção teórica em curso. Outrossim, se a família assume importância ímpar como sujeito das políticas sociais, cabe analisar de fato, como vem sendo abordado, interpretado e aludido este sujeito nas diversas dimensões teóricas que perpassam a profissão do Serviço Social. O referencial teórico-metodológico utilizado se baseia na perspectiva *materialista-dialética*, pois a necessidade de pensar a produção do conhecimento publicada requer uma sistemática análise pautada na totalidade dos fatos. Os recursos metodológicos se baseiam em dois planos analíticos complementares: pesquisa teórico-bibliográfica e problematização no campo da produção do conhecimento no serviço social brasileiro veiculado aos periódicos *Revista Serviço Social & Sociedade* e *Revista Katálysis* e os *Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS*, a partir do ano 2000. Foram catalogados 180 artigos, separados em sete eixos temáticos, dos quais, uma amostragem de dois artigos por cada eixo, escolhido de forma aleatória, somando o total de 14 artigos auferem a análise da pesquisa, sendo os eixos: a) Família e Violência; b) Família e Segmentos Sociais Vulneráveis: crianças, adolescentes, idoso e proteção social; c) Família e gênero; d) Processos de intervenção do Serviço Social com famílias; e) Família e Saúde; f) Família e proteção social não-contributiva: pobreza e programa de transferência de renda e g) Família: conceitos, tipologias, transformação e centralidade na proteção social. Buscou-se averiguar nesta pesquisa, os caminhos “tortuosos” e fragmentados que perpassam a produção do conhecimento do Serviço Social ante a família, o qual encerra o aporte teórico-metodológico das inflexões profissionais em sua dimensão interventiva.

Palavras-chave: Família, Produção do Conhecimento, Serviço Social, Política Social.

LISTA DE SIGLAS

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

IGK – Instituto Guga Kuerten

ONG – Organização Não-Governamental

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSF – Programa Saúde da Família

SF – Saúde da Família

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da Produção do Conhecimento no Serviço Social acerca do Sujeito Família referenciados por Eixo Temático	58
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS: CONTRADITÓRIA DIMENSÃO DO ACESSO AOS DIREITOS	18
1.1.FAMÍLIA: PROBLEMATIZANDO A FAMÍLIA COMO O SUJEITO DA POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA.....	18
1.2. SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: PENSANDO A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL.....	31
1.2.1 Breve contexto-histórico do Serviço Social no Brasil: a inserção do Assistente Social no âmbito familiar.....	31
2. SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	48
2.1. A CONSTITUIÇÃO SINCRÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL E O CONSERVADORISMO PÓS-MODERNO.....	48
2.2. SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: ENSAIO CRÍTICO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL.....	57
2.2.1 Família e Violência.....	60
2.2.2 Família e Segmentos Sociais Vulneráveis: Criança, Adolescente, Idoso e Proteção Social.....	63
2.2.3 Família e Gênero.....	66
2.2.4 Processos de Intervenção do Serviço Social com Famílias.....	70
2.2.5 Família e Saúde.....	76
2.2.6 Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda.....	80
2.2.7 Família: conceitos, tipologias, transformação e centralidade na proteção social....	83
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE	98

INTRODUÇÃO

A relação do Serviço Social enquanto profissão constituída na divisão social e técnica do trabalho, com a família, tomada como sujeito de intervenção profissional é de longa data¹.

No Brasil, o Serviço Social aparece como profissão e adentra no espaço sócio-ocupacional na idade do capitalismo monopolista. Tem sua origem marcada nos meados dos anos 30 do século passado, no momento em que o Estado passa a intervir diretamente nas relações de força de trabalho e regulando os níveis de lutas sociais, através das políticas sociais, passa a intervir diretamente na chamada “questão social”. Através da iniciativa particular da burguesia, vinculada ideologicamente pela Igreja Católica (vertentes oriundas da concepção de serviço social franco-belga, e posteriormente norte-americana) as primeiras Assistentes Sociais em meio ao movimento católico, fazem seus primeiros passos operacionais, como agente profissional nas relações sociais, atuando impreterivelmente com as famílias operárias, sendo sua intervenção voltada ao soerguimento moral e social das famílias.

Na atualidade, temos nas políticas e programas sociais a família, cuja matriz adquire centralidade nestas ações. Essa característica se deve ao fato da família exercer importante papel como unidade social básica, de cuidado, proteção e desenvolvimento dos seus membros. Observamos essa centralidade na Política Nacional de Assistência Social, que tem como base de organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a matricialidade sócio-familiar. Na área da saúde, temos o Programa Saúde da Família – PSF, como proposta de ampliar a definição de proteção básica instituída no Sistema Único de Saúde – SUS. No programa social de transferência de renda, temos no Programa Bolsa Família – PBF, que articulou em determinado tipo de família, a junção de outros benefícios sociais anteriormente existentes. Tem-se entre outras políticas a focalização das ações na família, constituindo este sujeito como matriz na agenda política não só do Brasil, mas em diversos países da América Latina.

Portanto, de partida, importa salientarmos que a reposição da família no campo das políticas sociais públicas e o enfoque teórico-metodológico do debate – referido a importância

¹ Já de início, importa salientarmos que partimos do pressuposto que só existem dois sujeitos na sociedade capitalista: o indivíduo e a classe. Conforme será detalhado e referenciado no decorrer do trabalho, procuramos, por meio das análises desenvolvidas nesse estudo, problematizar a família tomada como sujeito – seja das políticas sociais ou da intervenção profissional do serviço social.

de atentarmos para os novos arranjos familiares, no sentido de fortalecermos e ampliação da proteção pública de forma adequada² – bem como a proposta de estágio curricular obrigatório junto ao Programa “Campeões da Vida” do Instituto Guga Kuerten nos semestres 2010-1 e 2010-2 motivaram a presente proposta de estudo, que materializou o presente TCC.

Com respeito ao primeiro apontamento, em virtude das contradições que se recolocam e aprofundam para a prática profissional do Serviço Social, a partir da reposição da família como núcleo-central de proteção social, *uma vez que tanto a descaracterização das responsabilidades governamentais, frente aos direitos sociais, quanto à reedição dos esquemas controladores junto aos grupos familiares, em substituição aos projetos coletivos de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes, se inscrevem como estratégias permanentes de esvaziamento do potencial político das políticas sociais* (PAIVA, 2006).

Com respeito ao segundo apontamento, a experiência enquanto estagiária de Serviço Social junto ao Programa de Esporte e Educação “Campeões da Vida” do Instituto Guga Kuerten gerou indagações que vinham do fazer cotidiano. O Programa tem como objetivo desenvolver projetos que utilizem o esporte, inicialmente o tênis, para promover através de ações educacionais e esportivas, o desenvolvimento pessoal e social, de crianças e adolescentes de baixa renda ou em vulnerabilidade social

Neste sentido, a proposta principal de atuação é a mediação/articulação entre a Escola e a Família das crianças e adolescentes participantes do Programa e a Ação Complementar (Projetos IGK). O contato com as famílias se fez presente constantemente durante o período do estágio: reuniões de pais e responsáveis, “Semana da Família”, momento em que os responsáveis participavam em atividades com seus filhos/educandos, e de forma mais ativa e direta com a experiência interventiva em ações sócio-educativas com famílias, as visitas domiciliares e algumas vezes com o acompanhamento social. Foi desta última ação que o tema sobre as famílias, e o papel do Assistente Social neste espaço me interessou e desafiou um aprofundamento teórico sobre o assunto, fomentando a constituição deste Trabalho.

A experiência neste espaço evidenciou – a partir do processo de intervenção profissional – a necessidade da análise crítica, acerca dos elementos teóricos que referenciam o trabalho do Assistente Social com a família, pautado em princípios éticos e político-emancipatórios, a fim de que, a ação profissional realizada – em qualquer âmbito de atuação

² Cf. Paiva, Rocha e Carraro (2009).

profissional – não se evidencie em posturas profissionais policiaescas, de moralização com respeito aos papéis ideais, como também, da psicologização dos problemas sociais.

Ademais, uma preocupação fundamental que também ensejou a pesquisa que compõe as análises do presente trabalho, refere-se à forma como a centralidade histórica da família nos processos de intervenção profissional do Serviço Social e sua reposição no cerne das políticas sociais na atualidade são assimiladas no debate teórico do Serviço Social brasileiro. Segundo análise de Guerra (2010), sabe-se que o conjunto dos conhecimentos produzidos e acumulados pela profissão resultado de estudos, investigações, pesquisas, muitos deles enriquecendo o acervo das ciências humanas e sociais, os quais lhe permitiram avanços significativos nos últimos 30 anos, não vem priorizando conhecimentos que subsidiem o exercício profissional competente, crítico e comprometido.

Essa assertiva, em tempos da *modernidade líquida* e seus efeitos sobre a produção teórica se evidenciam com o avanço do neoconservadorismo em época na qual impera a pós-modernidade. Em Santos (2007), vemos que a pós-modernidade tem como combate principal a teoria social de Marx, e no âmbito do Serviço Social, esta perspectiva aliada ao sincretismo ideológico da profissão, “somada à também já histórica afeição pelas dimensões “microssociais” da realidade, potencializam a simplificação”, (SANTOS, 2007, p. 84), acarreta em uma verdadeira *mutilação do acervo ontocategorial* da profissão. O presente estudo se torna ainda mais central neste panorama, pois retoma a perspectiva crítica em tempos de pós-modernidade, a qual vem se aproximando da profissão.

Face aos elementos expostos, neste Trabalho de Conclusão de Curso, o objetivo é analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro no período 2000 a 2010 sobre família, com ênfase na sua relação com o próprio Serviço Social e também com as políticas sociais, tendo em vista problematizar a dimensão contraditória de acesso aos direitos que a família encerra e desvendar as tendências da produção teórica em curso.

O material de pesquisa são os artigos das revistas Serviço Social e Sociedade, Katálisis e os Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. A pesquisa é teórico-bibliográfica com a técnica de análise temática e está assentada no pressuposto de que “a produção do conhecimento torna-se relevante quando tem como meta a busca de explicações das contradições da realidade social.” (LARA, 2008).

A presente pesquisa está embasada na perspectiva dialética-materialista. A necessidade de pensar a produção do conhecimento publicada nos anos referidos requer uma sistemática análise essencialmente crítico-dialética. O método dialético-materialista constitui a base

filosófica do marxismo, que se evidencia como a vertente que se contrapõe a lógica formal dominante.

Busca-se alcançar o real, que consiste na apreensão da realidade em que os homens produzem sua vida material, pois o modo de produção que vive os homens determina a estrutura social a que se vive. Assim, o método tende a empreender a visão do real concreto, aquele que se constitui de uma visão ampla da totalidade na compreensão dos fenômenos sociais. Por seu um método que não permanece estagnado, se constitui como uma maneira de considerar as coisas a partir do processo do homem, em suas ações e condições da vida material. (MARX; ENGELS, 2007 *apud* ROCHA, 2009)

Para tanto, foram definidos como procedimentos metodológicos dois planos analíticos complementares:

- 1) Pesquisa teórico-bibliográfica do tipo "pesquisa qualitativa crítica e válida": a observação qualitativa crítica é fundamental na explicação do funcionamento das estruturas sociais, é preciso analisar as implicações sociais que as diferentes concepções teóricas imprimem à análise da sociedade. (RICHARDSON, 1999)
- 2) Pesquisa e problematização no campo da produção do conhecimento do serviço social brasileiro veiculado inicialmente ao periódico Serviço Social e Sociedade, tendo avançado para outras fontes supracitadas, conforme mencionamos. A seleção dos artigos seriam aqueles que tivessem na palavra-chave, primeiramente a categoria "família" combinada com outra categoria, podendo ser políticas sociais ou Serviço Social, delimitando, assim, nosso foco de análise.

Cabe destacar, portanto, que inicialmente o segundo plano analítico da pesquisa estava restrito ao periódico de maior circulação nacional, porém verificou-se em levantamento preliminar na Revista Serviço Social e Sociedade, que o número de artigos com esse corte na primeira régua cronológica definida para a pesquisa (1993-2010) era ínfimo, sendo necessária a ampliação desse plano analítico: partimos assim também para a Revista *Katálisis*, um dos periódicos científicos de maior prestígio acadêmico para a área do Serviço Social no país e – considerando que também com essa ampliação não obtivemos o material necessário – ademais de ambos os periódicos optamos por alargar as fontes da pesquisa para os Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, por ser o maior congresso político da categoria, oportunizando desta forma uma pesquisa mais abrangente. A seleção por palavras-chave também teve uma maior ampliação, proporcionando que demais estudos relacionados à categoria família fossem contemplados.

Desse modo, temos que o segundo plano analítico da pesquisa se desenvolveu a partir das seguintes etapas:

- a) Quantificação dos artigos produzidos relativos à categoria “família”, nas fontes supracitadas, no período 2000-2010.
- b) Elaboração do quadro sinóptico da pesquisa, constando além da fonte, autores, título e ano também o resumo do debate teórico dos artigos pesquisados³.
- c) Categorização da produção teórica pesquisada por eixos temáticos.
- d) Seleção de amostragem para análise de conteúdo de alguns artigos.

A hipótese analítica com a qual trabalhamos, buscou relacionar a constituição sincrética do Serviço Social (Netto, 1992), aliada ao peso do conservadorismo no tecido profissional com a incorporação acrítica da família como eixo central das políticas sociais e nos históricos processos de intervenção do Serviço Social, expressa na quase totalidade da produção teórica da profissão analisada dos últimos 10 anos, numa perspectiva crítica, sobretudo.

O trabalho que se segue está dividido em duas grandes seções. Na primeira seção realizamos um levantamento sobre a política social no Estado capitalista, articulando a matricialidade sócio-familiar como eixo fundamental desta política, assim como a controversa relação da família com o Estado. Em seguida, abordamos a intervenção profissional do Assistente Social com as famílias, e para tanto, levantamos brevemente o contexto sócio-político que fez emergir o profissional do Serviço Social, atuando essencialmente com as famílias operárias, no intuito de problematizar as contradições do exercício profissional, cujos traços seguem presentes na atualidade.

Na segunda seção nos debruçamos sobre a problematização da natureza sincrética do Serviço Social e a constituição das matrizes e fundamentos teórico-metodológicos da profissão. Nesse sentido, referenciamos e analisamos o caldo conservador existente desde a origem da profissão e a perspectiva pós-moderna que repõe em outras dimensões os elementos conservadores presentes na constituição ídeo-teórica do Serviço Social, obstaculizando a própria materialidade do projeto ético-político profissional. Após tal análise, expomos o resultado da pesquisa com respeito a produção do conhecimento no Serviço Social com análise de conteúdo de alguns artigos pesquisados, cuja amostragem foi extraída das revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis e também dos Anais do CBAS, ambos dos anos de 2000 a 2010. A análise dos artigos está situada a partir dos eixos temáticos, através

³ Constante do Apêndice desse estudo.

dos quais empreendemos uma categorização analítica, tendo redundado em 7 eixos temáticos e 14 artigos (dois por eixo). Desse modo pudemos vislumbrar as tendências da produção do conhecimento no Serviço Social afeto a família, bem como problematizar as perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas expressas nessa produção nos últimos 10 anos.

Finalmente, importa referenciar que o presente trabalho, ao buscar conhecer os rumos teóricos que vem sendo traçados pela produção teórica do Serviço Social sobre família, parte do pressuposto que a pesquisa e a produção do conhecimento são indispensáveis para a transformação da realidade social, pois tanto no âmbito das disputas teóricas existentes – veladas ou abertamente – quanto nos processos de intervenção profissional do Serviço Social, urge desencadearmos análises críticas da realidade social, que sejam capazes de considerar o movimento real e histórico da sociabilidade burguesa, bem como suas refrações na vida social, no intuito de adensarmos nosso compromisso ético e político no tempo presente. Essa análise nos permite recapitular o vínculo genético das políticas sociais – e em alguma medida também da profissão – com a luta de classe, de modo a nos possibilitar referenciar a classe trabalhadora como sujeito da intervenção profissional, ainda que transfigurada em família e/ou usuários de serviços, programas ou projetos sociais.

Ademais, o projeto ético-político da profissão e a matriz teórico-metodológica sedimentada na tradição teórica marxista referencia o compromisso com o constante aprimoramento intelectual do profissional, o que acaba por colocar a pesquisa como instrumental imprescindível, e a postura investigativa do profissional como essencial na superação da instrumentalização da teoria e da ação pragmática, vislumbrando assim, a materialidade ético-política da atuação profissional do Serviço Social, que preconiza a erradicação de toda forma de exploração, opressão, alienação, visando uma ordem societária que rompa com a atual dominação de exploração de classe, gênero e etnia, portanto, libertária e não capitalista.

1. FAMÍLIA: PROBLEMATIZANDO A FAMÍLIA COMO SUJEITO DA POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA

Este capítulo terá como ponto de análise principal a importância da inserção das famílias nas Políticas Sociais e o papel que assume o Serviço Social ante esta relação. Será fundamental para o debate em questão, compreender por que as famílias atingem o nível privilegiado nas ações da Política Social, assim como sua importância para a sociedade e para os indivíduos que fazem parte dela. Em torno das políticas sociais, elencaremos sua existência no Estado capitalista, sua importância e a relação intrínseca com o modo de produção da sociedade que vivemos.

Na primeira parte deste capítulo será abordada a família. Faz-se necessário o aprofundamento teórico desta instituição, a fim de abarcar sua essencialidade nas políticas sociais, como também, problematizar a relação controversa entre o Estado e a Família no capitalismo, e para isso, será feita uma elucidação acerca das políticas sociais e sua função na sociedade capitalista monopolista presente.

Na sequência, a discussão visa problematizar a intervenção do Serviço Social com as famílias, e sua atuação tradicional de adequar as famílias à ética burguesa e de moralizá-las para o trabalho. Uma breve contextualização sobre a profissão, a fim de esboçar o tecido histórico-social que influenciou o surgimento do Serviço Social e seu início de intervenções contraditórias se torna imprescindível para abarcar nossa reflexão sobre a profissão até os dias atuais.

1.1. FAMÍLIA: PROBLEMATIZANDO O SUJEITO DA POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA

Antes de adentrarmos à problemática sobre as famílias nas políticas sociais, torna-se necessário inicialmente travar certas considerações acerca da política social no Estado capitalista. Sendo necessário, portanto, elucidar o movimento político e social que caracterizam os determinantes das políticas sociais na conjuntura da sociedade burguesa, consolidada e madura.

Segundo Netto (1996), no último quartel do século XIX o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo monopolista, gerando transformações econômicas que incidem vertiginosamente na estrutura social e política das sociedades nacionais que envolvia.

Elucidando esta passagem, temos que “o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.” (NETTO, 1996, p. 15)

Com a constituição da organização monopólica, os lucros capitalistas se expandem através do controle dos mercados, gerando na economia capitalista um redimensionamento de sua dinâmica sócio-econômica: os preços das mercadorias sobem; a taxas de lucro aumentam nos setores monopolizados; os custos de vida também sobem; economiza-se o trabalho vivo.

O Estado também se altera; como um poder extra-econômico, atua “como o cioso guardião das *condições externas da produção capitalista*” sendo assim, “as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*.” (NETTO, 1996, p. 20-21, grifo do autor)

Na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, um elemento novo se instaura na dinâmica contraditória do Estado: este passa agora a preservar e a controlar a força de trabalho excedente, na perspectiva de “regular sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio” (NETTO, 1996, p.23).

Paralelamente a transição para o capitalismo dos monopólios tem-se a organização e mobilização do proletariado, da massa dos trabalhadores como também, o aparecimento de partidos operários de massas. As lutas e mobilizações sociais que aparecem nessa nova face do capitalismo monopolista colocam para o Estado, a tarefa de reprodução da força de trabalho.

E é neste contexto – e somente neste contexto – que o Estado intervém sob as mazelas ocasionadas pela ordem burguesa: assim, as expressões da “questão social” se tornam alvo das medidas de política social. A luta de classes é o elemento fundamental nesse contexto, pois é a partir da luta social dos trabalhadores, que dialeticamente se articula a atenção as suas demandas e as necessidades da reprodução tipicamente capitalista, através da implantação da política social.

Acerca deste contexto, Netto (2006, p. 25) complementa dizendo:

O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável de demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este

processo é todo ele tensionado, não só por exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária.

Essa conjuntura social, com as agudizações das lutas sociais do período, não enfraquece a ordem econômica do monopólio, mas, ao contrário, implica em uma nova aparência contraditória e fortalecedora do sistema estatal: ao mesmo tempo com que legitima sua funcionalidade econômica e opera a favor dos interesses do monopólio, fornece respostas positivas às classes subalternas, com o propósito de colocar tais classes direta ou indiretamente a serviço da maximização dos lucros da ordem vigente.

De acordo com a análise de Abranches (1987), através do mecanismo política social o Estado atua na contramarcha dos processos de exclusão social, deflagrados pela ordem do capital. Em suas considerações acerca da política social, Abranches (1987, p. 11) expõe que:

A política social intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade. A ação social do Estado diz respeito tanto à promoção da justiça social, quanto ao combate à miséria, embora sejam objetivos distintos. No primeiro caso, a busca da equidade se faz, comumente, sob a forma da garantia e promoção dos direitos sociais da cidadania. No segundo, a intervenção do Estado se localiza, sobretudo, no campo definido por escolhas políticas quanto ao modo e ao grau de correção dos desequilíbrios sociais, através de mudanças setoriais e reformas estruturais baseados em critérios de necessidade.

Para além dessa análise que referencia um Estado neutro, atuando em prol da cidadania e da justiça social, é preciso considerar o movimento concreto da produção e reprodução na sociedade capitalista, bem como a dinâmica dada pela conjuntura, a partir do movimento real da luta de classes, conforme analisado por Netto (1996).

Nesse sentido, importa considerar que em Paiva e Ouriques (2006), temos que a política social tanto é um mecanismo que socializa os custos da reprodução, como também de estratégia, acionada nessa nova fase de regulação capitalista. Sobre esta estratégia de regulação capitalista, valem as acepções de Paiva, Rocha e Carraro (2009) sobre a política social, que:

enquanto produto do processo de produção e reprodução das relações sociais em dado período histórico, se colocam como alvo da ação estatal; inicialmente como amortizadoras do conflito social e da luta operária – pela ameaçava que punham à ordem burguesa – e, em seguida, refuncionalizam-se para atender também as demandas decorrentes da reprodução social tipicamente capitalista. (2006, p. 47)

Diante dessa lógica, pode-se concluir que é através da política social que o Estado capitalista monopolista administra as expressões da “questão social” próprias da ordem do capital. O Estado atua no controle e preservação da força de trabalho, regulamentando a relação dos capitalistas e trabalhadores: ao exército industrial de reserva, por exemplo, cabe o seguro social. Essa orientação econômico-social assegura o desenvolvimento do monopólio ao mesmo tempo em que respalda para o Estado a imagem de “social”: através das mobilizações e reivindicações das classes subalternas, o Estado passa a intervir mediante políticas sociais nas demandas emergentes, criando certa representatividade àqueles que foram atendidos por ele.

Uma particularidade importante a ser analisado sobre a lógica das políticas sociais é a forma com que esta se autua. O Estado intervém na “questão social” de forma fragmentada, pois incide nas *refrações* de suas mazelas, e não nela própria:

enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (*o* desemprego, *a* fome, *a* carência habitacional, *o* acidente de trabalho, *a* falta de escolas, *a* incapacidade física etc.) e assim enfrentadas. (NETTO, 1996, p. 28)

Segundo análise de Netto (1996) as desigualdades sociais, o desemprego, a ausência de escolas e creches, o ínfimo salário, enfim, as expressões da “questão social” são revestidas em políticas sociais específicas, que atuam fragmentadamente nessas chamadas “disfunções” sociais, e que, “podem compensar uma certa defasagem temporária entre produção e consumo, [no entanto] elas (as políticas sociais) não resolvem a crise, nem a contradição fundamental entre produção e consumo” (FALEIROS, 1991, p. 60).

Sendo assim, oculta-se o vínculo de classe da política social pública, ao passo que se obscurece a contradição fundamental da sociabilidade capitalista, dada pela relação capital/trabalho e, ademais, a fragmentação das formas de satisfação públicas das demandas sociais através das políticas sociais, emperra o processo de reconhecimento pela classe trabalhadora do caráter coletivo das suas demandas sociais e também dos direitos sociais, o que constitui entrave para os processos de luta organizada da classe trabalhadora.

Temos, assim, que a política social constitui mecanismo essencialmente contraditório na sociabilidade do capital: ao mesmo tempo que controlam e estigmatizam a população, escondem delas as contradições próprias da sociedade burguesa e permitem também – pelo

mesmo mecanismo, a atenção as reivindicações da classe trabalhadora e satisfação de suas necessidades.

Nessa perspectiva, cabe referenciar as análises de Paiva e Ouriques:

Desta forma, cabe pensar as políticas sociais para além do horizonte da mera estratégia de acomodação de conflitos ou caridade social, o que requer referenciá-las no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas, de maneira que as políticas sociais não possibilitem somente reduzir as manifestações mais agudas da pobreza, através da ampliação dos serviços sociais básicos e seu acesso, mas, sobretudo, permitam que a política social torne-se um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 171).

Esse é um importante horizonte para o campo das políticas sociais, de modo que pretendemos, nessa direção, contribuir com esse debate na esteira do projeto ético-político do serviço social, através da análise crítica da denominada matricialidade sócio-familiar das políticas sociais, bem como da reflexão sobre a incorporação acrítica da família nos processos de trabalho do serviço social.

Em estudo recente, Paiva, Rocha e Carraro (2009) evidenciaram que o processo de precarização da proteção social pública, levado a cabo ao longo das décadas de 1980 e 1990 como consequência da implementação das medidas de ajuste fiscal na América Latina, gerou não só a descaracterização das responsabilidades governamentais, frente aos direitos sociais, mas também e sutilmente a reedição dos esquemas controladores junto aos grupos familiares, em substituição aos projetos coletivos.

Tal hipótese foi comprovada através de um estudo bibliográfico documental da proteção socioassistencial pública em alguns países do continente. No Brasil, as recentes regulamentações nesse campo, em torno da política de assistência social, assumem a família como eixo central organizador da proteção social, por reconhecê-la como “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (BRASIL, 2004). A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 assume, portanto, a matricialidade sócio-familiar para estruturação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, ainda é o lócus por excelência na história da humanidade onde aprendemos a ser e a conviver. É mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, limitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja

dinâmica cotidiana é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas, a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004, p. 33-34)

É inegável que a família exerce um importante papel na reprodução da vida social, sendo fundamental nessa sociabilidade para a manutenção econômica dos seus membros, atuando como uma rede de proteção. Estes laços de proteção se evidenciam principalmente nas famílias subalternas, resultando em famílias extensas e com uma razão: “há uma troca permanente de serviços, um apoio de todas as horas e para todos os problemas” (CARVALHO, 1997, p. 15). Em Pereira (2004, p. 18), temos que a família “é um lócus privilegiado de solidariedades, na qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a insegurança da existência”.

Com relação ao cuidado dos seus membros, Mioto (1997, p. 120) define a concepção de família e elucida em parte estes cuidados fraternais.

A família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido

Nessa sociabilidade, a família é geradora de formas comunitárias de vida, mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, espaço em que aprendemos a ser e a conviver. É nela que são refletidos e dela se faz refletir as mudanças que ocorrem na sociedade; é na família que são reproduzidos a subjetividade de seus membros, que se socializam os laços de solidariedade e lugar que seus indivíduos encontram referência e lugar de pertencimento.

Traçadas tais considerações se torna possível visualizar a importância que a família exerce nos seus indivíduos, permitindo que tenham concepções acerca de si e da sociedade em que vivem, construindo identidades sociais, transgredindo legados biológicos, cuidando e protegendo seus membros cada uma de acordo com a realidade social que se insere.

Diante das considerações acerca da importância da família, como unidade social básica nessa sociabilidade, devemos travar certas considerações críticas acerca da sua valorização e centralidade no campo das políticas sociais públicas, pois acreditamos que a referência na chamada matricialidade sociofamiliar: i) oculta as contradições típicas da sociedade burguesa, relativas à contradição fundamental dada pela relação capital x trabalho; ii) tende a piorar o processo de reprodução material e social da vida das famílias, ao passo que transfere a responsabilidade pela proteção dos seus membros exclusivamente para a família.

A centralidade da família no campo das políticas sociais públicas faculta o processo de psicologização da vida social, a partir da culpabilização dos seus indivíduos, e também da individualização do atendimento e da fragmentação das políticas sociais, além da precarização da proteção social pública que incide na transferência de responsabilidades para as famílias. Importa destacar que essa processualidade é orgânica às dinâmicas próprias da sociedade capitalista, haja vista a importância da família como espaço privado de reprodução das relações sociais tipicamente capitalistas.

Netto (1996) vai referenciar muito bem essa sentença, analisando que processo de psicologizar a vida social é intrínseco à ordem monopólica, no sentido da sua legitimação.

A tendência a psicologizar a vida social, própria da ordem monopólica, é tão compatível com os processos econômico-sociais que o imperialismo detona quanto se manifesta adequada à sua reprodução – mas sobretudo se revela como um importante lastro legitimador do existente. (NETTO, 1996, p. 40).

Em Faleiros (1991, p. 57) temos que “ao implantar políticas sociais com intenção de reintegrar os desviados sociais, estes são marcados pela própria existência dessa política sociais em relação ao desvio, agora definido oficialmente como anormal”. Diante disso, temos a transferência de ação do Estado capitalista para o âmbito privado (pessoal): converte-se as expressões da “questão social” em problemas sociais, dos quais através da ótica da individualização, se transformam em problemas pessoais, colocando nos indivíduos a responsabilidade por estarem em tal situação.

Carvalho (1997, p. 12) em suas colocações sobre a política social elucida que passamos a fragmentar os indivíduos na forma da atenção pública; e diante do reconhecimento e garantias de direitos sociais, estes acabam por enviesar “o nosso olhar no contexto do fetiche capitalista da mercadoria”. Sendo assim, a autora enumera três processos que caracterizam as políticas sociais:

- os direitos dos indivíduos de *per si* (criança, mulher, negro, idoso...);
- a fragmentação dos indivíduos em necessidades transformadas em direitos *per si*: direito à saúde, educação, transporte...;
- a psicologização das relações sociais.

Na sociabilidade capitalista, “normalmente” o indivíduo deveria – com sua força de trabalho e com seu salário – satisfazer suas necessidades e manter sua família; no entanto, quando estes não conseguem, “vêm-se censurados socialmente pelas próprias políticas

sociais, que atribuem, então ao indivíduo, seu *fracasso*.” (FALEIROS, 1991, p. 58, grifo do autor).

A centralidade da família implica, pois, na moralização da chamada “questão social”, à medida que é transferido para a família o encargo das supostas *insuficiências e inadaptação* dos indivíduos, culpabilizando a esfera privada das relações familiares por demandas sociais que em essência são históricas e estruturais.

Neste ínterim, podemos observar que ação do Estado no âmbito das políticas sociais públicas acaba por constituir uma intervenção policialesca sobre a vida particular dos sujeitos. Temos as considerações de Paiva, Rocha e Carraro (2009) neste sentido:

Essa visão moralista extrai as relações sociais do contexto histórico e dialético em que se inscrevem os sujeitos e resulta em outro delineamento conservador e tutelador da política social, a qual deve servir para *endireitar as condutas* familiares. Ou seja, tal perspectiva, a nosso ver, não se mostra capaz de abarcar uma visão de totalidade, em outros termos, desde a forma como a sociedade se organiza e se reproduz como um todo para além do espaço privado do núcleo familiar. (2009, p.89)

Podemos observar a partir dessa análise a problemática que a família causa no campo das políticas sociais públicas, com critérios de inserção cada vez mais afunilados e excludentes, e com a culpabilização dos sujeitos e famílias, elementos que acabam por operar pela subalternização dos sujeitos.

Nesse sentido, Paiva, Rocha e Carraro (2009), refletindo acerca da matricialidade sócio-familiar, destacam que a centralidade da família encerra em duas contradições no interior nas ações da política social: “1) o papel coercitivo do Estado e sua intervenção no âmbito privado das relações; 2) a depreciação das esferas coletivas no âmbito político” (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2006. p. 91-92). Visando avançar nesse debate, é sobre a contraditória dimensão do acesso aos direitos, na relação Estado/Família, que nosso estudo irá se debruçar a partir daqui.

Para que possamos traçar linhas coerentes acerca da relação do Estado no âmbito privado das relações, neste caso, familiares, um levantamento mais aprofundado sobre o assunto a partir das análises materialistas da história se torna essencial, a fim de debatermos a partir da perspectiva da totalidade.

Engels (1981) em sua obra “A Origem da família, da propriedade privada e do Estado” faz a articulação entre estes três eixos, mostrando como a esfera privada da família sofre diretamente com as influências do mercado e do Estado em suas oscilações. Engels,

parafraseando Morgan afirma que a família “é um elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado”. Coloca que a ordem social a qual vivem os homens de determinada época ou de determinado país está condicionada por duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro.

Na mesma obra, Engels constrói uma abordagem crítica sobre o modelo burguês capitalista de organização familiar, que segundo o autor, está intimamente ligado a origem da propriedade privada: no momento em que a apropriação privada passa a ser um eixo fundamental na atual sociabilidade, através da propriedade privada e do assalariamento, os homens entendem que seus bens deveriam ser entregues na mão de seus sucessores, seus filhos legítimos e, para assegurar que seus filhos realmente sejam seus filhos, a família nuclear burguesa assume a monogamia. Neste sentido, temos que a configuração atual de família é fruto da sociedade capitalista, e a mudança do matrimônio sindiásmico⁴ à monogamia revela a primeira opressão de classes que passou a existir: a opressão do sexo feminino pelo masculino. Segundo Engels (1981, p. 71):

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros.

Reich (1971) em estudo sobre a relação da família compreende que a sujeição autoritária, se dá através das relações capitalistas de um lado, e da repressão sexual, da igreja, a hierarquia social e a família autoritária de outro, ou seja, as condicionalidades autoritárias e repressivas aludidas dentro da família se caracteriza como um vasto campo de intervenção autoritária por meio do Estado. Afirma que a família é uma “fábrica de ideologias autoritárias e de estruturas conservadoras” e neste sentido, com um enfoque de Freud, acreditava que com a liberdade sexual, os membros da família poderiam se livrar do autoritarismo e consequentemente, das interferências do Estado.

Diante da questão família e autoridade, Marcuse (1984) em pesquisa sobre Hegel, comenta sobre a contraditória e dialética relação existente na articulação

⁴ Segundo Engels, a família sindiásmica é aquela que passou do estágio da família punaluaana, do casamento em grupos, e que se encontra em estágio anterior à família monogâmica. Na família sindiásmica, era estritamente proibido o adultério, somente por parte da mulher, haja vista a restrição de envolvimento com parentes consaguíneos, o que acarretou na busca por parceiros de outras tribos.

família/Estado/propriedade privada. Acredita o autor, que enquanto a sociedade reproduzir os contrastes da sociedade de classes, perdendo a dimensão da universalidade, tanto menos a sociedade pode ser considerada como possibilidade de superação da liberdade do indivíduo.

Marcuse (1984) vai mais além; conceituando sobre a liberdade dos indivíduos e a relação com o Estado, o autor afirma que a criação do Estado foi feita à base da vontade dos indivíduos, e por isso, tem-se a submissão livre da vontade individual à autoridade universal do Estado; ou seja, só o Estado pode assegurar a verdadeira liberdade aos indivíduos; e cabe a estes assegurar sua obediência às leis. Marcuse em estudo com Hegel (1984, p.162) acreditam que a relação entre família e a propriedade asseguram ao Estado sua atual ascensão: “Só assim, graças a função específica da família, a de eticizar e perpetuar a propriedade, justifica-se aquela elevação do Estado acima da esfera da propriedade, que fora indicada na separação entre Estado e sociedade civil” e por esta razão, é que a família é vista como a “base” do Estado e da sociedade.

No mesmo diapasão, Fromm elabora a articulação entre família e autoridade, porém, em um viés que articula o caráter autoritário com a estruturação do domínio de classe. Segundo o autor, a figura do “pai” dentro da família – diante seu caráter autoritário – não encontra em si esse papel, ou seja, não se vê como a figura que demanda o poder, mas reflete esse autoritarismo das relações sociais em que convive: diante da pobreza de satisfações da sua situação profissional e social, o pai exerce sob mulher e os filhos – e estes também o condicionam – a dominação que a vida lhe recusa, compensando assim, a sua pouca importância na vida social. Neste sentido, a família desenvolve no interior das suas relações autoritárias, o autoritarismo social. Sobre tais considerações, vale a explicitação de Canevacci (1984, p. 211):

Portanto, a relação autoridade/família tem a função essencial de fixar, desde a infância, a necessidade “objetiva” do domínio do homem sobre o homem. A família se torna a terrível matriz de mecanismos de internalização da submissão, a mais funcional das “agências psicológicas” da sociedade.

A família tem o importante papel na transcrição do *habitus* de sua classe para seus sucessores, permitindo uma herança social da reprodução da classe social dos pais para seus filhos. E diante desta função da família, cabe refletirmos sobre a interferência do Estado neste processo.

A presença do Estado na regulamentação familiar é inegável. Essa intervenção estatal na vida particular da família pode ser observada de diversas formas. Mioto (2006, p. 45) refere-se a esta interferência diante de três grandes linhas:

Da legislação através da qual se definem e regulam as relações familiares, tais como idade mínima do casamento, obrigatoriedade escolar, deveres e responsabilidades dos pais, posição e direitos dos cônjuges. Das políticas demográficas, tanto na forma de incentivo à natalidade como na forma de controle de natalidade. Da difusão de uma cultura de especialistas nos aparatos policiais e assistenciais do Estado destinados especialmente às classes populares.

Trata-se, portanto, da normatização estabelecida pelo capital frente a necessidade de controle do trabalhador, de modo que essa regulação se perpetua não só no interior das fábricas, esta precisa ir além: penetrar no âmbito privado das relações familiares do trabalhador, incidindo nas suas formas de socialização e do seu modo de ser e viver. O controle estatal deve influir em todos os âmbitos das relações sociais dos seus trabalhadores, a fim de, instaurar sob eles uma “miopia social”. Sobre esta passagem, temos Imamoto (2004, p. 106):

Mas a organização da produção não supõe apenas um controle do trabalhador no interior da fábrica. Implica um novo tipo de socialização do trabalhador e de sua família, que afeta todo o seu cotidiano, de modo a adaptá-lo a um novo modo de vida e aos métodos de trabalho industrial. O capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada. Procura não apenas conservar um certo equilíbrio psicofísico do trabalhador, mas também ampliar a interferência política e moral por parte do capital sobre o conjunto de sua vida particular.

Nessa perspectiva, cabe a referência ao papel da medicina higienista, na terceira parte do século XIX, quando a família passou a ser vista como incapaz de cuidar da vida de suas crianças e adultos.

As ações higienistas difundiram diversas ideologias presentes hoje na sociedade, mas o ponto de análise principal desse desfecho é a incorporação da família a um tipo específico de adequação moral: a família patriarcal burguesa.

Costa (1996), em estudo sobre a relação da medicina e da família, coloca que a higiene contribuiu para que a família se transformasse na instância nuclear e conjugal característica dos nossos tempos. A vida privada dos indivíduos foi influenciada diretamente pela classe social burguesa, e neste sentido, observamos mudanças do destino político deste sujeito como nunca vistos antes. Sobre os acontecimentos normatizador político-social, Costa (1999, p. 16) resume: “Através da tutela terapêutica o corpo, o sexo e as relações afetivas entre os membros da família, como já vimos, passaram a ser usados, de modo sistemático e calculado, como

meio de manutenção e reprodução da ordem social burguesa”, ou seja, a regulamentação política da vida social de adaptação e aceitação forçada de determinado modelo familiar: a família nuclear burguesa.

Mas pra que organizar as famílias segundo este modelo?

Segundo os estudos de Costa (1999, p. 48), “A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria”. O Estado precisava intervir no âmbito privado das relações sociais, a fim de assegurar, para a ordem social vigente a centralização do direito a propriedade privada, proliferando uma mão-de-obra dócil, assegurando assim, a lógica do mercado de trabalho:

O Estado moderno, voltado para o desenvolvimento industrial, tinha necessidade de um controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle, exercido junto às famílias, buscava disciplinar a prática anárquica da concepção e dos cuidados físicos dos filhos, além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas conseqüências políticas da miséria e do pauperismo. No entanto, não podia lesar as liberdades individuais, sustentáculo da ideologia liberal. Criam-se assim, dois tipos de intervenção normativa que, defendendo a saúde física e moral das famílias, executavam a política do Estado em nome dos direitos do homem. (COSTA, 1999, p. 51)

Segundo as considerações de Paiva, Rocha e Carraro (2009), a família patriarcal exerceu uma necessidade do capitalismo, diante da figura do patriarca, na medida em que, com o autoritarismo que emanava, controlava e adestrava a família suscitando nesta, uma coesão social. Com a queda da família patriarcal, cabe agora ao Estado o papel que outrora cabia ao patriarca.

Sobre esta crise da família, Adorno e Horkheimer afirmam que esta é de natureza social, não podendo negá-la neste sentido, como um simples sintoma de decadência: “a família não apenas depende da realidade social em suas sucessivas concretizações históricas como também é socialmente mediatizada até em suas estruturas mais íntimas” (1984, p. 213).

Os autores em sua obra “Sociologia da família” elencam argumentações afirmando que a crise que a família, ou seja, a alteração das suas funções vem perdendo lugar em relação à reestruturação capitalista, no momento em que esta, passa a assumir o que antes era essencialmente familiar. Neste sentido, a crítica que os autores fazem sobre essas mudanças, vai ao encontro da culpabilização das famílias, de colocar sobre elas a inteira responsabilidade quando estas não “cumprem” com suas funções familiares. Diante esta nova face da família e

do capitalismo, os autores afirmam: “não haverá emancipação da família sem emancipação da totalidade social”.

E como poderia o Estado intervir no âmbito privado da família sem impor seu viés tutelador, respeitando sua autonomia e sua importância na vida social? Para esta indagação, temos novamente a passagem das autoras Paiva, Rocha e Carraro, que diz:

a relação do Estado com este grupo social tem que se pautar no mais alto rigor democrático, haja vista não cair no paradigma tutelador e subalternizador do direito socioassistencial e, para isso, a perspectiva de orientação das políticas sociais deve estar embasada em outro prisma: no protagonismo popular. (2009, p. 94)

Neste sentido, entramos no segundo ponto de análise, a depreciação das esferas coletivas no âmbito público.

Segundo as autoras Paiva, Rocha e Carraro (2009), a precarização da responsabilidade estatal para com a proteção social dilata a esfera privada da família, na medida em que exerce seu poder controlador das condutas familiares, esvaziando assim, o papel do protagonismo popular e, conseqüentemente, dos projetos coletivos de luta pelo acesso às políticas públicas e dos direitos sociais.

É diante da participação popular que se pode construir a coletivização das demandas sociais, para a construção de um real poder popular, no intuito de nutrir a partir desse prisma a radicalização necessária da democracia.

O que se pretende analisar sobre estas duas colocações, é pensar em outra alternativa para que a política social se evidencie como um

instrumento de socialização de renda e democratização de poder, a qual possibilite a autonomia dos sujeitos e a transformação social, com uma referência libertadora da família em relação ao Estado e dos seus membros em relação aos processos de dominação e subalternização que se reproduzem no interior de cada grupo familiar. (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2009, p. 97)

Partimos do pressuposto que o profissional de Serviço Social, nutrido pelo projeto ético-político deve incorporar esse horizonte na prática profissional, considerando os espaços de atuação profissional como espaços político-organizativos das demandas sociais e coletivas da classe trabalhadora. Para tanto, é preciso questionar as análises teóricas e os processos interventivos que “romantizam” a família, como núcleo central das políticas, como “espaço a ser cuidado”, e assumir uma perspectiva capaz de fortalecer a participação popular como eixo

central das políticas sociais, na contramarcha da trama perversa que idealiza a família como a única estrutura que emana o bem estar na sociedade.

Está colocado aí um importante desafio para a profissão, o posicionamento crítico frente a família – que circunscreve cotidianamente a prática do Assistente Social – aliado à democratização radical no campo das políticas sociais, espaço privilegiado de inserção dos profissionais do Serviço Social.

Cabe ao profissional, repudiar a lógica positivista burguesa que joga para as famílias a responsabilidade por sua manutenção e superação de suas “debilidades” e fragilidades, indo ao encontro de uma ação sólida, que seja capaz de evidenciar o vínculo de classe da política social pública, na direção contrária da conformação do “fardo” que as famílias carregam quando “falham” como espaço de proteção de seus membros e de reprodução social.

1.2. SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: PENSANDO A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Muitos autores defendem que pensar em Serviço Social é pensar a família. Em toda trajetória da profissão, as famílias foram seu objeto de intervenção e alvo de processos de trabalho, marcando desta forma seu trabalho profissional no âmbito familiar. A compreensão das respostas dadas pelos profissionais nas intervenções e atuações diante da família presume uma retomada do bojo histórico da profissão e do contexto sócio-político que a determina.

Pretendemos discutir neste momento, a forma acrítica que a família passou – em todos os âmbitos – a ser incorporado e assimilado pela profissão. Seu início de características conservadoras no trato com as famílias – as quais incidem até os dias de hoje – revela seu caráter contraditório, o qual se pretende abordar.

1.2.1 Breve contexto-histórico do Serviço Social no Brasil: a inserção do Assistente Social no âmbito familiar.

O Serviço Social surge no Brasil no início dos anos 1930. Em todo levantamento sócio-histórico sobre o Serviço Social, vimos que este se relaciona intrinsecamente com a chamada “questão social”, e não há dúvidas em relacionar seu aparecimento com as mazelas típicas da ordem burguesa madura e consolidada. Em Netto, temos que a apreensão da profissão não se esgota na “questão social”. Segundo o autor, o aparecimento da profissão:

[...] está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, *as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.* (NETTO, 1996, p. 14, grifo do autor)

Na segunda metade do século XIX, com a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios, temos profundas modificações na dinâmica econômica, principalmente ao que tange “*o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*” (NETTO, 1996, p. 16). Diante deste novo quadro econômico, transformações significativas ocorreram na economia, e conseqüentemente, na estrutura social e política.

Sabemos – a partir da tradição teórica marxista – que com a apropriação privada dos meios de produção, o trabalhador se vê despossuído das condições necessárias para a reprodução de sua vida, colocando-se na sociedade capitalista como um trabalhador livre, restando unicamente a sua força de trabalho, ferramenta única que possibilita a satisfação de suas necessidades vitais. Neste sentido, a manutenção da sua vida está a cargo do próprio trabalhador e da sua família, restando-lhes, a venda de sua força de trabalho para uma classe de capitalistas .

Neste período de intensa industrialização, a população urbana se aglutina em amontoados de bairros insalubres, muitas delas sem condições mínimas de higiene e saúde, como água, esgoto e luz. O salário é o mínimo, na medida em que mesmo com todos os membros da família trabalhando nas indústrias, a renda obtida mal supre a subsistência destes. Diante da situação calamitosa que passavam os proletários, a solução decorrente é a organização dos mesmos em busca dos seus interesses de classe. Suas lutas desencadearão em organizações cada vez mais fortes e atuantes em favor de seus direitos, como também, em benefícios sociais e trabalhistas, garantindo a classe trabalhadora um conjunto de direitos sociais.

A “questão social” tem sua emergência, no momento em que a classe proletária se insere no cenário político, como nos coloca Iamamoto (2001, p. 17):

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

Diante das grandes mobilizações da classe operária, a Igreja, o Estado e a classe dominante se encontram obrigados a propor alternativas e se posicionarem diante delas. A

Igreja acredita que a “questão social” antes de ser um problema social, apresenta-se como um problema moral e religioso. Sua participação no cenário sócio-político brasileiro se evidencia, segundo Yamamoto (1997) como um *movimento social*, de bases confessionais, atuante na propositiva de reforçar sua presença de forma mais ativa no “mundo temporal” dos anos 1930: buscando recuperar sua área de influência que se perdia aos poucos no espaço estatal, a Igreja procurou organizar e qualificar seus quadros de intelectuais laicos, para uma ação missionária e evangelizadora da sociedade.

O Estado por sua vez, se depara intimado, de maneira a limitar os excessos da exploração, propor direitos sociais àqueles que necessitam. Ou seja, “Impõe-se uma ação doutrinária e organizativa com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão.” (IAMAMOTO, 1997 p. 19)

Surge o Serviço Social incorporando estes mesmos princípios, através das iniciativas de grupos da classe dominante que se representam através da Igreja, voltado para a elevação moral da família operária. A família se torna o alvo principal das preocupações dos profissionais, no âmbito de um projeto de intervenção da classe burguesa, haja vista que a família reproduz as relações sociais e ideológicas capitalistas. Nesta relação entre moral e capital, temos que a atuação da profissão neste ínterim

está voltado para uma ação de soerguimento moral da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as massas atomizadas social e moralmente, busca estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano. (IAMAMOTO, 1997 p. 19)

Assim, a profissão se constitui como uma forma de enquadramento social dos trabalhadores diante da relação capital x trabalho, ou seja, seu papel se faz através de uma “ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais” (IAMAMOTO, 1997, p. 20). Sua origem se caracteriza não só pela organização da caridade, mas por uma atuação que visa à intervenção ideológica na vida dos seus usuários, ou seja, da classe trabalhadora, da família trabalhadora.

Torna-se necessário neste momento travar certas considerações referentes à ideologia presente na profissão, o fundamento teórico que norteava sua prática desde sua origem, como forma de abarcar uma compreensão ampla acerca do desenvolvimento da profissão no âmbito teórico/prático e de que forma estas características profissionais resistem até os dias de hoje,

ressurgindo compromissos sociopolíticos conservadores no trato, principalmente com as famílias.

As primeiras Assistentes Sociais no Brasil surgidas no seio da Igreja Católica possuíam a base social e ideológica intrínseca a esta doutrina. Como já assinalado anteriormente, com as discussões acerca da “questão social” iminentes no Brasil nas primeiras décadas do século XX, cabe à Igreja compartilhar com o Estado a tarefa de recristianização da sociedade através de grupos sociais básicos, especialmente a família.

Articulado com os movimentos da Ação Católica e da Ação Social, as profissionais, vinculadas predominantemente aos setores mais abastados da sociedade, exerciam suas atividades “como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social, segundo os parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo” (IAMAMOTO, 2001, p. 83).

Como já dito anteriormente, o viés normatizador vai ao encontro do “endireitamento” das condutas das classes subalternas, agindo particularmente no âmbito da família. A moralização feita às famílias partia do ideário de que delas dependia a ordem social a ser realizada na sociedade, era necessário instruir as famílias, reeducá-las, e a religião será este ponto de estabilidade “moral”.

O julgamento moral, a qual eram submetidas às famílias operárias reflete o esquecimento por parte das assistentes sociais das bases materiais das relações sociais, analisando as mazelas sociais como resultado particular de incapacidade dos indivíduos; negam a “questão social” como advento intrínseco a ordem social e econômica do capitalismo monopolista vigente, passando a ajustar as famílias às relações sociais presentes na sociedade, atuando, portanto, de forma disciplinadora das condutas familiares.

Estas características que redimensionam a ação profissional dos primeiros Assistentes Sociais no Brasil vão ao encontro do pensamento conservador norte-americano, oriundo da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Nesta doutrina, a noção de comunidade se apresenta como ponto importante nesta análise, que segundo Iamamoto (1997, p. 25-26)

A força da comunidade provém de motivações mais profundas que o mero interesse racional; nela o homem é concebido como totalidade, e não a partir dos papéis que desempenha na ordem social. Seu modelo, do ponto de vista histórico, é a família. Os laços de comunidade passam a compor a idéia da “boa sociedade”, estando na base do conceito social, tal como é predominantemente utilizado pelos sociólogos. O simbolismo da

comunidade torna-se um meio de legitimação das relações sociais, um novo esquema de utopia.

Essa noção de comunidade evidencia novamente a ação sobre os indivíduos, sob a forma da ordem social de ajustar os desajustados, de integrar os desintegrados socialmente, norteando a ação profissional, que “analisando a sociedade a partir do suporte teórico da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia a este universo teórico um outro elemento: a filosofia social humanista crista” (IAMAMOTO, 1997, p. 28). A teoria aristotélico-tomista tem seu bojo marcado pelo discurso humanista, que prevê o enquadramento do proletariado urbano com as condições econômicas vigentes na sociedade.

Neste sentido, temos que o arranjo teórico-operativo dos profissionais se caracteriza diante de uma ambiguidade: seu caráter missionário que objetiva atenuar ou até mesmo eliminar as desigualdades e injustiças sociais entre os homens “transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais” (IAMAMOTO, 1997, p. 28).

Através do trabalho individual e educativo, os Assistentes Sociais buscavam retratar e encontrar - diante as histórias de vida e da dinâmica social das famílias - “explicações” para os comportamentos individuais ditos como “desviantes”, “anormais” do ponto de vista de uma família com condutas “normais”:

Os indivíduos são encarados como seres únicos e particulares, com potencialidades a serem desenvolvidas, desde que estimuladas, cuja dignidade dos seres humanos e cuja liberdade merecem o respeito do profissional. Porém, tais características tendem a ser apreendidas sem vinculação com suas bases materiais, isto é, subjetivamente e apartadas da situação social de via dos “clientes”, transformando-se em princípios e postulados universalizantes orientadores da ação profissional. (IAMAMOTO, 1997, p. 31)

Iamamoto (1997, p. 30) aponta outra característica acerca da atuação dos Assistentes Sociais: a tendência empiricista e pragmatista. Através das visitas domiciliares realizadas como pressuposto de concessão dos benefícios sociais buscava-se de modo policialesco conhecer o modo de vida do proletariado, as características que compunham os riscos sociais existentes nos indivíduos, nas famílias, relacionando tais acepções com “tipos de desajustamento biopsicossociais que estigmatiza e rotula a população, e informa aos organismos institucionais a atitude a assumir perante cada grupo, atitude que pode oscilar de medidas paliativas e rotineiras à multiplicidade de iniciativas de intervenção e controle”.

Explanando acerca da intervenção do Assistente Social nas relações sociais, temos a referida citação da autora:

Parte-se do pressuposto de que a compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais torna-se possível e necessária. Afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas na prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO, 2001, p. 76-77).

Com o avanço da industrialização no Brasil e conseqüentemente com o aumento dos proletários nos grandes centros urbanos, o Estado se vê forçado a criar alternativas políticas que controlem a população, da mesma forma que atenda parte das reivindicações populares, sob a égide do reconhecimento dos direitos sociais.

O Serviço Social no Brasil encontra-se intimamente vinculado ao setor público, na medida em que o Estado amplia progressivamente sua atuação de controle no âmbito da sociedade civil. A profissão, portanto, se aglutina como parte integrante do projeto do Estado burguês e das empresas privadas, sendo inevitável neste sentido pensarmos a profissão – enquadrada no processo de reprodução das relações sociais – como externa às organizações as quais se vincula.

Cabe pontuar o Estado nesta relação, visto que este se evidencia como um dos maiores empregadores de Assistentes Sociais, como também, tais considerações torna-se fundamentais para abarcarmos a compreensão ante as condições que circunscrevem a prática profissional.

Temos em Iamamoto (2001), que o Estado atua como dois “braços”: de um lado sua importância decisiva na reprodução das relações sociais, na condição de legislador, e de outro, na forma de controlador das forças repressivas. Neste sentido, a autora coloca que “o Estado, como centro do exercício do poder político, é a via privilegiada através da qual as diversas frações das classes dominantes, em conjunturas históricas específicas, impõem seus interesses de classe ao conjunto da sociedade, como ilusório interesse geral” (IAMAMOTO, 2001, p. 81). Partindo do pressuposto que o conceito de Estado se encontra inseparável da dominação na sociedade burguesa, devemos referendar como este atua perante as classes dominadas: para que o Estado mantenha sua legitimação é imprescindível – como também se vê forçado – que este abarque alguns de seus interesses na sua agenda social, todavia, que não contrarie, nem afete os interesses da classe dominante. Com a dominação política por parte do Estado, temos neste ínterim, também a dominação ideológica:

Na prática da dominação política deve ser considerado, ainda, o conjunto de meios de direção moral e intelectual de uma classe sobre o conjunto da sociedade, ou seja, a forma pela qual é possível realizar sua hegemonia, ultrapassando as entidades estritamente governamentais, para abarcar a própria sociedade civil. (IAMAMOTO, 2001, p. 81-82)

O Serviço Social, profissão inserida dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, se encontra estreitamente vinculado ao processo de crescimento das grandes instituições, estas, geridas ou controladas pelo Estado, se coloca como a via de grande expansão de mercado de trabalho para tais profissionais.

Vemos nesse prisma de análise que os Assistentes Sociais no início da profissão recebiam o mandato das classes dominantes: sua atuação se pautava na intervenção junto à classe trabalhadora, porém, com o viés da lógica dominante; sua demanda profissional não decorre do alvo de suas ações, mas daqueles que o remuneram⁵.

A ação profissional do Assistente Social se encontra diretamente articulada com a lógica capitalista de adequação das famílias á dinâmica da sociedade burguesa atenuando por meio de sua intervenção profissional zonas de conflitos típicos das contradições advindas da relação capital x trabalho na sociedade capitalista.

Neste íterim, tem-se o Serviço Social passando da situação de mera peça provedora de benefícios das classes dominantes, para tornar-se uma das principais molas propulsoras de execução da política social do Estado “a profissão passa a ser crescentemente incorporada aos programas que concretizam as políticas sociais do desenvolvimento populista, ideologia dominante após a Segunda Guerra.” (IAMAMOTO, 2001, p.32)

No envolver da significação e do engajamento sobre as importantes perspectivas de mudanças ideológicas e práticas do Serviço Social enquanto profissão no país adentraremos sobre a compreensão desta no decorrer dos anos pós-64, redimensionada a partir do movimento global do ciclo autocrático burguês, que colocou para a profissão um novo campo histórico de modalidade de reprodução para as (auto) representações profissionais.

O clima autoritário e repressivo da ditadura remete à profissão ao mesmo tempo em que preconizam a “participação” dos sujeitos em âmbitos de seus interesses, a forte tendência de *psicologização das relações sociais*. Este processo de orientação psicossocial realizado através do diálogo privilegia os problemas de desadaptação social e funcional, no momento

⁵ Importante chamar a atenção neste ponto, para a contradição atualizada a qual encerra a profissão: o problema do trabalho abstrato.

em que os problemas materiais dos sujeitos são colocados como uma dificuldade subjetiva de adaptação social, porém agora, com um viés profissional de aparência científica que tem por base as noções da psicanálise.

A mesma prática profissional acionada na propositiva de readaptar as famílias à lógica da sociedade capitalista monopolista é recoloca sob outros patamares: *nova* (sic!) proposta de intervenção dos agentes profissionais no sentido de adequar as famílias à ética burguesa e moralizá-las para o trabalho.

Em Barroco (2009), temos que “na sociedade de classes, a moral participa de uma função ideológica precisa: *contribui para a vinculação de modos de ser e de valores que favorecem a legitimação da ordem social dominante*” (p. 161, grifos da autora), sendo assim, a propagação do *ethos* capitalista se mostra inerente para a manutenção desse sistema.

A mesma autora pontua que “a moral se reproduz fundamentalmente como um conjunto de valores e normas que representam um determinado modo de ser dominante e que devem ser assimilados através do hábito para se transformarem em deveres” (2009, p. 163). Nesse mesmo raciocínio coloca que a

ideologia adquire uma função importante na luta social: ela serve tanto à pretensa universalidade dos valores éticos, contribuindo para sua legitimação, como para o ocultamento das contradições, favorecendo a reprodução de formas reificadas de veiculação das exigências e motivações morais, limitando-as à singularidade e ao individualismo. (BARROCO, 2009, p.163)

No que toca a propagação de determinada ideologia, de determinada moral a ser seguida, cabe ressaltar neste momento a figura do profissional como sujeito partícipe neste processo: do aprofundamento do capitalismo monopolista na sociedade brasileira. Como já referendamos anteriormente, o Assistente Social é um profissional que se encontra inserido no aparato burocrático do Estado, atuando “fundamentalmente com uma atividade *auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante junto á classe trabalhadora*” (IAMAMOTO, 2001, p. 94, grifo da autora).

Neste sentido, é uma profissão que contém em seu cerne um duplo caráter que carrega o viés contraditório da sua prática: ao mesmo tempo em que reproduz e reforça as relações sociais que conforma a sociedade do capital, por outro “participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente” (IAMAMOTO, 2001, p. 94).

O Serviço Social, como instituição polarizada por interesses de classes contrapostas, não está livre de perpetuar em seus profissionais ações controversas, portanto, cabe a estes últimos, ter a clara concepção teórica de suas implicações na sua prática profissional, possibilitando com isto, que o assistente social se guie na direção de refletir sobre sua estratégia de ação “teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimidade desse exercício profissional” (IAMAMOTO, 2001, p. 96)

A fim de elucidar melhor esse caráter controverso que se encontra impregnado em nossa atuação, partimos para a análise – mesmo que brevemente – sobre o processo de *intenção de ruptura* com a herança conservadora que atravessou a profissão no Brasil, conforme referenciado nos estudos de José Paulo Netto.

Netto (1996) vai referenciar que é no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 que começam os primeiros rumores de contestação a atuação profissional aludida até então, como também, de intensa multiplicação das escolas de Serviço Social – em função da demanda objetiva do Estado e das empresas. Nesse período, a prática profissional é colocada em discussão, através da articulação política dos Assistentes Sociais no intuito de iniciarem os debates pela revisão do fazer profissional do Serviço Social.

Em tempos de ditadura, repressão e autoritarismo, esse fervor refluí. Retoma novamente mais tarde; com maior intensidade. O autor aponta quatro pontos que sintetizam e sinalizam o processo de renovação do Serviço Social:

- a) A instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo;
- b) A crescente diferenciação das concepções profissionais [...] rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e práticas;
- c) A sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas;
- d) A constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e pesquisa. (NETTO, 1996, p. 135-136).

Contudo, cabem suas ressalvas quando sugere cautela para não absolutizar tais inéditos componentes, afirma que os processos antes/durante/depois do ciclo autocrático burguês não significa a ruptura íntegra, nem tampouco a redundância do processo: “é um

processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões” (NETTO, 1996, p. 136).

Neste cenário de renovação do Serviço Social no Brasil, o mesmo autor divide três direções principais – quer cronológica, quer teoricamente – a reflexão profissional: a primeira direção conforma uma *perspectiva modernizadora*, entre meados da década de 1960, conformando os documentos de Araxá e Teresópolis⁶ se apresenta como uma nova fundamentação que legitima o papel e os procedimentos profissionais; a segunda é a *perspectiva do conservadorismo*, a qual recupera o viés conservador, repudiando o pensamento crítico-dialético de raiz marxiana; e a terceira dimensão se propõe como a *intenção de ruptura* com o Serviço Social “tradicional”, recorre à tradição marxista e se evidencia com maior polêmica profissional na primeira metade dos anos 1980.

O debate sobre os processos de renovação do Serviço Social no Brasil é amplamente fundamental para a presente pesquisa, e tanto quanto para a reflexão profissional, tangenciando elementos que nos remeta a uma reflexão crítica e histórica acerca da profissão nos últimos anos. Portanto, cabe neste momento adentrarmos um pouco mais nessa trajetória, a fim de conhecer o processo que se chama *intenção de ruptura*.

Na perspectiva de intenção de ruptura, tem-se como foco de ruptura as dimensões teórico-metodológicas e as prático-profissionais, buscando romper com o tradicionalismo existente na profissão, em busca de uma nova perspectiva. Diante do quadro político-social do Brasil estar pautado no período militar do ciclo autocrático burguês - e desta forma, não havia espaço para ações críticas dos profissionais - a intenção de ruptura se consagra de forma mais sólida no espaço universitário, pois “pelas próprias peculiaridades do espaço acadêmico, este se apresentava como menos adverso que os outros para apostas de rompimento; era, comparado aos demais, uma espécie de ponto fulcral na linha de menor resistência.”(NETTO, 1996, p. 250).

Assim,

A partir da *perspectiva da intenção de ruptura*, o Serviço Social se insere com maior assiduidade no espaço acadêmico e a interlocução com profissionais das diversas áreas do saber (historiadores, filósofos, sociólogos) cria oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento. A busca pela renovação que gerou a ruptura com o tradicionalismo no seio da profissão ofereceu uma nova inserção dos assistentes sociais no debate acadêmico, e a pesquisa emerge como um dos

⁶ Os documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) foram resultados de seminários realizados no período do *movimento de reconceitualização* da profissão. Nesses seminários ocorreram os processos que fundamentaram o processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Tendo, por conseguinte os seminários de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984). (NETTO, 1996)

principais pré-requisitos para a formação e o exercício profissional. (LARA, 2008, p. 26).

Netto (1996) pontua os conhecimentos produzidos em Belo Horizonte, conhecido como o “método B.H.” como sendo um marco nesse momento para a profissão. Segundo o autor:

O “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias ao tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive de suportes acadêmicos para a formação dos quadros sistêmicos e para a intervenção do Serviço Social (NETTO, 1996, p. 276-277)

É com essa nova tendência, que o Serviço Social brasileiro ganha a contribuição da teoria social crítica de Marx, entre as décadas de 1970 e 1980, no momento em que a profissão se aproxima dos movimentos sociais e das lutas de classe, buscando compreender de forma totalizante e crítica, a realidade social brasileira que cerca este período. Um pouco mais para frente, ocorreram mudanças significativas com relação aos documentos produzidos pelo Serviço Social: o Código de Ética de 1993, e a Lei de Regulamentação da profissão do mesmo ano, definindo as diretrizes que virão a ser tomadas pela profissão, como base de ação e visão profissional firmado no compromisso com a classe trabalhadora e na construção de uma nova sociedade.

Em Netto, vemos que “a perspectiva de intenção de ruptura depende, mais que as outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdade democrática para avançar no seu processamento” (NETTO, 1996, p. 249). Assim, o autor recupera alguns apontamentos que colocam a intenção de ruptura, apenas na intenção, impedindo que se rompesse de fato: o empirismo, o formalismo e o marxismo sem Marx,

A defasagem das referências teóricas perpetuou intervenções que não iam ao encontro método crítico-dialético, mas que aprofundavam o senso comum, e não o rebatiam como sustenta o viés marxista. Outra dificuldade é com respeito à renovação teórica pretendida pelos profissionais, o que acabou não acontecendo, mostrando a deficiência de uma sustentação ontológico-dialética do “marxismo sem Marx”:

combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e intervenção

profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade (NETTO, 1996, p. 288)

Todas as análises referenciadas até agora, seguem presentes na prática profissional, de forma reatualizada pelo conservadorismo e de forma escamoteada pelos caminhos da pós-modernidade – dos quais adentraremos mais a frente.

Podemos observar neste sucinto histórico de mudanças ideológicas da profissão, a partir da compreensão dos seus fundamentos sócio-históricos, que apesar dos processos políticos que culminaram com a chamada “intenção de ruptura” o Serviço Social conservou não longo dos processos históricos um *modus operandi* tradicional, ainda que em determinados períodos com novas roupagens.

Importa ressaltar que em conjuntura de crise capitalista global, que tem repercussões gravíssimas sobre o mundo do trabalho, no sentido da maior precarização, flexibilização, superexploração e fragilidade dos movimentos político-organizativos, esse cenário torna-se ainda mais grave, considerando que também os assistentes sociais são profissionais assalariados, que necessitam se reproduzir ante a barbárie social.

Aí está um elemento analítico fundamental, de modo que para adensarmos a análise sobre a ação profissional na sua relação controversa com a família, bem como o papel do Serviço Social de reprodutor da ideologia dominante no escopo de reprodução das relações sociais capitalistas, é preciso refletir sobre os limites que balizam a prática do Assistente Social na relação com a intencionalidade ético-política.

Dentre estes limites está a relativa autonomia profissional. A profissão do Serviço Social se constitui como tal a partir da sua afirmação na divisão do trabalho. Com o surgimento das grandes instituições, ocorre também a ampliação o mercado de trabalho para estes profissionais, constituindo também, o processo de profissionalização, tornando-se um trabalhador assalariado. O Assistente Social nesta condição tem sua força de trabalho subordinada e constituída por relações de forças institucionais.

Assim, vemos que o exercício profissional do Assistente Social se vê polarizado pela por uma dupla trama: ao mesmo tempo em que participa dos mecanismos de exploração e dominação da classe dominante – seu empregador – encerra sua atividade da dinâmica de dar respostas às necessidades da classe trabalhadora, repercutindo na contradição do seu trabalho:

Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-

histórico aberto à construção *de projetos profissionais também diversos*, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade (IAMAMOTO, p. 13, grifo da autora).

Nesse duplo viés, cabe ressaltarmos a intencionalidade ético-política do profissional de Serviço Social, situado no bojo das contradições capitalistas e que ao mesmo tempo, precisa pautar o horizonte da sua atuação no projeto ético-político da categoria.

Elucidando acerca da postura profissional diante deste duplo dinamismo, a autora coloca como imprescindível a competência do profissional para que este defenda o seu campo de trabalho, indo além das rotinas institucionais, para assim conhecer as tendências colocadas neste espaço e se apropriar delas para compor seu projeto de trabalho.

Neste sentido, segundo reflexões de Iamamoto (2010), cabe ao profissional, além de ações e transcrições manualescas do seu fazer cotidiano, empenhar-se e fundamentar-se crítica e teoricamente acerca do trabalho polarizado que realiza, construindo estratégias coletivas e articulada pelas forças sociais, que reforcem os direitos nos espaços ocupacionais que atuamos, “Assim, a perspectiva que move a ação não é a mera reiteração do instituído, mas o impulso ao protagonismo político dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública” (IAMAMOTO, 2010, p. 14).

Relativo ao projeto ético-político que subsidia nossa prática enquanto profissionais articulados a um movimento ético-político e ao mesmo tempo pela alienação do trabalho indissociável do estatuto assalariado, a autora elenca a relativa autonomia que dispõe o Assistente Social, resguardada pela legislação profissional⁷, que condicionam sua autonomia profissional e que forjam, assim, “específicas condições e relações sociais por meio das quais se realiza o exercício profissional no mercado de trabalho, que necessitam elucidação” (IAMAMOTO, 2010, p. 34).

Em Iamamoto (2001), vemos que: “O capital, demiurgo da economia moderna, é antes de tudo uma relação social que supõe, como parte de si mesmo e como seu antagônico, o trabalho assalariado” (IAMAMOTO, 2001, p. 105). À medida que o capital depende da mais-valia, ou seja, do excedente que não é pago para o trabalhador que se encontra desprovido dos meios de produção, o trabalhador assim, depende do seu salário para a manutenção da sua vida. Contudo, para que a ideologia dominante mantenha o controle social (este considerado neste debate como a pressão social exercida como forma de conformação dos agentes sociais

⁷ As legislações profissionais são a Lei que Regulamenta a Profissão do Assistente Social Lei nº 8.662/93; o Código de Ética do Serviço Social instituído pela resolução CFESS Nº273/93 e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS de 1996.

à organização da sociedade em classes), se torna necessário neste íterim “recorrer à mobilização de outros mecanismos normativos e adaptadores que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia as relações antagônicas” (IAMAMOTO, 2001, p. 107).

O controle social não se dá somente no âmbito governamental e estatal; ele se efetiva também, através das relações diretas “expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano da vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente” (p. 108). E entre estes agentes, está o Serviço Social.

Conforme referenciado, a profissão se institucionaliza dentro dessa divisão social e técnica do trabalho, atuando como peça fundamental para a implementação de políticas sociais, estas como efeito dos organismos públicos e privados, que objetivam unicamente sua legitimação do poder frente ao controle que desenvolvem no aparato estatal. Iamamoto (2001, p. 111) elucidando esta passagem argumenta que

na operacionalização de medidas, instrumentais de controle social, o emprego de técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado, enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos padrões legitimados da vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente.

O Assistente Social constitui-se como um agente institucional que media as relações instituição/população, atua no processo de circulação de informações sobre os dois âmbitos. Porém, o que deve ser salientado nesse debate, é persuasão utilizada por este profissional para moralizar os trabalhadores para a ética burguesa do trabalho, ou seja, a linguagem: “trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para as mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos”, como também:

O Assistente Social atua no campo social a partir dos aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação, relações familiares, infra-estrutura urbana etc. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção.

O profissional do Serviço Social, diante da sua ação direta nas relações sociais com as classes trabalhadoras e suas famílias, tem um campo privilegiado de intervenção, no sentido que compreende *in loco* a realidade das classes subalternizadas, podendo evidenciar

politicamente as demandas que insurgem. Tem-se aí a importância do profissional estar comprometido ética e politicamente com a construção da nova ordem societária, na contramão da conhecida “individualização e pulverização dos casos, prevalecendo o “dito” de que cada caso é um caso”.

Refletindo sobre a constante reificação dos métodos e técnicas de intervenção, a burocratização das atividades no espaço institucional, a psicologização das relações sociais, e a permanente absorção de *novas* (sic!) terminologias⁸, referenciadas como mais adequadas ao tempo presente e ao fazer profissional contemporâneo, Iamamoto (1997, p. 34-35) vai destacar que desse modo “aprofunda-se a distância entre as pretensões teóricas dos profissionais e os efeitos de sua intervenção, enquanto agentes das políticas sociais no Estado”.

Neste sentido, a concepção teórico-prática que o Assistente Social vem implicando em sua ação profissional cotidiana, deve ser repensado e avaliado de duas formas: de uma, o profissional recebe e responde as demandas insurgentes recebidas pelo empregador, e limita-se a ficar nesta eterna servidão; de outro, o profissional se lança no propósito de efetivar alternativa àquelas propostas pelos setores dominantes, reorientando a prática profissional de acordo com os objetivos e interesses da classe trabalhadora, “consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social” (IAMAMOTO, 1997, p. 121).

Vale salientar nessa reflexão, segundo as colocações de Iamamoto, que os movimentos sociais e as manifestações populares que se mostram na realidade atual, preconizam a importância da atuação dos Assistentes Sociais como profissionais intelectuais engajados na luta pelo ideário político de uma classe, passando a ser analisada diante de suas implicações políticas nessas lutas.

Assim, a postura profissional do Assistente Social também deve ser eticamente exequível.

Vazques (1992, p. 6) analisando os problemas morais e os problemas éticos distingue os problemas prático-moral dos problemas teórico-ético; compreende o primeiro, como a opção do indivíduo em pautar o seu comportamento por normas que este tenha como mais digna, “de acordo com elas, os indivíduos compreendem que têm o dever de agir desta ou daquela maneira”; já os problemas teórico-ético, são aqueles que o homem reflete acerca de sua ação, colocando-a como objeto de sua reflexão, ou seja, tem-se a razão, a qual exige responsabilidade somada a capacidade: “a ética poderá dizer-lhe, em geral, o que é um

⁸ A exemplo de: vulnerabilidade e risco social; exclusão social; empoderamento; dentre outras.

comportamento pautado por normas, ou em que consiste o fim – o bom – visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou o de todos” (VAZQUEZ, 1992, p.7).

Relacionando as posturas éticas e morais, Vazques (1992, p. 8-9) pontua que o problema da liberdade e da vontade, remete diretamente ao da responsabilidade, assim:

decidir e agir numa situação concreta é um problema prático-moral; mas investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo ao qual nossos atos estão sujeito é um problema teórico, cujo estudo é da competência ética. (...) não só como empreendimento individual mas também como empreendimento coletivo

Na prática cotidiana do Assistente Social – realizada na divisão sócio-técnica do trabalho e no âmbito das relações sociais – são inúmeras as intervenções realizadas que dependem do parecer do profissional para o prosseguimento/definição do caso em questão, ou até mesmo sob a forma de encaminhamentos ou alternativas colocadas ao usuário sob a visão do profissional. Assim sendo, o norte que alude a prática deve pautar-se no mais elevado padrão democrático, seguindo os princípios do projeto ético-político da profissão, que encerra a ação profissional no reconhecimento da liberdade como valor ético central inerente à autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Portanto, a intervenção do Assistente Social com as famílias, deve pautar-se no potencial ético-político acima referenciado, para que se evitem as alienações e regressões dos quais colocam a família como aquela que deve adaptar-se a sociedade, como lhes emana a inteira e única responsabilidade pelo desenvolvimento social de seus membros, o que acaba por firmar a visão conservadora e tuteladora das práticas profissionais de “endireitamento” da família, dos primórdios da profissão.

Sobre a importância da intervenção profissional como práxis, ou seja, a atividade pensada sob o ápice teórico vale a reflexão de Konder (1992, p. 117)

O que, então, permite pensar a educação do educador? O que permite pensar uma ação historicamente situada, que parte das circunstâncias constituídas e incide sobre elas, transformando-as? Não poderia ser a atividade de um sujeito definitivamente constituído, que escaparia à transformação das condições objetivas, exerceria sobre elas seu poder de modificá-las, mas permaneceria, ele mesmo “exterior” a elas (isto é, careceria de enraizamento na objetividade e perderia sua condição de sujeito concreto). Teria de ser – sem dúvida! – a atividade de um sujeito que, ao enfrentar o desafio de mudar o mundo, enfrentaria também o desafio de promover a sua própria transformação. Por isso, Marx escreveu: “a coincidência da modificação das circunstâncias com a mudança da própria atividade humana, ou a

autransformação, só pode se compreendida e racionalmente entendida como *práxis revolucionária* (KONDER, 1992, p. 117, grifo do autor).

Concluindo esta passagem, fica a colocação de Yamamoto (1997), referente ao ser/será da prática profissional: “Traduz-se na confiança, que move uma prática, na possibilidade histórica de criação de novas bases da vida em sociedade, antecipada como projeto, a partir da recusa do presente, assumido e subvertido em direção a um novo tempo”.

2. SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Na primeira parte desta segunda seção iremos problematizar a constituição da profissão diante sua natureza sincrética, assim como travar certas considerações acerca do caldo conservador que define as inflexões prático-profissionais e teóricas na profissão impregnada desde sua origem até os dias atuais, relacionando com o ideário pós-moderno que também se encontra presente nos meandros da atuação profissional. Ressaltaremos também, a produção do conhecimento no Serviço Social, como implicação ideológica que subsidia criticamente a atuação profissional.

No segundo momento, iremos partir para a pesquisa em si. Embasados por uma amostragem de artigos selecionados das revistas *Katálisis* e *Serviço Social e Sociedade*, como também dos anais publicados pelo Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais dos últimos 10 anos, iremos problematizar a produção do conhecimento do Serviço Social existente nesse recorte, especificamente sobre a família, conforme anteriormente sinalizado.

2.1. A CONSTITUIÇÃO SINCRÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL E O CONSERVADORISMO PÓS-MODERNO

Para que possamos adentrar em nosso estudo sobre a produção do conhecimento no Serviço Social, vale referendarmos certas considerações acerca da problemática teórico-cultural e de dilemas histórico social do universo profissional, ou seja, “a clarificação do estatuto teórico do Serviço Social e a localização da sua especificidade como prática profissional” (NETTO, 1996, p. 82). É certo que nos últimos 30 anos de avanços significativos, o exercício profissional não vem priorizando o que condiz com uma atuação competente, crítica e comprometida⁹: e por esta razão, nossa análise se debruçará em compreender o tempo e o espaço do conservadorismo e do sincretismo do Serviço Social.

Elucidando o estatuto profissional do Serviço Social, Netto (1996, p.85) o problematiza afirmando que este se desenvolve sob duas perspectivas: de um lado as

⁹ Entendemos como um exercício profissional competente, crítico e comprometido, em suma, aquele que tem como alvo principal do trabalho, o interesse da classe trabalhadora, norteado pelos preceitos da democracia, da justiça social, com a eliminação de qualquer conduta autoritária e discriminatória da prática profissional, assim como, o constante aprimoramento ético-político e teórico-metodológico do trabalho realizado.

demandas que são postas à profissão, e de outro, as forças teóricas e práticas profissionais, utilizados para responder as requisições extrínsecas, constituindo o sistema de saber.

Buscando a gênese da profissão, o autor pontua dois momentos históricos que marcaram sua história, seja na elaboração intelectual, seja na intervenção prática: a viragem psicologista, com o Serviço Social de Caso dos anos vinte, sob a forma de intervenção como terapia, com a incorporação teórica da psicologia e psiquiatria; e a assunção da organização e desenvolvimento de Comunidades no período pós-guerra, sob as formas da teoria funcionalista da sociedade e da mudança social. Essas duas passagens mostram o ilusionismo ideológico que evidencia o obscurecimento das teorias do Serviço Social, pois “em nenhum dos dois casos se realizaram as incidências teóricas das rotações que se realizaram” (p. 87).

Evidencia-se nesse sentido a construção invertida que temos da profissão.

Vale neste momento fazermos um breve resgate do caldo conservador que perpassa o berço ideário do Serviço Social. Santos (2008, p. 47) pontua as características do conservadorismo, sendo ele, “entre outras premissas, a defesa da tradição e do costume, assim como a exaltação de formas de organização social do passado como válidas para o presente”.

Sob a perspectiva conservadora, tem-se entre os anos de 1830 e 1848 uma crise vivenciada pelo capitalismo, que repercute na contramão do seu pensamento, o que antes tinha como característica um posicionamento antiburguês, este se converte no ideário de defesa da burguesia, contra o protagonista que outrora se revoluciona: o proletariado. “Essa metamorfose foi vivenciada de forma particular pelo Serviço Social. Não são poucas as indicações que, na bibliografia profissional, afirmam a presença do pensamento conservador como constitutiva da sua matriz ídeo-teórica, em muito apoiada na legitimidade conferida a essa atividade pela classe dominante no capitalismo” (SANTOS, 2007, p. 50).

Segundo Netto, o problema maior está na própria natureza sócio-profissional do Serviço Social: “é desta que decorrem, posta a carência de um referencial teórico crítico-dialético, as peculiaridades que fazem dele um exercício medularmente sincrético” (p. 88).

Sobre o sincretismo no Serviço Social aponta:

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (NETTO, 1996, p. 88, grifos do autor).

Netto pontua três fundamentos objetivos da estrutura sincrética da profissão: “o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção” (NETTO, 1996, p. 88)

A prática sincrética do Serviço Social se dá através da atuação nas refrações da “questão social”, neste sentido, todo âmbito da vida social se evidencia como setor para a intervenção profissional, resultando, todavia, em uma variedade de intervenções profissionais. A ausência de uma concepção teórico-social fundamentada no pensamento crítico-dialético faz com que a ação profissional se esquive da categoria ontológica da realidade social, ou seja, da totalidade. A atuação fica pautada na reordenação de condutas e práticas cotidianas. Nas palavras de Netto:

A funcionalidade histórico-social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto uma tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitualos no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano – disciplinamento da família operária, a ordenação de orçamentos domésticos, a recondução às normas vigentes de comportamentos transgressores, a ocupação de tempos livres, processos compactos e ressocialização dirigida etc. - conotando-se tecnologia de organização do cotidiano com a manipulação planejada. (NETTO, 1996, p. 92)

Outra passagem de Netto que nos auxilia na problematização sobre a estrutura sincrética do Serviço Social, é o que envolve o sincretismo na prática profissional:

É próprio da prática que se torna sincreticamente não somente a sua translação e aplicação a todo e qualquer campo e/ou âmbito, reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando a sua indiferenciação operatória. Combinando senso comum, bom senso e conhecimentos extraídos de contextos teóricos; manipulando variáveis empíricas segundo prioridades estabelecidas por via da interferência teórica ou de vontade burocrático-administrativa; legitimando a intervenção com um discurso que mescla valorações das mais diferentes espécies, objetivos políticos e conceitos teóricos; recorrendo a procedimentos técnicos e a operações ditadas por expedientes conjunturais; apelando a recursos institucionais e a reservas emergenciais e episódicas – realizada e pensada a partir desta estrutura heteróclita, a prática sincrética põe a aparente polivalência (NETTO, 1996, p. 102-103)

Na continuação da obra, Netto se dedica a elucidar o sincretismo ideológico, que marca a profissão na sua inteira evolução, presente das suas protoformas aos estágios profissionais mais desenvolvidos e especializados.

Como já apresentamos no capítulo anterior, e segundo elucidação do autor, a estrutura ideológica do Serviço Social se direciona ao *ethos* burguês, determinando seu lastro conservador juntamente com a influência da Igreja Católica.

Na direção do *ethos* burguês, se encontram duas linhas na história ideológica do Serviço Social: a norte-americana e a européia, estas, que demarcam tanto a consolidação das protoformas da profissão, como da sua constituição. Netto (1996) pondera certas distinções e semelhanças acerca destas duas vertentes que marcaram o Serviço Social e delinearão seu caldo conservador. Não iremos nos aprofundar acerca dessas suas perspectivas, porém, vale referendar o bojo sócio-histórico dessas duas influências, a fim de elucidar claramente a composição ideológica da profissão.

Na Europa, mais especificamente na França, encontramos o “catolicismo social”, que definem as protoformas do Serviço Social até os anos quarenta: “o mote do anticapitalismo romântico direciona uma intervenção de resistência católica às premissas racionalizantes recolhidas pelo capitalismo emergente do projeto Ilustrado e que infirmam a hegemonia dos valores religiosos como base da organização da vida social” (SANTOS, ano, p. 50).

A mescla cultural que ronda a Europa (o reacionarismo de Bonald, a tradição republicana de direita, o positivismo gaulês e as novas formulações espiritualistas), como também das experiências revolucionárias, faz emergir a preocupação em estabelecer hierarquias sociais estáveis e a noção da ordem. Assim, o neotradicionalismo, que não apenas fornece um projeto sócio-político burguês dominante, mas alimenta correntes direitistas.

Já com relação ao Serviço Social configurado sob a vertente norte-americana, não se tinha as experiências revolucionárias presentes na Europa, como também, as relações capitalistas tinham campo aberto para seu desenvolvimento. “A inexistência de um influxo católico significativo neste caldo cultural retira à dimensão filantrópica qualquer matriz arcaizante e, ao contrário, adéqua-a, como quer a interpretação weberiana, ao individualismo liberal e ao espírito do capitalismo” (NETTO, 1996, p. 111). Tem-se, portanto, o Serviço Social aliado a classe dominante, adequando e reformando os comportamentos sempre que assim requisitado pela ordem social vigente.

Em suma, temos a influência católica européia e os fundamentos do Serviço Social de Caso, e mais adiante, a influência norte-americana, sob o viés psicologizante e com a funcionalidade sócio-política do Desenvolvimento de Comunidade.

Nas palavras de Netto (1996):

Essas duas tradições cultural-ideológicas são as que penetram as protoformas e as primeiras afirmações profissionais do Serviço Social. Todavia, o problema do sincretismo ideológico na profissão vai muito mais adiante que a sua demarcação na sua gênese; com efeito, é bem mais complicado: o desenvolvimento profissional do Serviço Social deu-se, simultaneamente, com a imbricação dessas duas linhas evolutivas e com suas modificações particulares. (NETTO, 1996, p. 117)

Neste momento, vale adentrarmos ao debate que referencia as novas tendências teóricas da modernidade e da pós-modernidade, e como suas refrações implicam no Serviço Social.

Como já debatemos, o Serviço Social tem seus traços basilares de atuação no seio da Igreja Católica, trazendo consigo, os pressupostos teóricos conservadores de sua doutrina social. Mesmo com a presença do pensamento conservador do catolicismo

o Serviço Social, em seu processo de profissionalização e desenvolvimento sócio-histórico, aparece vinculado a duas grandes matrizes do racionalismo contemporâneo: o racionalismo “formal-abstrato”, que está na base da matriz positivista, e seus desdobramentos nas abordagens funcionalistas, estrutural-funcionalista e sistêmicas, e o racionalismo “crítico-dialético” expresso na teoria social de Marx (SIMIONATTO, 2010, p. 98)

A atuação profissional sob a matriz teórico-positivista passa a responder as demandas que insurgiram com a modernização da sociedade decorrentes do capitalismo monopolista no Brasil. Conforme nos elucidam Simionatto (2009, p. 99), “a ação profissional nos diferentes espaços socioocupacionais caracteriza-se assim, pelo seu caráter empirista e pragmático, pela busca de controle, dominação, integração e ajustamento dos indivíduos sociais à ordem estabelecida”.

Nos anos de 1960, o Serviço Social passa por uma transformação, no momento em que amplia a interlocução com as Ciências Sociais e aproxima-se da teoria crítico-dialética. É o chamado Movimento de Reconceituação, que possibilitou à profissão a ruptura com o conservadorismo e com a atuação historicamente delineada pelos interesses da classe burguesa.

Sobre esta mudança ideológica que passou a profissão, é válida a descrição, longa, porém esclarecedora de Simionatto:

Permitiu, igualmente, compreender o significado social da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e no processo de produção e reprodução das relações sociais, os diferentes projetos societários em disputa e o redimensionamento das ações profissionais na perspectiva dos setores e

classes subalternos. Os profissionais passaram a interrogar-se sobre as questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações não somente na esfera econômica, mas também nas esferas política, ideológica e cultural. Entram em cena considerações relativas às classes sociais, ao Estado e ao papel das ideologias na análise e compreensão da realidade, possibilitando mudanças significativas, não só quanto aos referências teórico-metodológicos para o conhecimento da realidade, mas ao próprio fazer prático-operativo. (SIMIONATTO, 2010, p. 99)

Neste sentido, mudam também estruturas internas da profissão, como por exemplo, o Código de Ética e o projeto ético-político, marcados agora, pelos valores da liberdade, democracia, justiça e igualdade.

Nossa abordagem incide agora para os atuais caminhos que tem traçado a profissão, a fim de elencarmos considerações que nos remetam a compreender os rumos que se encontra o Serviço Social na cena contemporânea.

Com a ofensiva neoliberal em meados nos anos 1990, juntamente com as mudanças societárias ocorridas neste período, os pressupostos colocados em nosso projeto ético-político encontram-se ameaçados. Essa ofensiva vem sendo determinada pelo fortalecimento do pensamento conservador, articulados com a tendência pós-moderna.

Torna necessário neste momento compreender um pouco do pensamento e das diretrizes pós-modernas, as quais se evidenciam e colocam em xeque nossa atuação enquanto profissionais de vertentes emancipadora.

Em estudo sobre a modernidade, a pós-modernidade, o movimento de crise e do conservadorismo, Almeida (2005) pontua amplamente sobre os ideários pós-modernos. Segundo a autora, os pós-modernistas anunciam a falência da racionalidade moderna na explicação do mundo contemporâneo e dos seus fenômenos, “os pós-modernos colocam em cheque a própria existência do mundo objetivo fora dos discursos, da linguagem e das representações” (ALMEIDA, 2005, p. 6). Negando a causalidade, os pós-modernos negam também a história: “o fim da história comemorado pelos pós-modernos não se refere apenas à ausência de alternativas ao capitalismo, mas, também, a recusa da história enquanto referência para pensarmos a dinâmica da vida social e, por conseguinte, as suas tendências e perspectivas” (Idem, p.7). Relacionando a pós-modernidade com o conservadorismo, assinala:

A recusa da história e da causalidade, a negação das grandes narrativas, bem como da perspectiva de totalidade, a desconceitualização do capitalismo, o processo de descentramento do sujeito moderno e a completa fragmentação das identidades tradicionais, substituídas na pós-modernidade por identidades múltiplas, descentradas, provisórias e parciais, expressam, para

além da crítica e recusa dos padrões da modernidade, a ascendência de um novo tipo de conservadorismo. (ALMEIDA, 2005, p. 13)

O conservadorismo pode ser observado não somente sob plano do conhecimento, mas enquanto prática profissional, incidindo em outra dimensão que evidencia a alteração das condições de trabalho do Assistente Social.

Sob esta perspectiva, Simionatto (2010) pondera a diminuição de investimentos na área social, o aumento do chamado “terceiro setor”, a subordinação das políticas sociais às dotações orçamentárias, o que inviabiliza a concretização dos direitos sociais. Pontua também, a terceirização do trabalho, os baixos salários e a desprofissionalização do Serviço Social. Em suas palavras:

as novas exigências de trabalho impõe ações e papéis profissionais cada vez mais multifacetados, voltados a eficiência técnica e à resolução imediata das problemáticas sociais. (...) a ação burocratizada (...) fortalece a visão acrítica, alienante e fetichizada das relações entre vida pública e vida privada, entre subjetividade individual e objetividade social.” (SIMIONATTO, 2010, p. 101)

Como alternativa de superação dessa abordagem acrítica da sociedade, a autora defende que o Assistente Social extrapole a realidade imediata, ante seu constante aprimoramento teórico-metodológico a fim de aprender no oculto, a dinâmica conjuntural e a correlação de forças existentes.

Afirma a autora que a imediaticidade reforça as ações profissionais empiristas, pragmáticas, conservadoras, conforme tendências pós-modernas, devendo o profissional compreender a dinâmica da realidade a partir de um rigoroso exercício de razão crítica. Por fim, afirma que o Serviço Social se depara com duas vertentes teóricas: o fortalecimento do conservadorismo inspirados nas tendências pós-modernas, e outra relacionada à tradição marxista e que

o fortalecimento de uma ou de outra dessas perspectivas depende, entre outros fatores, da qualificação teórico-metodológica e prático-operativa dos profissionais e de suas opções ético-políticas, no sentido de compreender o significado e as implicações dessas propostas para o futuro da profissão diante dos complexos desafios postos pelo século XXI. (SIMIONATTO, 2010, p. 102)

Em Iamamoto (2007, p. 452), temos a afirmação que “a investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta”, neste sentido, a produção do conhecimento assumindo este papel de fortalecedor de construções críticas, consolidando propostas sólidas de atuação que

rompam com o conservadorismo, afirma “o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia” (IAMAMOTO, 2007, p. 452).

Como já anteriormente referenciado, desde a década de 1970 ao início dos 1980 temos no Brasil mudanças que perpassam o cenário histórico do país, o que acarreta consequentemente no Serviço Social, com mudanças relativas a sua consolidação e organização acadêmica.

Iamamoto (2007) em seu recente estudo sobre o Serviço Social em tempo de capital fetiche traça importantes considerações acerca da pesquisa e da produção do conhecimento e sua importância para a profissão. Com relação à produção na temática da família, a autora afirma que

é fundamental a retomada dos estudos sobre a família trabalhadora e as transformações que nela se vêm sendo operadas como parte das relações sociais abrangentes: adensar de historicidade a análise social das famílias como contraponto às análises no campo da clínica, de teor psicologizantes como a única alternativa para os estudos das relações familiares. (...) a retomada do tema está também relacionada ao fato de a família ser alvo da maior parte dos programas previstos pelas políticas sociais públicas (criança e adolescente, idoso, segurança alimentar, portadores de necessidades especiais etc) (IAMAMOTO, 2007, p. 461)

A mesma autora pontua a importância de se fazer um resgate histórico sobre a trajetória da profissão, a fim de apreender os processos de ruptura, como também, de pensar o Serviço Social na dinâmica das relações sociais que marcam os processos históricos do Brasil recente.

Neste sentido, faz um apontamento sobre a dificuldade existente em processar os conhecimentos ante o conhecimento da história, não sendo revelada estas conquistas no exercício profissional

pois falta fazer a ‘viagem de volta’ para apreender o trabalho profissional nas suas múltiplas determinações e relações no cenário atual. É essa passagem que nos desafia: processar os avanços obtidos na análise da dinâmica societária em suas incidências na elaboração teórica, histórica, metodológica dos fundamentos e processamento do trabalho do assistente social, com novas luzes, o Serviço Social como objeto de sua própria pesquisa (IAMAMOTO, 2007, 463-464).

Assim, percebe-se a essencialidade de voltarmos nosso fazer profissional para uma ação investigativa, visando garantir a qualidade do exercício profissional, como também, condição para “superar a defasagem entre o discurso genérico da realidade social e os fenômenos singulares com que o assistente social se defronta no seu cotidiano quanto para

desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade” (IAMAMOTO, 2007, p. 466), a fim de, democratizar a vida social, no horizonte da emancipação humana.

Partindo da mesma preocupação em enfatizar a importância da pesquisa no Serviço Social, Netto (2010) elaborou um recente estudo sobre o método social de Marx, objetivando expressá-lo como essencialmente importante na produção do conhecimento e consequentemente, na formação e exercício profissional.

O autor elenca dois acontecimentos que marcaram a inserção do pensamento marxista no Serviço Social, dos quais já elencamos minimamente. O primeiro se trata do período que vai dos anos de 1970 ao início dos 80, pós-ditadura militar e da recorrente marca dos movimentos democráticos populares, em que o pensamento de Marx e seu materialismo-histórico tornou-se dominante a profissão. No segundo, o autor assenta a questão do neoconservadorismo pós-moderno “que começou a envolver as ciências sociais, o marxismo “entrou em baixa” no Serviço Social – o elegante tornou-se a adoção de ‘novos paradigmas’” (NETTO, 2010, p. 693). Porém, se torna redundante pontuar que o pensamento de Marx contribuiu decisivamente para a renovação e apreensão crítica da profissão.

O autor elenca três observações que facilitam o desenvolvimento de uma investigação compatível no curso da sua intervenção profissional: i) a necessidade do profissional possuir uma visão global da dinâmica social concreta, para que se compreenda os problemas mais imediatos da atuação, demandando “o estudo atento de uns poucos textos de introdução à economia política e de alguns historiadores brasileiros – sempre com a preocupação de trazer à atualidade os resultados que assim tiver acesso”(p. 694); ii) encontrar as mediações que vinculam seu problema específico de trabalho, articulando com as políticas sociais que se propõem a enfrentá-lo, se torna “indispensável para o profissional contextualizar sua intervenção; iii) e a determinação daquelas mediações possibilita apreender o alcance e os limites da sua própria atividade profissional” (p. 695) e “cabe ao profissional apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico que se ocupa” (p. 695).

Neste momento, vale recapturarmos que o início da profissão tem o conservadorismo como elemento central da sua constituição ídeo-política, somado com a formação sincrética de sua estrutura, sendo assim, a perspectiva teórica do Serviço Social se encontra como “um campo aberto” para insurreição de proposições conservadoras como as pós-modernas. E para que não se rompa com os princípios do projeto ético-político da profissão, reanimando traços do conservadorismo, faz-se valer as palavras de Netto, afirmando que “do conhecimento não se extraem diretamente indicativos para ação, para a prática profissional e interventiva. Mas

não se terá uma prática eficiente e inovadora se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes” (NETTO, 2010, p. 696).

2.2. SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA: ENSAIO CRÍTICO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Adentrar criticamente sobre a produção do conhecimento do Serviço Social sobre a temática da família circunscreve sua importância, visto que ela se apresenta cotidianamente na intervenção profissional e por este também contemplar o campo privilegiado de inserção do Assistente Social – a política social.

A família adquire a centralidade nos programas sociais, por reconhecê-lo como espaço privilegiado de proteção e cuidado para seus membros e que precisa também ser cuidado e protegido, assim a focalização das ações no âmbito da família se evidencia de forma abrangente. No âmbito do SUAS a matricialidade sócio-familiar se materializa “ao reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições” (PNAS, 2004, p. 33).

Porém, essa premissa assume ambiguidades que recaem impreterivelmente nos membros que fazem parte da família, e que deve ser ressaltada, na medida em que encobre as contradições dos processos que transferem para a família as responsabilidades pela proteção dos seus membros. Paiva, Rocha e Carraro (2009, p. 90) pontuam este sentido quando afirmam que:

Essa visão moralista extrai as relações sociais do contexto histórico e dialético em que se inscrevem os sujeitos e resulta em outro delineamento conservador e tutelador da política social, a qual deve servir para *endireitar as condutas* familiares. Ou seja, tal perspectiva, a nosso ver, não se mostra capaz de abarcar uma visão de totalidade, em outros termos, desde a forma como a sociedade se organiza e se reproduz como um todo para além do privado espaço do núcleo familiar.

Outrossim, cabe pensarmos a intervenção do Assistente Social com a família, no sentido do profissional acabar, por conseguinte, reproduzir o *ethos* burguês, reposicionando modalidades neoconservadoras nos processos de intervenção com as famílias, principalmente em tempos de pós-modernidade, indo na contramão do que defende nosso projeto ético-político.

Conforme elucidado anteriormente, percebemos que a atuação do profissional de Serviço Social tem a família como foco que direta ou indiretamente é atingido pela sua

intervenção, e neste sentido, cabe a importância de uma prática pautada no mais alto rigor ético e democrático, voltado na emancipação política dos sujeitos sociais, indo contra toda a posição ídeo-política de subalternização, que promove a sujeição da família à lógica dominante, articulando pressupostos teóricos e críticos que subsidiem sua ação autonomia, na contramarcha do que historicamente a profissão vinha traçando como plano de ação: o soerguimento moral e social das famílias, para adaptá-las a realidade social burguesa presente. Claro que existe a própria contradição inerente ao Assistente Social diante das relações de forças institucionais a qual está submetido em seu cotidiano, porém, como já referenciado, cabe ao profissional utilizar o instrumental técnico-operativo e o aparato teórico, legislativo e institucional a partir de um delineamento ético-político, como aparato de autonomia, mesmo que relativa, sabemos.

Portanto, o objetivo deste trabalho tem como ponto principal, analisar criticamente a produção do conhecimento no Serviço Social nos últimos 10 anos vêm publicando sobre as famílias, buscando compreender os rumos teórico-metodológicos e ético-políticos que a profissão vem delineando em seus estudos e em suas práticas profissionais.

Assim, cabe referenciar que a hipótese analítica com a qual trabalhamos, busca relacionar a constituição sincrética do Serviço Social (Netto, 1992), aliada ao peso do conservadorismo no tecido profissional com a incorporação acrítica da família como eixo central das políticas sociais e nos históricos processos de intervenção do Serviço Social, de modo que tal assertiva se expressa na quase totalidade da produção teórica da profissão analisada dos últimos 10 anos; assim, com a problematização dos artigos aleatoriamente selecionados buscamos através de uma problematização pautada na perspectiva crítico-dialética, iremos analisar as construções teóricas em curso, a fim de evidenciar as principais tendências de estudos dos profissionais do Serviço Social com a família.

Como metodologia neste processo de pesquisa, procedemos com as seguintes etapas: primeiramente, realizamos a quantificação dos artigos produzidos relativos à temática “família, a partir do ano 2000, nos meios de produção do conhecimento do Serviço Social nos periódicos de circulação nacional: Revista Serviço Social e Sociedade e Revista Katálysis, assim como nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS; após, realizamos a categorização em linhas gerais com respeito aos assuntos mais abordados, para assim, selecionar uma amostragem de dois artigos por eixo temático para análise específica de alguns artigos.

Como primeiros resultados, obtivemos o total de 180 artigos produzidos sobre a temática “família” nas três fontes pesquisadas: 19 artigos na Revista Serviço Social e

Sociedade, 6 artigos na Revista Katálysis e 155 artigos publicados nos anais do CNAS, os quais foram separados em dois biênios: do ano 2000 a 2004, e do ano 2005 a 2010. Tivemos como resultado a evolução dos números de artigos sendo produzidos com foco na família.

No segundo momento, separamos o montante da produção pesquisada em 7 eixos temáticos:

- a) Família e Violência;
- b) Família e Segmentos Sociais Vulneráveis: Criança, Adolescente, Idoso e Proteção Social
- c) Família e Gênero;
- d) Processos de Intervenção do Serviço Social com Famílias;
- e) Família e Saúde;
- f) Família e Proteção Social Não-Contributiva: Pobreza e Programas de Transferência de Renda;
- g) Família: conceito, tipologia, transformações e centralidade na proteção social

Como resultado desta separação por eixos, obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 1

Distribuição da Produção do Conhecimento no Serviço Social acerca da Família referenciados por Eixo Temático

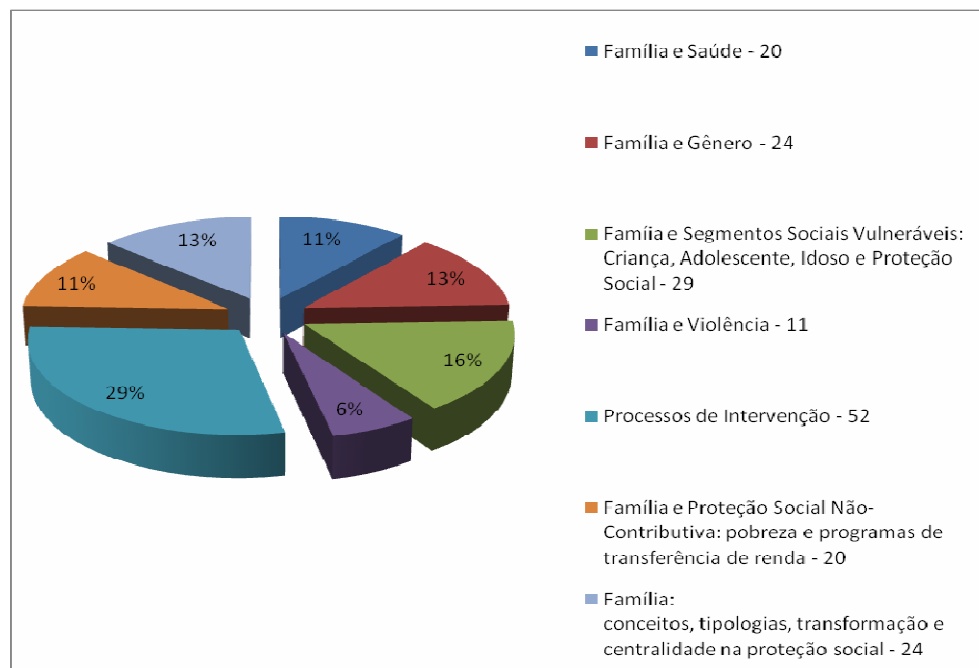


Gráfico 2 - Distribuição da Produção do Conhecimento no Serviço Social acerca da Família referenciados por Eixo Temático

Fonte: Pesquisa Realizada pela autora (TASCA, 2010).
Elaboração Própria

Conforme elucidação, podemos verificar que a produção do conhecimento do Serviço Social se evidencia de forma mais abrangente sobre o eixo temático de Processos de Intervenção com Famílias, totalizando 52 artigos, ou seja, 29% do total, seguindo do eixo Família e Segmentos Sociais Vulneráveis: Criança, Adolescente, Idoso e Proteção Social com 29 artigos somando o total de 16%, seguido dos eixos Família e Gênero e Família: conceitos, tipologias, transformação e centralidade na proteção social, ambos com 24 artigos cada, somando 13%, na sequência tem-se os eixos Família e Saúde e Família e Proteção Social Não-Contributiva: pobreza e programas de transferência de renda, ambos com 20 artigos cada, em um total de 11%, seguindo do eixo Família e Violência com 11 artigos e total de 6%.

Em função do tempo limitado, nossa pesquisa se baseou na análise de uma amostragem de dois artigos por cada eixo temático, totalizando 14 artigos, os quais serão problematizados e analisados a seguir.

2.2.1 Família e Violência

Neste eixo temático incorporam artigos que em seus resumos, continham o objetivo de explicar acerca da violência doméstica, envolvendo crianças, adolescentes e mulheres; o abuso sexual de crianças e adolescentes; a violência especialmente em meninas; como também produções acerca da violência dos pais contra seus filhos e processos judiciais envolvendo violência familiar. O total de artigos capturados neste eixo foi de 11 artigos, e os artigos selecionados, de forma aleatória, foram: “Entendendo a Situação da Violência Doméstica e Familiar”, com a autoria de Laisa Regina Di Maio Campos Toledo, retirado dos Anais do CBAS/2007 e “Para que tudo não termine como "um caso de família": aportes para o debate sobre violência doméstica”, com autoria de Regina Célia Tamasso Miotto, da Revista Katálisis de 2003.

Com relação ao primeiro artigo, a autora pontua que a violência “é particularizada e mediatizada pelas condições materiais e culturais da vida e sociabilidade” (TOLEDO, 2007, p. 1). Assim, busca compreender a violência doméstica, ou seja, articula no sentido de encontrar a “causa” que propicia a violência familiar.

Explanando acerca da relação de poder homem/mulher, diz a autora:

A perspectiva política redimensiona a questão da violência. O tema da violência é recorrente na literatura acerca da mulher. No entanto, a grande tônica se assenta na denúncia da mulher como vítima do homem. Por essa

visão o homem detém o poder absoluto e a mulher é subjugada passivamente aos mandos e desmandos, colocando-se numa posição perigosamente essencialista e maniqueísta que projeta a mulher como boa e o homem como vilão. Essa perspectiva foi decorrente das primeiras pautas dos movimentos feministas e de mulheres que se angularam na direção de colocar a mulher como vítima do homem, no tom de um discurso emocionado e por vezes até raivoso.

A revisão desta perspectiva apontou para a incursão teórica nos meandros da situação da violência, superando o antagonismo reducionista da relação para a dimensão da complementaridade e contradição. Ou seja, não podemos colocar a mulher passivamente diante da *situação de violência*, pois os dois pólos do poder instalado na situação de violência, “algoz e vítima”, complementam-se contraditoriamente. De alguma forma a mulher é parte constitutiva dessa relação, mesmo que de forma alienada ou subjugada pela força ou medo. (TOLEDO, 2007, p. 3)

Diante desta colocação, podemos verificar que a autora em suas considerações vitimiza duplamente a mulher: quando é agredida pelo homem/marido, e quando deixa que ele o faça. A mulher em situação de violência é acometida como também responsável por tal situação: a mulher que apanha, é aquela que se deixa apanhar.

Acreditamos que a questão da violência está muito além do domicílio: a submissão da mulher para com o homem se consolida no momento em que a sociedade muda sua estrutura econômica, e passa a destinar papéis distintos entre homens e mulheres no sentido de assegurar a melhor forma de acumulação, falamos da família patriarcal burguesa.

Em outra passagem do artigo, coloca a autora

Nessa lógica, a violência é institucionalizada, protegida pelo privado, pois o privado protege a não visibilidade da violência, e a privação do privado concorre para a violência não-vista, garantida pelas instituições sociais. Neste terreno, o maior aval é dado pela família. (TOLEDO, 2007, p. 6)

Percebemos que diante desta “conclusão” que a autora pondera diante da relação da família sobre a situação de violência, o risco iminente de imprimir para a família a única e inteira responsabilidade pela violência doméstica, pois é ela que “obscurece” a violência em seu espaço privado. Devemos tomar um cuidado neste sentido de reconhecer a violência, como já dissemos, para além do espaço privado da família, perceber a violência como uma consequência da modelo patriarcal burguês¹⁰ imposto para as famílias sob a égide do pensamento capitalista, portanto, pensar criticamente a sociedade e os modos de vida ditados pela lógica da acumulação, é necessário e imprescindível, para que em nossa atuação

¹⁰ Ver Engles (1981).

profissional diante de situações como a violência, não se cometa o equívoco de que além da violência pela qual passa a família, esta seja novamente violentada, agora pela culpa.

Com referência ao segundo artigo, a autora se propõe a fornecer subsídios para a intervenção profissional na área da violência doméstica, diante dos diversos movimentos de analisar as relações entre família e violência, nas palavras da autora:

Os discursos e as imagens solicitam uma reflexão sobre a questão e estimulam a crítica e a vigilância social. Assim, a família é colocada cada vez mais na berlinda. Ora como culpada, ora como vítima, ora como violenta, ora como protetora, a família vai se transformando cada vez mais em objeto de intervenção de um número cada vez maior de profissionais das mais diferentes áreas (MIOTO, 2003, p. 2).

Importante destacar a colocação da autora referente à discussão sobre a família ausente de uma crítica fora do contexto da sociedade:

A inter-relação estabelecida nesses estudos, calcada no papel institucional ou funcional da família e dos atos de violência como comportamentos individuais, parece, por um lado, ter desfocado uma discussão da família no contexto de uma sociedade em transformação

(...)

Dessa forma, os atos de violência não podem ser explicados como uma inadequação de uma casual ineficácia dos processos de integração social. Mas ao contrário, a falência dos processos de integração social, se explicam a partir das contradições próprias da estrutura econômica, social e cultural e da emergência de formas diversas ou antagônicas de consciência social. (MIOTO, 2003, p. 4).

Diante do trabalho interdisciplinar realizado com as famílias, a autora pontua a importância de um caminho guiado pela perspectiva crítica, colocando como necessária a abordagem metodológica integrada, para que se evite cair nos reducionismos. Em suas palavras:

Ou seja, transpor para o campo exclusivamente econômico fenômenos de natureza psíquica, ou questões sociais para o campo exclusivamente psíquico. Isso poderia significar trabalhar na perspectiva de um naturalismo psicológico, no qual a psique é posta como sempre igual, ou seja, relacionada aos mesmos conflitos e às mesmas instâncias, sem serem tocadas pelos processos históricos, sociais e culturais.

Concluindo, a autora reafirma a importância de um trabalho ampliado quando se trata de violência familiar, pois diante da articulação de aspectos sociais, econômicos, psicológicos, culturais, a intervenção não pode acontecer de forma isolada nem complementar. Outrossim, afirma que “ a intervenção profissional pautada na idéia de totalidade e contradição requer o

desenvolvimento da capacidade de operar metodologicamente a dialética do singular-universal-particular” (MIOTO, 2003, p. 7), onde somente assim, a intervenção profissional estabelecerá condições para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica.

Percebemos que artigo encerra como um importante documento no trato das ações profissionais que se dirigem às famílias, pois fornece alguns subsídios analíticos que permitem pensar a família como uma instituição que recebe influências externas de diversos âmbitos da sociedade, e que, portanto, não pode ser analisada fora desse contexto.

2.2.2 Família e Segmentos Sociais Vulneráveis: Criança, Adolescente, Idoso e Proteção Social

Neste eixo temático foram selecionados artigos com o objetivo de analisar a relação da família com os segmentos sociais vulneráveis, quais sejam: crianças, adolescentes e idosos e/ou com a proteção social destes. Os artigos tinham como pontos problematizados os cuidados negligenciados pelos pais as crianças e adolescentes; o trabalho infantil relacionados com o PETI – Programa de Erradicação Infantil como também o trabalho infantil doméstico; os processos de adoção e guarda; a importância da família como centralidade na proteção a crianças e adolescentes; a gravidez na adolescência; a relação da família nos meandros da justiça da infância e da juventude; a visão das crianças e adolescentes sobre drogas e tráfico que envolve suas famílias, questões sobre abrigo institucional e medidas de proteção, além de problematizações referentes à pessoa idosa e a família como elemento primordial nesta relação, como também, o processo de envelhecimento.

O total de artigos que incorporaram este eixo foram 28, dos quais, foram selecionados os artigos: “O trabalho infantil: uma realidade que não pode ser analisada fora do contexto familiar” da autora Rúbia Santos, extraído da Revista *Katálysis* do ano de 2002 e “Aproximações ao conceito de negligência” com autoria de Catarina Volic e Myrian Veras Baptista, extraído da Revista *Serviço Social & Sociedade* do ano de 2005.

O primeiro artigo discute o trabalho infantil como uma problemática social, procurando discutir novas formas de trabalho que tornem esse desfecho objeto de intervenção profissional, ressaltando o trabalho realizado do Serviço Social junto com as famílias.

A autora discorre acerca do trabalho infantil como uma atividade que produz sérias consequências para as crianças e adolescentes, tanto no campo físico, como mental, social, educacional. Problematiza a situação das famílias que vêm para outras cidades – no caso São

José (SC) – em busca de melhores condições de vida, e ao se depararem com o inesperado, faz com que criem novas formas de sobrevivência, e que, em muitas famílias, os filhos são considerados mais uma fonte de renda. Neste sentido a autora destaca a concepção de muitas famílias que acreditam que o trabalho é disciplinador e preferível à escola.

Seguindo, apresenta as especificidades da cidade de São José e a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Assim comenta sobre a realidade do município: “Muitas crianças e adolescentes do município de São José encontram-se em situação de trabalho precoce, são geralmente encontrados na rua, executando todo o tipo de tarefa para ajudar na renda familiar ou, até, para prover o sustento da família toda” (SANTOS, 2002, p. 4). Para conhecer a realidade social das famílias, a autora realizou uma pesquisa de caráter exploratório diante dos cadastros enviados por entidades que tem contato com essas crianças e adolescentes.

Por fim, faz uma crítica às intervenções que nada concretizam de fato na vida dessas famílias:

Constatados os fatos, ressaltamos que as formas de intervenção de muitas instituições e programas sociais não vêm alcançando êxito e que, atualmente, estas famílias encontram-se esgotadas de tantas intervenções e intromissões nas suas vidas particulares, expostas a vários profissionais sem que nada se altere.

(...)

Muitas famílias são tratadas de maneira fragmentada e isto é muito comum nas instituições sociais, onde um trabalho não é feito com todos os membros, mas sim com os chamados membros-problema. Assim, o PETI, por encontrar uma diversidade de demandas, com casos em situações muitas vezes piores que as acima citadas, deve ter uma abordagem diferente, utilizando o trabalho em redes, através da teoria sistêmica como base para suas ações, buscando trabalhar as partes em integração com o todo. (SANTOS, 2002, p.10).

Do primeiro apontamento, percebemos uma análise que revela o esgotamento da família ante as formas reducionistas através das quais são desenvolvidos os serviços e políticas sociais. Do segundo apontamento percebemos a crítica da autora no que se refere a fragmentação da família para o indivíduo problema, o que aponta uma perspectiva muito comum de trabalho profissional, principalmente em tempos de políticas e programas sociais parcializados e pulverizados. No entanto, na sequência, a saída apontada pela autora é um abstrato “trabalho em rede”, no qual não são considerados os determinantes desse trabalho, isto é, as condições reais e concretas do mesmo, que sofrem inflexões dadas pela própria imaterialidade e precariedade dos direitos sociais na sociabilidade capitalista, principalmente nos contextos periféricos. Além disso refere-se a “teoria sistêmica” como fundamento do

trabalho profissional, sugerindo que tal teoria pode proporcionar uma ligação dessa ação profissional isolada com o todo, denotando, portanto, uma apropriação equivocada e em alguma medida talvez voluntarista da categoria de totalidade – referenciada na tradição teórica marxista.

Nesse sentido, para ilustrarmos a análise referenciada, importa destacar a percepção que a autora apresenta da atuação profissional com as famílias, através da citação a seguir:

Por isso, algumas sugestões são aqui deixadas, como romper com os limites institucionais, transformando estes espaços em espaço de possibilidades e não barreiras, buscando o estabelecimento de parcerias, a realização de um trabalho em redes, a mobilização e a sensibilização dos pais ou responsáveis, das próprias crianças e adolescentes que se encontram nesta situação e da sociedade civil de um modo geral. Ressaltamos o importante papel das instituições sociais e dos atores sociais dentro desta luta pela erradicação do trabalho infantil (Idem, p. 10).

Percebemos assim que tal análise evidencia traços do próprio sincretismo profissional, a medida que situa em um mesmo movimento, o trabalho infantil para muito além da pobreza e da subjetividade das famílias, destacando-o como uma forma de sobrevivência das famílias, ante a desigualdade dada pela estrutura social, ao mesmo tempo em que propõe algumas soluções mágicas – por assim dizer – para a erradicação do trabalho infantil, no âmbito do Estado burguês, tais como parcerias, trabalho em redes, sensibilização da família e o destaque para o “importante papel” das instituições e atores sociais (sic!).

Referente ao segundo artigo, as autoras buscam aproximar o conceito de negligência, a fim de superar a fragilidade da sua utilização nos diagnósticos que norteiam a prática profissional relacionada aos cuidados de crianças e adolescentes.

Utiliza como referência um estudo realizado por uma assistente social na área da Justiça da Infância e da Juventude do estado de São Paulo. Assim critica a escassez de elementos que permita a identificação da situação ampla do real: “isto, apesar de a utilização do termo, em boa parte das vezes se assentar em critérios nos quais a subjetividade da interpretação (baseada em crenças, em valores) se sobrepõe a objetividade da situação, vista apenas da perspectiva da imediaticidade dos fatos” (VOLIC, BAPTISTA, 2005, p. 150).

Pontuam que quando o cuidador não tem acesso aos meios que permita o suprimento das necessidades dos que estão em sua responsabilidade, não pode ser considerado negligência: “as pessoas só são passíveis de ser responsabilizadas por negligência quando possuírem as condições para atender às necessidades daqueles que estão aos seus cuidados e voluntariamente se omitirem”. (Idem, p. 151). Acrescenta a responsabilidade da sociedade, do Estado e da família com relação aos cuidados de crianças e adolescentes, mencionando a

Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de julho de 1990).

A pobreza é colocada como uma característica das famílias que abandonam ou entregam seus filhos, assim, as autoras advertem que a pobreza precisa ser considerada no interior do contexto da exclusão, “não caracterizado somente pela ausência de renda, ou pela baixa renda, mas pela falta de políticas sociais de assistência e seguridade, que asseguram os mínimos direitos humanos e sociais” (VOLIC, BAPTISTA, 2005, p. 153).

Desse modo, apesar de contribuir para esse debate, ao passo que intenta desmistificar a pobreza como sinônimo de negligência das famílias pobres, as autoras não conseguem avançar para análises estruturais e históricas, capazes de indicar a própria gênese da pobreza na sociabilidade capitalista e também de compreender, a partir do movimento da reprodução social tipicamente capitalista, todas as esferas da vida social e seus determinantes, bem como a própria dinâmica das políticas sociais consideradas a partir desse contexto, e os limites e possibilidades das citadas “responsabilidade da sociedade, do Estado e da família” ante tais determinações.

2.2.3 Família e Gênero

Neste eixo, os artigos incorporados continham estudos sobre a relação de gênero, principalmente no tocante entre as mulheres, tangenciando com as relações de ser mãe, o papel da mulher e sua importância na vida dos filhos, também abarcamos os artigos referentes à homossexualidade, o papel e a responsabilidade do pai dentro da família, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres ou por homens, a guarda paterna, a violência contra as mulheres que continham o foco principal a relação do gênero, o protagonismo feminino, a disparidade de gênero colocado pelas políticas sociais etc.

Como resultado, obtivemos o número de 24 artigos selecionados neste eixo, dos quais foram selecionados: “Mudanças Sociais e Mudanças Familiares: chefia feminina no domicílio em debate”, com autoria de Maria Asenate Conceição Franco, extraído dos Anais do CBAS/2010 e “O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida”, autora Virgínia Paes Coelho, extraído da Revista Serviço Social & Sociedade de 2002.

Com relação ao primeiro artigo, a autora pretende expor sua concepção de que com as mudanças ocorridas na sociedade, mudam-se também as famílias através do surgimento de

novos modelos familiares, evidenciando segundo o seu ver, impactos negativos, como a desestruturação familiar e a inversão de papéis, com a mulher chefiando a família.

A autora faz um primeiro levantamento das mudanças ocorridas na sociedade como as relações econômicas e sua influência no mundo trabalho, para concluir que

As mudanças evidenciadas desde a família patriarcal não favorece o enfraquecimento da instituição família, mas o advento de arranjos familiares. Dentre os vários tipos de arranjos familiares, está aquele em que o cônjuge, fora do mercado de trabalho, formal/informal, não responde como provedor, sendo a mulher, pessoa de referência que assume as despesas do lar. A essa troca de papéis, Sarti (2007) chama de modificações no jogo das relações de autoridade, o que configura a “[...] perda para a família como totalidade,[...]”(p.67).

Desenvolvendo a análise sobre a importância da família para seus membros e para a sociedade, a autora expõe: “Nesta mesma sintonia de valorização aos laços consanguíneos, Petrini (2003) enfatiza que cabe à família o papel de responder às demandas humanas e sociais, representada simbolicamente para proporcionar experiências na esfera psicológica social, ética e da cultura” (FRANCO, 2010).

Assim a autora percebe a mudança da pessoa de referência do domicílio¹¹ que antes era o homem, e atualmente evidencia-se a mulher:

As famílias matrifocais, podem surgir de fatores como a participação feminina no mercado de trabalho, queda dos valores tradicionais ligado ao casamento formal, rupturas familiares, que podem levar ao acirramento da pobreza nesse tipo de arranjo, em decorrência da crise econômica que desencadeou o fenômeno do desemprego, atingindo de modo significativo a mão de obra masculina, conseqüentemente, muitos provedores do lar, passaram a fazer parte das estatísticas do desemprego e da precarização do trabalho. (FRANCO, 2010).

Discorre linhas acerca da pobreza feminina, encerrando sua concepção de que com a mulher no mercado de trabalho e a precariedade que esta situação evidencia, a pobreza assume a “feminização da pobreza”.

Concluindo este artigo, nas palavras da autora:

Essa transformação de ativos em passivos (...) conduz à reflexão do novo papel social da mulher sujeito ativo ao assumir o lugar de provedora, numa família cuja presença masculina é registrada; o homem sujeito passivo, incapaz de prover sua família, haja vista a precarização do mercado de trabalho dessa sociedade desigual, desumana que castiga milhares de pais de família.

¹¹ Também conhecida como chefe de família, que a partir do Censo Demográfico de 1980, passou a designar a pessoa, homem ou mulher, responsável pelo domicílio ou pela família.

A necessidade de se fortalecer os laços familiares e buscar caminhos para que haja inversão desse fenômeno, traduzido em sobrecarga para as mulheres pobres que sem opção de escolha, sobrevive em meio a dupla jornada de trabalho e o ônus de chefiar sozinha a sua família desfeita e/ou refeita na trama das mudanças sociais do cotidiano, que lhe confere a responsabilidade dos ônus implícitos nesse tipo de arranjo familiar.

As reflexões teóricas deste artigo produzem a concepção de que a mulher – que saiu do espaço de cuidados domésticos e assumiu o âmbito do trabalho fora de casa – é o sujeito responsável pelas mazelas concernentes na família (a chamada “desestruturação” dos vínculos, do casamento, da afetividade), no desemprego do homem (a mulher agora assume os postos de trabalho que antes era dos homens), na sua sobrecarga de funções (já que segundo indica sua análise a mulher parece ter decidido por si só o ônus de chefiar sozinha a sua família).

A ausência de fundamentos críticos acerca da realidade social, de pensar a dinâmica da sociabilidade capitalista e as consequências que esta dinâmica impõe para as famílias, de desvendar a essência é preocupante. Valores retrógrados e conservadores se expressam, nesse sentido, como evidenciados nos fragmentos transcritos, que afirmam a família patriarcal como a que melhor se enquadra para responder as necessidades sociais e manter dignamente a família, a volta ao passado de práticas tuteladoras e moralistas por parte dos profissionais, assim como a culpabilização da família, ao afirmar e tentar argumentar que a família é a única responsável pela situação em que se encontram.

O segundo artigo problematiza o passado e o presente de mulheres nascidas na década de 1960, buscando informações sobre o futuro das mudanças na educação feminina e masculina.

Com relação ao ingresso no mercado de trabalho, a autora pontua as disparidades existentes na diferença homem/mulher, seja por razão salarial, seja por prestígio profissional, como também, a interferência de fatores familiares e domésticos, caracterizando mais um âmbito de trabalho para as mulheres: “(...) além dos fatores que envolvem sua qualificação e a oferta de trabalho, existe a continuidade de um modelo de família no qual são tidas como as principais responsáveis tanto no que se refere à socialização dos filhos como em relação às tarefas domésticas” (COELHO, 2002, p. 67). Essa relação coloca para a mulher a dupla jornada de trabalho, assumindo maiores responsabilidades e os problemas que consequentemente traz esse “ônus”, isto é, sua inserção no mercado de trabalho.

Apresenta no desenvolver os ganhos das trabalhadoras com relação ao mercado de trabalho e os depoimentos colhidos pelas entrevistadas diante da importância do trabalho em suas vidas

o maior ganho, entretando, foi sem dúvida a percepção feminina sobre o significado do trabalho, como possibilidade emancipadora em sua vida, (...) representa para muitas mulheres também uma realização pessoal, por ser um espaço construído individualmente, no qual se sentem valorizadas como pessoas. (COELHO, 2002, p. 70).

Com foco no espaço privado da família, a autora pontua a dificuldade existente no cotidiano doméstico, na qual o homem ainda considera o cuidado como uma ajuda e não propriamente como partilha de responsabilidades. A mulher não aceitando e nem podendo permanecer apenas no espaço doméstico, “acaba por viver um cotidiano estressante, na tentativa de concretizar múltiplos projetos, nem sempre possíveis de serem articulados entre si” (Idem, p. 73). Assim, pontua:

Esses fatores somados denotam que o cotidiano que as mulheres estão vivendo está intimamente relacionado ao estilo de vida moderno, determinado pela própria sociedade. Impondo a si mesmas um ritmo frenético, muitas não conseguem obter uma qualidade de vida plena, com mais espaço para o lazer e para si (COELHO, 2002, P. 73).

Em frente, analisa a qualidade de vida das mulheres e as reflexões insurgentes no âmbito privado da família, e quais políticas públicas estão sendo viabilizadas como apoio à mulher e à família. Diante das mudanças econômicas e demográficas recaem sobre as famílias as consequências de tais mudanças, e principalmente, entre as mulheres e jovens. Com a ação reguladora do Estado brasileiro drasticamente diminuído, transfere-se para a sociedade civil responsabilidades que antes eram suas.

Esse conjunto de fatores informa que as exigências da vida moderna hoje são muitos maiores que no passado recente e que a família e cada um dos membros do grupo foi profundamente afetada em sua estrutura e organização, tendo de arcar com novas responsabilidades, no caso das mulheres, com sobreposição das antigas (COELHO, 2002, p. 76).

Com respeito a este apontamento, importante destacar sua concepção neste sentido:

A família (e a comunidade imediata em menos escala), passa a ser eleita como a instituição privilegiada para dar conta de todos os problemas que afetam o grupo, reiterando-se a questão do campo e da organização política, o que impede qualquer possibilidade de extensão da cidadania social. (Idem, p. 76-77)

Concluindo esta passagem, a autora elucida as responsabilidades que o Estado deve ter para com a família: “no caso da família, com investimentos no desenvolvimento de ações que enfatizem aspectos preventivos e educativos, com orientação e atendimentos adequados em termos de apoio econômico, psicossocial e também cultural”. (COELHO, 2002, P. 77)

Percebemos, pois, novamente, a ausência das análises com respeito aos determinantes históricos e estruturais da própria sociabilidade burguesa, que deveria incluir reflexões sobre os espaços de reprodução social e também acerca da divisão sexual do trabalho no desenvolvimento do capitalismo como sistema de acumulação. A análise desenvolvida, desse modo, apesar de trazer alguns importantes elementos da realidade social, acaba se revelando insuficiente já que não desvenda as contradições e tampouco problematiza o papel do Estado na acumulação capitalista, referenciando uma abstrata “cidadania social” e concluindo, conforme colocado, com indicativos que desembocam em soluções dadas pelo “investimento em ações de aspectos preventivos”, reportando também para “orientações psicossociais”.

Importa destacar novamente que, no campo da intervenção profissional, tal perspectiva é completamente avessa à que defendemos, relativa a importância do fomento da participação popular, como instrumento de politização e desenvolvimento das potencialidades políticas da classe trabalhadora, capaz de transpor os limites instituídos pela democracia burguesa rumo a democracia protagônica, a ampliação da democracia – entendida como socialização da riqueza socialmente produzida e do poder – da justiça e equidade.

2.2.4 Processos de Intervenção do Serviço Social com Famílias

Os artigos que incorporaram este eixo se relacionam com os modos de atuação do Assistente Social frente a família, na quase totalidade, os artigos são aqueles que pontuam sobre o fazer do trabalho profissional diante da experiência de intervenção com famílias, evidenciando em sua grande maioria produções manuais de cunho tecnicista sobre o trato com famílias em diversos setores de atuação dos profissionais (como nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, hospitais, ONG’s e setores de prefeituras municipais em seus mais variados programas, projetos e serviços).

Os artigos selecionados nessa categoria foram: “Assunção da identidade cultural de famílias em situação de exclusão social” tendo como autoras Eliane Gomes Rodrigues, Maria da Conceição Pereira, Lúcia Lyrio, Carmélia Sampaio Neta, Suzan Keyla, Tatiana Novais, Gildesone Sampaio e Elinalva de Jesus, extraído dos Anais do CBAS/2007 e “Retratos da

vida das famílias multiproblemáticas” sob a autoria de Susana Pires, Ana Matos, Margarida Cerqueira, Daniela Figueiredo e Liliana Souza, da Revista Serviço Social e Sociedade do ano de 2004.

Com relação ao primeiro artigo, este evidencia a experiência de uma ONG que tem como público alvo crianças e adolescentes, a qual realizou um trabalho de fortalecimento da Família, da Juventude e da Comunidade no ano de 2006, no intuito de fazer insurgir a “auto-estima” dos familiares “convidando-os a mergulhar em alguns eventos e espaços culturais da cidade”, segundo acreditam, a auto-estima “é um potente motor de construção e criatividade” (p.1).

Nas palavras das autoras, assim concebem a importância da cultura para as classes populares:

A nosso ver e considerando as políticas sociais, em processo de fortalecimento no Brasil, deveriam ter como objetivo relevante reverter o processo de desvalorização da cultura e das manifestações culturais, a estigmatização por setores da sociedade, principalmente em relação às manifestações das classes populares e dos grupos “diferentes”, que são, de modo geral, rotuladas de inferiores, precárias, atrasadas. Esses eventos possibilitados e reconhecidos desenvolve o sentimento de pertencimento, fortalece a auto estima e a identidade. É a assunção da identidade – elevação a uma dignidade (2007, p. 2).

Assim, acreditam que o fortalecimento da cultura produz consequentemente o fortalecimento da auto-estima e esta última assegura a dignidade pessoal, ou seja, de modo simples assim, temos que segundo a análise empreendida as classes populares terão dignidade no momento em que tiverem auto-estima, de modo que a mesma será obtida através do reconhecimento da sua cultura.

Uma passagem importante de registrar é a menção que as autoras fazem acerca da concepção de família:

A experiência de mais de 10 anos em trabalho com famílias tem nos revelado que, junto com o seu papel afetivo e espiritual, a família tem impactos bastante relevantes em várias outras áreas. Ela é ao mesmo tempo, uma das principais redes de proteção social e o marco primário fundamental de integração social. O acesso aos eventos culturais e a participação nos espaços culturais podem ajudar a fortalecer essa instituição, eixo da sociedade e de incalculáveis contribuições para ela. A atividade conjunta ou não dos membros da família em tais espaços podem solidificar laços. Neles as famílias podem encontrar estímulos, respostas, enriquecer suas realidades, compartilhar experiências com outras unidades familiares de problemática similar.

Percebemos a ênfase da análise na importância do papel da família em função do seu papel afetivo e espiritual (sic!), sendo que assim considera mecanicamente a família como importante locus de integração e proteção. Além disso, novamente aqui temos indícios das já reportadas soluções mágicas, relativas a ações capazes de fortalecer laços familiares, para que a família encontre estímulo e enriqueça sua realidade a partir da partilha de experiência com o que denominam “outras unidades familiares de problemática similar”.

No decorrer do artigo, as autoras relatam que o desenvolvimento da ação profissional relatada e analisada foi composta por cinco procedimentos (p. 3-4): “A primeira foi uma visitação a exposição de fotografias, intitulada “Lá e Cá”, fruto de pesquisa realizada por um renomado fotógrafo brasileiro, em dois espaços público do Brasil e outro de Angola”; “A segunda atividade foi uma ida a um cinema da cidade, fato novíssimo na vida da maioria dos componentes do grupo de familiares. O filme escolhido foi “Os dois filhos de Francisco”; “A terceira atividade aconteceu num teatro parceiro nosso, que estava apresentando uma peça intitulada “A Comida de Nzinga”; “A atividade seguinte foi uma celebração, uma valorização a uma grande manifestação cultural que acontece principalmente no norte e nordeste do Brasil, que é a comemoração a São João e São Pedro, no mês de junho.”

As atividades foram detalhadas minimamente pelas autoras, descrevendo os lugares visitados, as emoções insurgentes das famílias, os sentimentos, os gestos. Vale ressaltar a avaliação das autoras com a seguinte atividade:

Avaliamos que esse foi um projeto exitoso e a indagação se faz presente. Quais as chaves do êxito desse projeto? Acreditamos que a oferta e a estratégia de mobilização basearam-se em elementos pouco tradicionais em projetos sociais, em projetos de atenção às famílias empobrecidas. Ao invés de serem convidadas para reuniões em salas fechadas, calorentas, desconfortáveis, pouco acolhedoras, com poucas cadeiras e essas poucas muitas vezes “capengas”, para escutarem sobre as dificuldades nas relações familiares, de aspectos importantes na educação dos filhos, receberem “brincas” pela forma de tratarem os filhos, da prevenção das doenças, do uso das drogas, etc, aspecto inegavelmente importante a serem discutidos com os familiares oferecemos a oportunidade de brilharem, de caminharem na sua própria cidade, com integridade, conhecendo essa cidade, de estarem nas ruas absorvendo novos conhecimentos, de descobrirem novas possibilidades, novos caminhos, novas trilhas, de serem tratadas como devem ser - com dignidade e respeito - de usufruírem dos espaços de luz, de brilho e de fantasia. (p. 6)

E também:

Em que isso tudo pode ajudar na melhoria das relações com seus dependentes, com os seus pares? Pode ajudar, e muito. A descoberta, o fortalecimento da auto estima, o sentimento de pertencimento a um grupo, a

uma cultura, a uma cidade, a um povo, a uma história, possibilita que as pessoas se tornem melhores e, conseqüentemente, saibam melhor cuidar do outro. O acesso à cultura, aos espaços de manifestações artísticas, ao mesmo tempo em que permite às pessoas se expressarem lhes possibilita o crescimento, transmite-lhes e fortalece o respeito pela sua cultura, valorizando-a e fortalecendo as suas identidades. Temos a convicção de que a prática sistemática dessas atividades pode fomentar hábitos saudáveis, culto pela cooperação, respeito pelo bem coletivo e respeito pelo outro. (p. 6)

Diante do exposto, colocam-se diversos pontos a serem analisados. Primeiramente, podemos destacar o conteúdo teórico expresso no artigo: se caracteriza inteiramente como uma produção de caráter pontual, manualesco e tecnicista, evidenciando a narração de uma atividade realizada, com a ausência de fundamentos teórico-metodológico e ético-político que norteasse a presente ação. Conforme brevemente analisado, a concepção de família vislumbrada pelas autoras vai ao encontro da concepção de família como uma instituição espiritual, que fornece a sociedade infinitas contribuições, devendo esta ser enriquecida e fortalecida.

Assim, analisamos que práticas profissionais como as descritas e *fundamentadas* pelas autoras (sic!), fazem “voltar o passado” da profissão, remetendo a moralização da família como imprescindível para a sociedade e para ela própria, com práticas psicologizantes, utilizando a espiritualidade, as emoções, os sentimentos das famílias como ferramentas de trabalho e a auto-estima da família como essencial para uma abstrata cidadania. A ausência de elementos teóricos críticos faz com que as profissionais na análise de sua atuação não desvelem a essência das relações sociais, caindo portanto em intervenções teóricas reducionistas baseadas no senso comum, que redundam em soluções baseadas na auto-estima das famílias da classe trabalhadora.

Sobre esse aspecto, sempre é bom referenciar que a auto-estima é um campo de atuação que não pertence ao Serviço Social, de modo que portanto não deve ser potencializada como foco da intervenção profissional dos assistentes sociais, uma vez que entendemos a realidade social como síntese histórica de contradições no terreno concreto do modo de produção capitalista e portanto compreendemos as múltiplas determinações que incidem sobre sujeitos e famílias nessa sociabilidade, sobretudo se tais sujeitos são da classe trabalhadora – expressos em vidas estilhaçadas, em famílias empobrecidas, em cotidianos alienados, no âmbito das atuais formas de reprodução dessa sociabilidade – ou seja, tratam-se de determinações que obstaculizam a emancipação política das massas e que não se resolvem com ações moralizantes e psicologizantes. Ademais, enquanto profissionais de Serviço Social, nossa ação deve estar orientada pela ampliação dos direitos sociais, pela luta em torno

da democracia, o fortalecimento da emancipação política dos sujeitos, negando toda forma de acomodação dos conflitos sociais, que faz recair sob os sujeitos e famílias a responsabilidade por sua condição social.

Com relação ao segundo artigo, as autoras pretendem em seu estudo conhecer as características estruturais e funcionalidades das famílias pobres denominadas “multiproblemáticas”, para que se possa auxiliar no planejamento de estratégia de intervenção.

No decorrer do artigo as autoras vão traçando características da estrutura familiar das famílias estudadas, a fim de compreender as evidências que as colocam como multiproblemáticas. Levantam apontamentos sobre o funcionamento familiar, dos quais estas famílias não conseguem desenvolver como “funções, comunicação, organização, economia familiar e recursos e competências” (2004, p. 10).

Foram feitas entrevistas com 56 famílias selecionadas, e as autoras obtiveram dez categorias que fomentam os “diversos problemas encontrados”: comunicação confusa, instabilidade e indefinição na composição do agregado familiar, as mulheres como figuras centrais, mães jovens e relacionamentos instáveis, tragédias e mortes trágicas, baixas qualificações acadêmicas e trabalho infantil, trajetórias profissionais instáveis, elevada mobilidade geográfica, acumulação de problemas de saúde e relações conflituosas.

Após o levantamento das evidências que caracterizaram tais apontamentos, as autoras propõem-se a discutir os dados, em suas palavras:

Neste contexto comunicacional a ação raramente sucede a um ato de reflexão, as respostas são emocionais revelando elevada intolerância à frustração e incapacidade de negociação. (...) neste panorama emocional é natural que se desenvolvam relações conflituosas em vários contextos: familiar, social, escola e profissional. Os membros destas famílias revelam falta de competência a nível de inteligência emocional (...), principalmente no que respeita a: gestão de emoções, conhecimento das próprias emoções, reconhecimento das emoções dos outros e gestão de relacionamentos. Resumindo, nas famílias multiproblemáticas pobres vive-se, realmente, um elevado número de problemas graves, que não só acumulam como, a interagir exponenciam a sua gravidade e lhe dão contornos que excedem a especificidade do problemas (...) (2004, p. 27).

Por fim, depois das entrevistas e das considerações levantadas, pontuam duas implicações das características estruturais e funcionais das famílias multiproblemáticas pobres para a intervenção:

A primeira prende-se com a intervenção instável e caótica existente no interior da família, que tem tendência a reproduzir-se na relação com os

técnicos, podendo facilmente tornar a intervenção desorganizada (...) a segunda implicação refere-se ao fato de a labilidade e a instabilidade dos vínculos entre membros de famílias multiproblemáticas pobres incitarem nos técnicos o desejo de adotar atitudes substitutivas, sobretudo em relação aos mais novos (...) e esta circunstância frustra os técnicos, que se sentem usados como meios, não de promover melhor qualidade de vida, mas de facilitação no acesso a determinados bens e serviços (...) (2004, p. 28-29).

Ao nosso ver, estamos novamente diante da questão referente a culpabilização das famílias pobres por sua pobreza, de modo que tal perspectiva acaba por orientar uma ação profissional cujo fundamento é a reprodução do *ethos* burguês, tal como já analisado nesse estudo. Inexistente é o debate que oportuniza uma apreensão totalitária da realidade social, a fim de constatar que as disparidades sociais que se colocam em nossa sociedade – e nas relações sociais – não são fruto da incapacidade dos sujeitos em ordenar suas vidas, mas de uma ordem societária econômica que sobrevive das desigualdades e que, portanto, as reproduz em escala sempre ampliada.

A pesquisa realizada tinha o único intuito de “auxiliar” as intervenções a serem realizadas com as famílias pelo corpo de profissionais que atuam com estas e não de oportunizar um debate amplo de apreensões críticas e sólidas diante da família, no sentido de ir além das tramas institucionais e das práticas rotineiras. Além de sobrecarregar o âmbito privado da família de culpa pela situação social em que vivem, vão mais além: estes por serem “multiproblemáticos” frustra os profissionais e desorganizam a intervenção realizada; além de serem pobres e multiproblemáticas, as famílias são insuficientemente incapazes de prover sua superação e “usam” os técnicos ao acessarem os direitos sociais.

Recai neste sentido outro elemento contraditório: os direitos sociais analisados como benemerência e ajuda do Estado que acabam por acomodar os pobres, limitando as ações profissionais que se pretendem emancipadoras – a categoria emancipação, inclusive, aparece muito em diversos artigos situados na produção teórica desse eixo como sinônimo de inclusão precarizada das famílias pobres no mercado de trabalho, de modo superexplorado e subalternizado.

Face ao exposto, percebemos que nas ações profissionais realizadas com foco na família, ainda persistem e se reproduzem práticas conservadoras, enraizadas de preconceito e despidas de conhecimento crítico. O sendo comum impera, colocando para as famílias, além da responsabilidade, a culpa por estarem na situação que se encontram; os direitos sociais são vistos como “ajuda”, e os que acessam, insuficientemente incapazes de se auto-manter, necessitando da “mão acolhedora do Estado”.

2.2.5 Família e Saúde

Neste eixo temático foram selecionados 20 artigos que continham a saúde como ponto de análise principal, por exemplo, as estratégias de saúde na família do Programa Saúde da Família – PSF, aspectos que levam as famílias a enfrentarem situações diferenciadas como a saúde mental e as pessoas com deficiência, dependentes químicos, como também em setores hospitalares.

Os artigos selecionados para serem apreendidos nesta pesquisa foram: “Serviço Social e estratégia saúde da família: contribuições ao debate” com a autoria de Kathleen Elane Leal Vasconcelos, Sandra Amélia Sampaio Silveira, Thaisa Simplício Carneiro, Cibelly Michalane Oliveira dos S. Costa, extraído da Revista Serviço Social & Sociedade do ano de 2009 e “O Resgate Familiar na assistência ao paciente com câncer: A atuação do assistente social na enfermagem cirúrgica de cabeça e pescoço” com autoria de Fabiana Félix Ribeiro, retirado dos Anais do CBAS/2007.

O primeiro artigo busca contribuir para o debate acerca da inserção de Assistentes Sociais na estratégia Saúde da Família (SF) na composição de equipes básicas, a importância deste profissional e como vêm participando do “fazer saúde da família”.

Primeiramente pontuam os diferentes modelos de atenção à saúde, os embates entre projetos políticos que envolve a saúde, passando pelo Movimento de Reforma Sanitária que ampliou a concepção de que saúde que “possibilita relacionar os múltiplos fatores envolvidos na gênese, no desenvolvimento e na perpetuação do processo saúde-doença, sejam eles determinantes biopsico-sociais, os riscos ambientais, epidemiológicos e/ou sanitários.” (2009, p. 311-312).

Após, defendem que a equipe de saúde da família não deve constituir-se como uma equipe mínima somente de médicos e enfermeiros, mas que amplie o corpo profissional, para que se evitem ações focais, haja vista que as demandas insurgentes não se caracterizam somente como “ausência de doenças”.

Sobre a inserção do Serviço Social na estratégia saúde da família, as autoras colocam que:

a formação teórico-metodológica dos (as) assistentes sociais os habilita a lidar com a realidade da classe trabalhadora em seu cotidiano, identificando-os (as) como profissionais privilegiados (as) no trabalho social com esta classe, podendo oferecer contribuições para a atuação das equipes na SF. (2009, p. 319).

As autoras citando Silva (2002, p. 13) pontuam:

O Serviço Social tem construído historicamente, na ação voltada para a área da saúde, projetos que viabilizam a participação dos/as usuários valorizando a informação, a prevenção da doença desde os cuidados básicos à ênfase a atenção primária, compreendendo a saúde como resultante de condições determinadas pelas condições de vida, na perspectiva da formação para a cidadania e participação e exercício do controle social (Idem, p. 321).

Por fim, explanam acerca da consonância do exercício profissional do Serviço Social na estratégia Saúde da Família com o projeto ético-político da profissão, indagando se na prática corre-se o risco de reproduzir ações imediatistas, paliativas, conservadoras, apontando que para esta indagação, cabe “reflexão e posicionamento coletivo da categoria sobre como sua inserção pode acontecer e que estratégias podem ser construídas para fortalecer a efetivação dos princípios do SUS” (Idem, p. 330).

Apontam sobre a importância da sistematização da prática, incentivos a pesquisa, como propostas de estratégias coletivas, avaliação e discussão da Saúde da Família e da atuação dos assistentes sociais na mesma.

Importante destacar a recomendação das autoras para pensar não somente o processo de inserção dos profissionais na SF, mas a “forma” com que essa inserção vai se operar em termos do projeto profissional que vai ser adotado, salientando a importância de “uma formação para assistentes sociais que estão se inserindo nas equipes básicas e nos Nasf, bem como de um suporte, por parte da universidade e do conjunto CFESS/Cress, para estes profissionais” (p. 331).

Percebemos neste escopo a preocupação da autora em relacionar o projeto hegemônico da profissão com a cisão entre o estudo teórico e a intervenção, buscando a pesquisa e a articulação com as categorias profissionais para auxiliar este processo. Conforme elucida Bravo e Matos (2007, p. 213) acerca destes desafios profissionais: “sobretudo, na suposta necessidade da construção de um saber específico na área da saúde, que caminha tanto para a negação da formação original do Serviço Social ou deslança para um trato exclusivo de estudos na perspectiva da divisão clássica da prática médica”.

Porém, mesmo com a chamada para a afirmação de uma prática pautada nos princípios do SUS, evitando o risco de reproduzir ações paliativas e conservadoras, não encontramos no texto – novamente – nenhuma reflexão sobre as determinações econômicas, políticas e ideológicas das políticas sociais na sociabilidade capitalista, como também, nenhum indicativo sobre a mobilização e participação social, através das quais os profissionais

deveriam pautar o exercício profissional, segundo evidencia os parâmetros para a atuação dos Assistentes Sociais na saúde (2009, p. 31):

(...) mobilizar usuários, familiares, trabalhadores de saúde e movimentos sociais para a participação em fóruns, conselhos e conferências de saúde e de outras políticas públicas,
(...) estimular a participação dos usuários e trabalhadores de saúde nos diversos movimentos sociais

Com relação ao segundo artigo, a autora procurou tecer breves considerações acerca da atuação dos profissionais de Serviço Social que atuam na área cirúrgica de cabeça e pescoço.

O primeiro registro fundamental com respeito a esse artigo é a super-especialização da própria natureza do trabalho do assistente social que não é analisada de modo crítico, isto é, o recorte do recorte do recorte da expressão da questão social que a demanda do trabalho expressa, cuja análise está completamente ausente do debate referenciado pela autora. Como analisamos anteriormente nessa pesquisa, as análises teóricas que partem de uma especialização-muito-especializada, desconsidera a perspectiva da totalidade e as determinações diversas da sociabilidade burguesa, constituindo também um sinal – cada vez mais presente na produção do conhecimento de modo geral – do avanço da pós-modernidade.

Feita essa consideração preliminar podemos partir para os próprios elementos analíticos do artigo.

A autora pontua considerações acerca das famílias pobres e os elementos constitutivos das mazelas enfrentadas, nas suas palavras:

As famílias mais pobres, devido a dificuldade de acesso a educação e outros valores, apresentam limitações reais para a construção de projetos de vida individuais. Geralmente, pensam seu lugar através do trabalho e da reciprocidade familiar e redes de relações, como vizinhos e amigos. Essas redes são fundamentais para a garantia da reprodução social desses grupos e quando afetadas, geram impactos significativos na vida familiar gerando situações como a violação aos direitos humanos: aumento da prostituição infantil, o trabalho infantil, a violência, o isolamento social, o uso abusivo de drogas, entre elas drogas lícitas e altamente nocivas como o álcool e o tabaco. (RIBEIRO, 2007, p. 4).

Acreditamos que as condições sociais que determinam as situações de violações aos direitos humanos não estão inerentes às redes de apoio que a família se sustenta, pois que a causalidade é histórica e estrutural. É claro que as redes de apoio são importantes para a família, principalmente para as famílias pobres onde acaba sendo “comum a vivência de um modelo familiar em que todos se mobilizam, independentemente da idade, para resolver aquilo que é urgente, que diz respeito à sobrevivência” (ASSUNÇÃO E FERREIRA, 2006, p.

1). Porém, cabe ressaltar que a violação dos direitos humanos não se esgota no arcabouço privado da família e das suas redes sociais: é próprio e inerente da sociedade dividida por classes, e não pode ser compreendido desprendido ideologicamente da dinâmica desigual e excludente que se caracteriza a sociedade capitalista.

Com relação a prática profissional realizada pelos assistentes sociais da referida unidade de serviço de saúde, a autora pontua:

A atuação do assistente social na clínica de cabeça e pescoço está baseada no resgate da cidadania do paciente e de suas relações familiares, no sentido da recuperação da saúde e promoção do cuidado ao paciente, bem como sua inclusão e de sua família nas políticas e direitos sociais existentes. (FRANCO, 2007, p. 5).

E,

Nesse processo a família passa a identificar as suas potencialidades e não apenas as suas fragilidades enquanto vítima de um sistema público que não assiste aos cidadãos. A visibilidade dos direitos sociais e suporte em termos de políticas públicas, bem como a retomada de sentimentos de afetividade em relação ao paciente, podem significar uma reorganização da família para promover o acolhimento ou em algumas situações o recolhimento da pessoa hospitalizada. (Idem, p. 5)

Obviamente que considerando o horizonte referenciado no projeto ético-político profissional, acreditamos que os direitos sociais e sua materialização em políticas sociais públicas para as massas é fundamental, tendo em vista garantir por esse canal o acesso da classe trabalhadora a riqueza socialmente produzida bem como potencializar tais políticas como instrumentos da luta social, retomando seu vínculo genético com a luta de classe. No entanto tal perspectiva nem de longe se assemelha com a perspectiva referenciada, recheada de conceitos abstratos e formais, além da proposta que reporta a “retomada de sentimentos de afetividade” para com os membros da família, indicada como ação profissional do assistente social.

Novamente temos a tendência a subalternização da família na prática profissional do assistente social, expressa em ações tuteladoras e coercitivas que emanam para as famílias a responsabilidade pelo cuidado dos seus membros, principalmente em situação de doenças e cuidados, podendo acometer as famílias de culpa, por estas não prover de condições de cuidados em suas mais variadas situações.

2.2.6 Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda

Neste eixo temático foram incorporados 20 artigos, os quais se referem principalmente as ações desenvolvidas nos CRAS, a partir da nova configuração da política de assistência social no Brasil com sua reestruturação dada pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, bem como programas de transferência de renda e demais programas ou projetos do campo sócio-assistencial com foco na família, também incluímos nesse eixo alguns artigos cujo objetivo era problematizar a questão da pobreza e estratégias de sobrevivências das famílias, bem como redes de proteção social construídas pelas famílias ante a dureza da reprodução cotidiana da existência e imaterialidade dos direitos sociais na sociedade capitalista.

Assim, foram selecionados os artigos: “Famílias na Política de Assistência Social: arcabouço conceitual e concepções de família entre os técnicos dos CRAS”, autora: Solange Maria Teixeira, extraído dos Anais do CBAS/2010 e “A família como rede de apoio: a experiência da APAE de Goiânia” tendo como autoras Karine Marques Rodrigues Teixeira, Celita da Guia Mota Cirino, Leciuda Pereira de Souza, Graziella de Souza Almeida, Larissa Migliorini de Araújo, Maria Alice Dias de Almeida Neves, Kênia Cristina Lopes Abrão, Regina Célia Araújo, Marciley Alves dos Santos Costa, extraído dos Anais do CBAS/2010.

Com relação ao primeiro artigo, a autora se propôs a verificar a concepção que os profissionais que formam a equipe interdisciplinar do CRAS do município de Teresina expressam sobre a família ante sua função e seus papéis esperados.

Na concepção da autora, ainda que um tanto equivocada em algumas análises primordiais (o Estado de Bem Estar Social importado para a realidade periférica do Brasil que o diga) é possível percebermos alguns elementos importantes com respeito a análise da autora sobre a centralidade da família na política socioassistencial e das suas “funções”:

Em síntese, ao reconhecer e definir como princípio a “centralidade na família”, o Estado preconiza o redirecionamento das ações socioassistenciais e sua concentração nessa esfera, através de uma ação que pretende ser integral e não fragmentada, e reafirma a responsabilidade com a proteção social, principalmente, com seu nível de prevenção antes do risco e do agravo. Mas, por outro lado, reforça em suas ações, não a secundarização da família nas ações protetivas e de reprodução social, típicas da modernidade e do avanço do Estado de Bem-Estar Social. Antes, ao contrário, revive

tradicionais funções da família, constantemente reatualizadas, no atual contexto, o que culpabiliza aquelas que não conseguem desempenhar adequada ou idealmente aqueles papéis esperados, pela condição de sobrevivência, ciclo de vida, tamanho da família, modelo de estruturação, falta de acesso aos serviços públicos, dentre outros. (TEIXEIRA, 2010, p. 4).

Portanto, em sua pesquisa ficou evidenciado que a maioria dos profissionais que atuam no referido CRAS ainda reiteram a visão nuclear de família, vendo esta como um modelo ideal. Assim, diante de situações adversas as quais passam constantemente a família, o papel da mulher é o mais criticado, pois em uma família nuclear, cabe à mulher a única responsabilidade pelo cuidado de seus membros, “culpabilizadas pelos problemas da família, reforçando o modelo cultural que atribui às mulheres o papel de cuidado e dos assuntos internos da família” (TEIXEIRA, 2010, p.6).

Além disso, percebemos que ainda existe enraizado nos ideários dos profissionais, o conservadorismo latente que referencia um modelo ideal de família e, conseqüentemente, em funções familiares. Reconhecer que os arranjos familiares mudaram, da forma como tais análises tem sido conduzidas, não nos parece surtir efeito enquanto ação de caráter político-emancipatório dos sujeitos. Isso porque a pesquisa refere-se à profissionais atuantes na política de proteção básica do SUAS, os CRAS, podendo ser este novo espaço privilegiado de participação popular, o que mostra a precariedade de ações condizentes com perspectiva social crítica, a qual deveria nortear a ação e o posicionamentos dos profissionais da Assistência Social.

O segundo artigo expõe sobre a experiência que a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) de Goiânia realiza em suas ações com foco na família, a fim de fortalecer a autonomia e as redes de apoio da família.

A partir de um cadastro sócio-econômico, a equipe profissional da APAE reconheceu que a maior parte das famílias é proveniente de baixa renda. Assim consideram as autoras:

Importante salientar que grande parte das famílias sobrevive apenas com o Benefício de Prestação Continuada – BPC ou o benefício contribui de forma preponderante, compondo mais da metade do orçamento familiar. Conclui-se que as famílias demandam proteção social, conforme preconiza a PNAS/04, ou seja, não têm asseguradas as seguranças sociais de renda, convívio familiar e comunitário e de acolhida.

Podemos perceber, através do relato transcrito a seguir, a percepção que os profissionais que atuam na APAE de Goiânia fundamentam acerca da família e de como o trabalho desenvolvido propõe a ‘superação’ da família:

Entende-se que as próprias famílias podem encontrar caminhos de superação das vulnerabilidades sociais através de suas capacidades e potencialidades,

neste sentido são desenvolvidas ações socioeducativas. Entende-se que devem ser oferecidos caminhos pedagógicos para um desenvolvimento integral de indivíduos e famílias, bem como instrumentos que possibilitem a construção, orientação e encaminhamento de alternativas às condições de vulnerabilidade social ou pessoal em que vivem no seu cotidiano. São processos educativos que geram possibilidades de mudanças por meio de reflexões sobre seus atos e vivências criando novas concepções, atitudes e formas de vida

Após realizar todo um levantamento acerca da intervenção que o Serviço Social realiza com as famílias, além de pontuar as atividades sócio-educativas e cursos oferecidos, assim concluem:

Sem dúvida, ainda há muito a ser feito com o intuito de tornar as ações da Assistência Social na APAE uma referência nessa área, no entanto, salienta-se que neste processo histórico de efetivação da política pública de assistência social a APAE de Goiânia vem acompanhando as mudanças propostas e corrobora com a determinação legal com execução de programas, projetos, serviços e benefícios que visam contribuir para a garantia de meios de se transpor as dificuldades impostas pelas diversas circunstâncias, tendo a família como uma rede de apoio para a concretização de direitos.

Acerca dos apontamentos levantados no presente artigo, retorna com novas roupagens outras questões importantes, já anteriormente referenciadas: a atuação policlesca que conduz a atuação profissional com as famílias – em especial as famílias pobres, de modo a ensiná-las a cuidar de seus membros, a gastar bem o dinheiro, etc. Desse modo, obviamente que outra vez caímos na subalternização, moralização e culpabilização, imprimindo para as famílias, em especial as famílias pobres, a idéia de que tais famílias “não sabem cuidar dos seus membros, e, portanto, precisam ser ensinadas”, fixando a idéia de que o “pobre” não sabe educar seus membros.

Outro levantamento refere-se a “superação” da família como estratégia de atuação os assistentes sociais. A concepção de que a família é “superável” sempre que exercita sua auto-estima e suas capacidades, coloca a ação voltada para este sujeito condizente com o sistema ideológico e político neoliberal, que preconiza as potencialidades individuais diante de um mercado cheio de oportunidades, e conseqüentemente, a ideologia de que o indivíduo que quer, consegue vencer.

Um cuidado neste sentido se torna essencial, para que alienações profissionais sejam evitadas, percebendo a relação família-sociedade-Estado ante uma perspectiva crítica, compreendendo a ação profissional para além do indivíduo, da família, mas como uma necessidade social, no âmbito das lutas de classe. Importante, nesse sentido, ressaltar as

colocações de Paiva, Rocha e Carraro (2010, p. 9-10), quando discursam sobre a relação da Assistência Social e da participação popular:

Realizar o direito à assistência social numa perspectiva efetivamente democrática implica, pois, no reconhecimento concreto do protagonismo popular, cujo exercício pelos usuários sujeitos de direitos, de partida, enfrenta o elitismo no cotidiano da sociedade e da política pública também. Acreditamos que a ruptura com a lógica desabilitadora do caráter protagônico das massas, na direção de um projeto democrático-radical que nutre o compromisso ético-político da profissão de Serviço Social, deve comandar a atuação do assistente social nesse contexto, contribuindo para ultrapassagem dos mecanismos de desmobilização e de subalternização, que descredenciam as estratégias de fortalecimento político das massas espoliadas.

2.2.7 Família: conceitos, tipologias, transformação e centralidade na proteção social

Como forma de abarcar os artigos que abordavam estudos teóricos sobre a centralidade da família nas políticas sociais, suas formas, modelos e transformações que estas vêm sinalizando ao longo do tempo, este eixo teve um total de 24 artigos, dos quais selecionamos: “Famílias monoparentais: indagações”, autora Maria Amalia Faller Vitale, retirado da Revista Serviço Social & Sociedade de 2002 e “Um estudo sobre representação social de famílias, com adultos em situação de risco social, no Município de Curitiba” sob autoria de Cleide de Souza de Oliveira, Elisabete do Rocio da Silva Buiar, Roseli Carvalho Muraski, extraído dos Anais do CBAS/2007.

No primeiro artigo a autora busca destacar a configuração das famílias chamadas monoparentais, das quais atende em processos de terapia familiar, entendendo as relações, os sentimentos e a lógica do contexto social destas famílias, para que seja possível compreender algumas implicações e indagações básicas acerca da monoparentalidade.

Traça considerações diante da monoparentalidade e gênero, afirmando que “dados recentes sobre a supremacia numérica feminina nessas configurações familiares e a origem do próprio termo acabam, no entanto, por cunhar uma relação implícita entre monoparentalidade e feminino” (VITALE, 2002, p. 49).

Com relação à pobreza, elucida que diante a desigualdade salarial entre homens e mulheres, e considerando que os lares monoparentais se constituem em sua maioria por mulheres, “as relações entre mulheres e pobreza constituem as raízes de efeitos perversos sobre a vida família” (Idem, p. 50). Faz indagações acerca de como essas famílias podem ser um lugar protegido e “como o feminino, aliado à pobreza, integra o imaginário familiar e orienta a socialização dos filhos?” (VITALE, p. 51).

Diante da terapia familiar, assim pontua a autora:

A terapia familiar tem se afastado de uma leitura patologizante ou normativa no que diz respeito às mudanças que se configuram na família. Isso não significa, entretanto, o desaparecimento de reflexões que atribuem valor como a *desestruturação* familiar, ou conexões entre monoparentalidade e *desajuste* dos filhos, conferindo por vezes, uma conotação de “risco” ou “disfuncionalidade” aos efeitos e custos destas formas de viver em família. (VITALE, 2002, p. 57, grifos da autora)

A autora pontua que as famílias monoparentais costumam ser mais frágeis com relação às situações de vida do que aquelas consideradas clássicas. Nas suas palavras:

A noção de família monoparental, de um lado, serviu para se opor ao estigma de famílias problemáticas, ou de menor status social (quando comparadas às famílias clássicas), mas, em contrapartida, tem ficado associada ao gênero e à pobreza, na medida em que uma “mãe isolada” pode ter maior dificuldade para responder pelas necessidades e cuidados dos filhos (Idem, p. 59).

Em duas passagens do texto, vemos que a autora, em sua análise, se esgota em conhecer os aspectos das famílias monoparentais: “(...) contribuir para uma melhor compreensão da própria categoria família monoparental, mas será que devemos mesmo falar em família monoparental ou multiparental?” e também, “refletir sobre as diversas dimensões da monoparentalidade é também repensar os próprios modelos internalizados de família” (VITALE, 2002, p. 60).

Diante deste contexto, percebemos que o artigo baseou-se na produção teórica capaz de subsidiar os profissionais que atuam através de terapias familiares, a conhecerem o espaço privado destas famílias com formatos monoparentais, para futuras intervenções.

De acordo com a perspectiva que vimos fundamentando, as terapias familiares não se constituem em ações profissionais dos assistentes sociais, uma vez que tais práticas lidam com sentimentos e emoções, e como já levantamos, trata do conhecimento da *psique* e não referem-se a seara do Serviço Social. A afirmação da autora em reconhecer que as famílias “clássicas” são aquelas que apresentam a estrutura familiar “normais” e, portanto, as monoparentais aquelas que apresentam “disfunções, problemas” evidencia um olhar estereotipado com relação aos modelos familiares e com a própria família que não se enquadram neste dito “padrão” familiar.

No entanto, a análise desse artigo redundava fundamental já que mesmo não objetivamente atuando com as chamadas terapias familiares, o que parece estar ocorrendo nos processos interventivos do serviço social com famílias – embora com nomes diversos, a

depender dos modismos e das roupagens que se transvestem – trata-se justamente desse trabalho relatado pela autora, ou seja, de atuação de modo a psicologizar as relações sociais.

Mais uma vez, aqui reside o velho debate: o da moralização das famílias seguindo um modelo “padrão” a ser seguido, assim como, psicologizar as relações sociais, na medida em que imprimem para as famílias a responsabilidade por seus “problemas” familiares, neste caso, por não assumir o modelo nuclear, tido como o “clássico”. Expõe a incapacidade da mulher diante das necessidades que encontram, seja econômica ou social, sem ao menos levantar a hipótese de que a situação encontrada evidencia as expressões da “questão social” inerente ao sistema capitalista, e principalmente, sem refletir criticamente sobre o que acredita ser uma transformação na família, relacionada a família monoparental.

O conservadorismo presente no artigo analisado e que certamente expressa o conservadorismo nos processos de trabalho do assistente social, também é evidenciado pela ausência completa de um debate que preconize a luta de classe e a luta política dos trabalhadores, bem como de ações profissionais pautadas na emancipação política dos trabalhadores, no engajamento social do profissional em articular os movimentos sociais, a participação popular, como fomento de politização e desenvolvimento social. Para esta crítica, fica a passagem de Jurandir Freire Costa (1999, p. 17):

Que a família sofre e precisa ser ajudada, não há dúvida! Não se trata de negar a desorientação e o sofrimento emocional que perseguem os indivíduos urbanos às voltas com seus dilemas familiares. A dúvida consiste em saber se os remédios propostos, ao invés de sanarem o mal, não irão perpetuar a doença. O problema começa quando percebemos que a lucidez científica das terapêuticas dirigidas às famílias escondem, muitas vezes, uma grave miopia política. Miopia que tende a abolir, no registro do simbólico, o real adjetivo de classe existente em todas as lições de amor e sexo dadas à família.

Com relação ao segundo artigo, este busca através dos relatos de moradores do Centro de Acolhimento e Atendimento Integral Mais Viver – CAAI Mais Viver, verificar a conotação de família na vida destas pessoas, relacionando para tanto aspectos como o passado, presente e futuro esperado nas relações familiares.

Primeiramente a autora busca argumentos que “expliquem” a incidência de pessoas que se encontram sem referência, para tanto pontua que nas décadas de 1970 e 1980 um grande contingente de crianças e adolescentes “foram levadas a sobreviver nas ruas ou em instituições, abandonadas por suas famílias e por políticas de atenção e proteção” (OLIVEIRA, MURASKI, BUIAR, 2007, p. 1), e:

Cabe também citar, que outro motivo que levou ao aumento desta população foi a Reforma Psiquiátrica, ocorrida em resposta ao contexto neoliberal em

meados dos anos 90, onde pacientes crônicos foram desospitalizados, e já abandonados por suas famílias ficaram à mercê de programas sociais (Idem, p. 2).

Após, minimamente expõem os procedimentos utilizados na pesquisa e as falas dos entrevistados, o que acreditamos não ser necessário expor para o presente estudo.

Como considerações finais, as autoras colocam:

Para finalizar, a realidade e necessidades constatadas pelos profissionais neste artigo em relação à ambigüidade, histórico de vida e esperança da população moradora de rua, deixa evidente a necessidade de se realizar uma pesquisa atual sobre o perfil e necessidades das pessoas que se encontram em situação de risco social, tanto a nível municipal, estadual e federal, podendo assim mapear a real situação desta população a nível nacional. Outra ação imediata que se faz necessária, se dá em relação a atuação dos profissionais que atuam no campo socioassistencial da proteção social especial de média complexidade no trabalho com famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo os vínculos familiares fragilizados, não permitindo que estes sejam interrompidos. Quanto a população que já se encontra em situação de abandono e risco social, cabe ao Estado, através de programas socioassistenciais enfrentar as diversas formas de opressão, violência e pauperização, oferecendo atendimento que garanta os direitos básicos, em especial o direito à convivência familiar e comunitária. (Idem, p. 8).

Pontuamos novamente análises que no momento em que analisam as conseqüências dos abandonos familiares, a ruptura dos vínculos – por exemplo – referenciam ações e atitudes de famílias pouco solidárias, famílias “que falham”, acusando-as de más cuidadoras ou ausentes de amor fraternal, em detrimento de análises que privilegiam causas sociais, econômicas e históricas que fazem insurgir tais ações.

Ademais, um comentário final sobre os artigos desse eixo nos permite analisar que os mesmos evidenciam, tal como a imensa maioria da produção analisada através dessa pesquisa – inclusive nos demais eixos –, o consenso quanto às “transformações na família”, no seu formato, organização interna; no entanto também a imensa maioria das análises se restringem aos aspectos referentes à mudanças na estrutura e composição familiar, abstraindo-se as próprias transformações da sociedade capitalista, seus reflexos sobre as unidades familiares, e a essência da reprodução do capital como relação social fundante no espaço da família, expressa na família nuclear burguesa como forma dominante dessa chamada unidade social básica, independentemente das modificações nos arranjos familiares.

CONCLUSÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro no período de 2000 a 2010 sobre a família, com ênfase na relação com o próprio Serviço Social, tendo em vista problematizar a dimensão contraditória de acesso aos direitos que a família encerra e desvendar as tendências da produção teórica em curso.

Com o aporte da perspectiva crítico-dialética se tornou possível apreender uma leitura e investigação iluminada pelo horizonte da totalidade, diante da análise não fragmentada em partes indissociáveis, mais assentada na concreticidade dos fenômenos sociais, como um aglomerado de contraditórios, e assim, problematizar nossa hipótese e os resultados que evidenciamos nesta pesquisa.

Diante percurso da análise dos artigos selecionados foi possível verificar que a vertente teórica que perpassa a produção do conhecimento no Serviço Social se apresenta de uma maneira ampla de significados e apreensões diante da família, o que caracteriza evidentemente a estrutura sincrética da profissão. Claro que existem – em menor medida – algumas produções teóricas que assumem posicionamentos críticos e que se desenvolvem a partir do rigor crítico-dialético, além de pautar o projeto ético-político profissional e seus princípios emancipatórios, porém, importa ressaltar, ao que indicam as análises que empreendemos por meio desse estudo, a imensa maioria das produções no serviço social incorporam ou sobrepõem de alguma forma as vertentes pós-modernas, fazendo reanimar os traços latentes do conservadorismo profissional.

Nesta linha, a produção pesquisada, principalmente relativa ao eixo “Processos de intervenção do Serviço Social com Famílias”, evidencia que os profissionais mantêm o traço histórico do conservadorismo no trato com famílias, como a psicologização destas, a racionalidade técnica, o foco no trabalho com grupos e uma tendência às práticas terapêuticas. Nesta mesma contradição, evidenciamos aspectos de moralização das famílias à ordem vigente, onde no olhar do profissional, se encontra em “conflito” e, portanto, deve ser “tratado”. O viés psicologizante que os profissionais do Serviço Social acabam por imprimir em sua prática profissional faz distanciar o horizonte ético-político de emancipação política dos sujeitos e classes sociais, assumindo posturas de outras áreas do conhecimento humano, o que a nosso ver, se colocam como respostas estéreis frente às reais problemáticas sociais.

No escopo deste entendimento, percebemos que a pesquisa e a produção do conhecimento no Serviço Social, os quais deveriam privilegiar o universo da classe

trabalhadora e seus processos de mobilização e lutas coletivas, visando por um cotidiano das famílias e indivíduos em direção a vida com direitos, proteção e dignidade e de efetiva autonomia, se encontra na verdade, na contramarcha deste processo, evidenciando, a decadência ideológica que perpassa a produção do conhecimento no Serviço Social.

Na evidência de que a produção do conhecimento serve a uma lógica de produtividade e aos interesses da dinâmica da sociabilidade burguesa, a explanação de Lukács acerca do pensamento social burguês nos elucida neste ponto:

Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica. (LUKÁCS, 1968, apud LARA, 2008, p. 241)

A relação desta passagem com o pensamento pós-moderno é evidente. Tal perspectiva avança a passos largos sobre a produção do conhecimento das ciências sociais, e que conseqüentemente, alude no Serviço Social brasileiro. Sabemos que o pós-modernismo é a corrente teórica que repercute polêmicas nas ciências sociais, “qual seja: o principal combate travado é contra a teoria social de Marx e seu ponto de vista privilegiado é o epistemológico” (SANTOS, 2008, p. 83). O que faz “privilegiar” a apropriação de tal referencial teórico para os profissionais, pode ser sinalizado com o lastro conservador e sincrético que constitui e perdura nas bases teóricas do Serviço Social brasileiro, e aludindo como desdobramentos “as críticas à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e conseqüentemente negação do sujeito).” (SANTOS, 2008, p. 84).

O abandono da perspectiva da totalidade faz insurgir o reforço à singularidade, valorizando no nível de fragmento as intervenções e o conservadorismo profissional. Assim, a atuação se move para o individual, para o instrumental, perdendo a natureza ontológica das relações sociais, conforme nos elucida Lara (2008, p.241):

O pensamento “pós-moderno” com a preocupação de explicar e justificar as mudanças da sociedade contemporânea – sob as determinações do sistema do capital –, prioriza os aspectos singulares das relações sociais, realçando o efêmero, o descontínuo e o fragmentário, o que, em última instância, implica separar o indivíduo da classe social e, por conseguinte, da perspectiva de emancipação humana.

Assim, o *ethos* burguês que promove a moralização dos sujeitos sob a lógica dominante e que remete a sujeições prático-profissionais conservadoras dos primórdios da profissão, ressurgiu através da vertente teórica pós-moderna, que recoloca em outros patamares, a mesma prática profissional de adequação e soergimento moral e social das famílias e indivíduos, a qual fortalece e legitima a ordem social dominante, diante da vinculação de modos de ser e de valores, inerentes, portanto, para a manutenção do sistema.

O contraponto crucial neste sentido se faz com a importância da pesquisa no fazer profissional numa perspectiva contra-hegemônica, relacionando este aprimoramento com o Código de Ética profissional, a Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº8662/93) e os demais documentos da categoria, como os CFESS/CRESS, fortalecendo o debate em torno das premissas que envolvem os fundamentos sociais, baseando-se na perspectiva da teoria social crítica, devendo ser este, o principal fundamento teórico a ser buscado pelos profissionais que desejam não “cair nas armadilhas” pós-modernas.

Coloca-se neste sentido a importância de estarmos historicamente situados e criticamente fundamentados não só no interior da pesquisa, mas na dimensão técnico-operativa incontestemente em nosso cotidiano profissional, relacionando os conhecimentos trazidos da pesquisa e da produção do conhecimento para nossa atuação prática, a fim de que se evitem regressões e alienações, tão presente como bem mostrou a pesquisa, no trato com as famílias.

Assim, cabe pensarmos a política social em sua constituição, para além da mera acomodação de conflitos, que como já sinalizamos, representa a efetividade na sociedade dividida por classes. Tendo como prisma regulador o limite da matricialidade sócio-familiar, se coloca como inviável pensar a política social como instrumento possível de transformação social, na medida em que, por meio da centralidade das ações no âmbito da família, o objetivo se materializa na fragilização das relações familiares e da própria família, assumindo com isso, ações de cunho tutelador e psicologizante das políticas sociais, as quais deveriam ao contrário, efetivar posições protetivas e capazes de ensejar o potencial político-emancipatório das políticas sociais.

No horizonte do pensamento crítico radical, sendo o Assistente Social profissional diretamente vinculado no espaço sócio-ocupacional da política social assim como, assumir neste campo privilégio de inserção, se torna indispensável pensar outro referencial político de fortalecimento político-democrático e libertário da família para com o Estado, diante da elevação dos níveis de organização e lutas dos seus membros que se encontram

subalternizados e dominados no interior do grupo familiar, efetivando, portanto, a participação popular como eixo das políticas sociais.

Percebemos ante a análise dos artigos, que o debate da coletivização, dos movimentos sociais, da organização popular, da luta política da classe trabalhadora fica totalmente esquecido, não aparecendo de modo significativo em nenhum eixo, evidenciando que a atuação dos profissionais que atuam diretamente com a família não se assenta na perspectiva da emancipação política dos seus indivíduos.

Por esta razão, a postura do Assistente Social compromissado com o projeto ético-político profissional de Serviço Social, deve se posicionar no sentido de ultrapassar os mecanismos de desmobilização existentes nas tramas institucionais, fortalecendo a construção de um projeto democrático-radical, através do constante aprimoramento teórico, possível através da investigação como pesquisador.

A importância da produção do conhecimento e da pesquisa se apresenta neste sentido, na medida em que gera parâmetros de atuação para os profissionais, devendo, portanto, assumir posições democráticas, articuladas aos processos de luta e mobilização da classe trabalhadora. No âmbito da política social, tais produções devem potencializar a emancipação política possível e necessária no capitalismo, criando estratégias para que as famílias não mais se encontrem subalternizadas e controladas pelo Estado, mas que vislumbrem por meio do posicionamento do profissional, canais de articulação e mobilização, na busca da vida com direitos, respeito e dignidade.

Importância ímpar neste processo político-social se faz com a construção do novo Código de Ética Profissional de 1993, que consolida de forma basilar o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. A construção do projeto profissional teve como núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, e assim, objetiva a construção de uma nova ordem social sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A hegemonia que consolidou tal projeto no interior da profissão tem a democratização como ponto fulcral: “este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social” (NETTO, 2006, p.18).

O que se deve ressaltar neste processo de lutas democráticas e consolidação do projeto ético-político dos Assistentes Sociais é que, concomitantemente a esta efetivação dos meados da década de noventa, instaura-se no cenário político brasileiro reflexos da crise global, fazendo insurgir o neoliberalismo e sua cultura no conjunto da sociedade.

Nesse viés, se encontra a disseminação das ideologias neoliberais, pós-modernas e neoconservadoras, que ameaçam a implementação do projeto profissional do Serviço Social, e

que segundo Netto (2006, p. 19) elucida “do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contra-mão da história”.

Este novo cenário que se descortina requer um forte compromisso ético-político e também teórico-metodológico do corpo profissional do Serviço Social, mas como Netto (2006) sinaliza, não só dele. Depende do fortalecimento do movimento popular, da própria democratização da sociedade e do constante aprimoramento democrático e libertador da classe trabalhadora, imbuída de decisão e luta política.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e Combate à Pobreza: a teoria e a prática**. In: ABRANCHES, S.H. et. al. Política e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro, 1987, p. 9-16

ADORNO, T.W., HORKHEIMER, M. Sociologia da Família. In. CANEVACCI, Massimo (org.). **Dialética da Família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1984.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. Modernidade e Pós-Modernidade: Crise e Conservadorismo. **Libertas** (Juiz de Fora), Juiz de Fora /MG, v. 2;3, p. 97-114, 2005.

ASSUNÇÃO, Luiza Maria de, FERREIRA, Ricardo Vicente. A rede familiar como empreendimento coletivo na estratégia de sobrevivência de uma migrante: um estudo de caso. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_516.pdf, acesso em 20 de novembro de 2010.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos** – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de Serviço Social; v4)

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS; Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/cnas>> Acesso em 18 out. 2010.

BRAVO, Maria Inês Souza, MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Ana Elizabete Mora (org.) São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 197-217, 2006.

CANEVACCI, Massimo; MORGAN, Lewis Henry. **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 282p.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 4ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. **A priorização da família na agenda da política social**. p. 11-21

CFESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde** (versão preliminar). Brasília. Março de 2009.

COELHO, Virginia Paes. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 71, 63-79, 2002.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro. Edições Graal (Biblioteca de filosofia e história de ciências: v. nº 5), 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trabalho relacionado com as estratificações de L. H. Morgan. 7. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: As funções da previdência e da Assistência Sociais**. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 1991.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. Mudanças sociais e mudanças familiares: chefia feminina de domicílio em debate. Foz do Iguaçu, Anais Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007.

FROMM, Eric. Autoridade e super-ego: o papel da família. In. CANEVACCI, Massimo (org.). **Dialética da Família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1976.

GUERRA, Yolanda. Prefácio. In: SANTOS, Claudia Monica dos. **Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Lumen Juris, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica – 14 ed. – São Paulo, Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** 4ª Ed. – São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed São Paulo (SP): Cortez, 2010. 495p

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. Disponível em:

http://www.prof.joaoantas.nom.br/materialdidatico/material/1_-

[O Servico Social na cena contempor nea.pdf](#) Acesso em 22 de outubro de 2010.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis:** o pensamento de Marx no século XXI. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** Tese (Doutorado em Serviço Social, Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP). Franca: UNESP, 2008.

LUKÁCS, G. Marxismo e teoria da literatura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, 288p.

MARCUSE, H. Hegel e a Família. In. CANEVACCI, Massimo (org.). **Dialética da Família:** gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1976.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. (Org.); et al. **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez., 2006. p. 43-59

_____. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 55, p. 114-131, nov. 1997.

_____. As famílias no terceiro milênio: um espaço a ser cuidado. **Reflexão**, Florianópolis, 2001.

_____. Para que tudo não termine como um “caso de família”: aportes para o debate sobre violência doméstica. Florianópolis, Revista Katálysis, p. 93-106, 2003.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Introdução ao método da teoria social. 1 ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1. 760p.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. Ana Elizabete Mora (org.) São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

OLIVEIRA, C. S. de, BUAIR, E. R. S, MURASKI, R. C. Um estudo sobre representação social de famílias, com adultos em situação de risco social, no Município de Curitiba. Foz do Iguaçu, Anais Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Família e participação popular: Antinomias dos modelos de proteção social na América Latina. **Relatório de Pesquisa período 2007 – 2009**. Paiva, Beatriz (Coordenadora); Rocha, Mirella; Carraro, Dilceane (Principais pesquisadoras). Florianópolis, 2009. 210p.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Notas críticas sobre as ambiguidades da política de Assistência Social. Brasília, **Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 10p, 2010.

PEREIRA, P. A. P. **Mudança Social, Política Social e o papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar.** In: Mione Apolinário Sales, Maurilio Matos, Cristina Leal. (Org.). Política Social, família e juventude; uma questão de direitos. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez Editora/ Uerj, 2004, v. , p. 25-41

PIRES, S., MATOS, A., CERQUEIRA, M., FIGUEIREDO, D., SOUZA, L. Retratos da vida das famílias multiproblemáticas. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 80, p. 5-32, 2002.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007. 120p. (Coleção questões da nossa época, v. 132)

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e a sua influência teórico-prática. 1 ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1. 760p.

REICH, W. Ligação familiar e sentimentos nacionalistas. In. CANEVACCI, Massimo (org.). **Dialética da Família:** gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1976.

RIBEIRO, Fabiana. O Resgate Familiar na assistência ao paciente com câncer: A atuação do assistente social na enfermagem cirúrgica de cabeça e pescoço. Foz do Iguaçu, Anais Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1992.

RODRIGUES, E.G., PEREIRA, M. da C., LYRIO, L., NETA, C. S., KEYLA, S., NOVAIS, T., SAMPAIO, G., JESUS, E. de. Assunção da identidade cultural de famílias em situação de exclusão social. Foz do Iguaçu, Anais Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007.

ROCHA, Mirella. Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTOS, Rubia. O trabalho infantil: uma realidade que não pode ser analisada fora do contexto familiar. Florianópolis, Revista Katálysis, p.67-77, 2002.

VASCONCELOS, K. E., SILVEIRA, S. A. S., CARNEIRO, T. S., COSTA, C. M. O. dos S. C., Serviço Social e estratégia saúde da família: contribuições ao debate. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 96, p. 319-335.

TEIXEIRA, K. M. R., CIRINO, C. da G. M., SOUZA, L. P. de, ALMEIDA, G. de S., ARAÚJO, L. M. de, NEVES, M. A. D de A., ABRÃO, K. C. L., ARAÚJO, R. C., COSTA, M. A. dos S. A família como rede de apoio: a experiência da APAE de Goiânia. Brasília, Anais do Congresso Brasileiro de Assistente Social, 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. Famílias na Política de Assistência Social: arcabouço conceitual e concepções de família entre os técnicos dos CRAS. Brasília, Anais do Congresso Brasileiro de Assistente Social, 2010.

TOLEDO, Laisa. Entendendo a situação de violência doméstica e familiar. Foz do Iguaçu, Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007.

VAZQUES, Adolfo Sanches. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 141p

VITALE, M. Famílias monoparentais: indagações. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 71, 45-62, 2002.

VOLIC, Catarina, BAPTISTA, Myrian Veras. Aproximações ao Conceito de Negligência. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 83, p. 147-156, 2005.

APÊNDICE

Ano	Revista	Autor (es)	Título	Palavras-Chave	Resumo	Pág.	Eixo Temático
2010	Serviço Social e Sociedade	Veônica Gonçalves Azeredo	Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres	Pobreza, desigualdade, gênero, famílias, proteção social	Em que medida a desigualdade de gênero pode incidir sobre a condição de pobreza e as formas de proteção das famílias? Essa é a questão norteadora deste texto. Trata-se de pensar qual o lugar da mulher nas famílias pobres. No espaço doméstico, essas mulheres, ao assumirem a identidade de mães, se tornam as principais responsáveis por prover e cuidar da sua família e, mesmo habitando espaços desiguais, criar alternativas construindo redes de apoio e proteção para driblarem as inseguranças sociais.	576-590	Família e gênero
2009	Serviço Social e Sociedade	Kathleen Elane Leal Vasconcelos, Sandra Amélia Sampaio Silveira, Thaisa Simplício Carneiro, Cibelly Michalane Oliveira dos S. Costa	Serviço Social e estratégia saúde da família: contribuições ao debate	Estratégia saúde da família, equipes de saúde da família, Serviço Social	O artigo em tela se propõe a colaborar para o debate acerca da contribuição de assistentes sociais na Estratégia da Saúde da Família (SF). Aponta elementos sobre a composição das equipes básicas e a importância da inclusão do Serviço Social na SF, apresentando um mapeamento das diferentes formas sobre como tais profissionais vêm participando do "Fazer Saúde da Família"	308-334	Família e Saúde
2009	Serviço Social e Sociedade	Carola C. Arregui e Mariângela B. Wanderley	A vulnerabilidade social é pobreza?	Pobreza, vulnerabilidade social, famílias.	Trata-se de uma reflexão conceitual sobre a pobreza e vulnerabilidade social resultado de trabalhos empíricos realizados com famílias em situação de pobreza.	143-165	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2006	Serviço Social e Sociedade	Joana Garcia	Política Social e Serviço Social: contextos distintos, desafios semelhantes	política social, assistência social, família	Este artigo pretende explorar aspectos da relação do assistente social com as políticas sociais. Para tanto, analisa as experiências britânica e brasileira. Além de apontar questões diretamente referidas à profissão, outros aspectos mais gerais serão discutidos como interpeladores da atuação profissional neste campo. Para discutir tais temas, este estudo dialoga com pesquisas e outros estudos prévios acerca das mudanças que afetam o mundo do trabalho, as tendências demográficas, as alterações nos formatos e nas relações de poder familiares. Trata-se, necessariamente, de um debate interdisciplinar, em que diferentes contribuições acadêmicas relativas à economia, política, sociologia, psicologia social e particularmente o Serviço Social trocam impressões e achados.		Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2005	Serviço Social e Sociedade	Catarina Volic e Myrian Veras Baptista	Aproximações ao conceito de negligência	negligência, crianças adolescente, família, políticas públicas	Este texto realiza aproximações ao conceito de negligência tendo em vista superar a fragilidade que tem permeado sua utilização nos diagnósticos norteadores de práticas profissionais, principalmente aquelas que dizem respeito aos cuidados com crianças e adolescentes. Considerando a negligência de uma perspectiva que procura abranger a sua complexidade, o texto introduz na responsabilidade dos cuidados necessários, além da família, os demais parceiros determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela garantia de seus direitos - a sociedade e o Estado.	147-156	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2004	Serviço Social e Sociedade	Susana Pires, Ana Matos, Margarida Cerqueira, Daniela Figueiredo e Liliana Souza	Retratos da vida das famílias multiproblemáticas	famílias multiproblemáticas pobres, estrutura familiar, funcionamento familiar, intervenção familiar, relação profissionais-clientes.	Esta pesquisa incide no aprofundamento do conhecimento sobre as características estruturais e funcionais de famílias multiproblemáticas pobres, com o propósito de alargar a compreensão destes sistemas, coadjuvar a tarefa de definição de metas pelos profissionais e auxiliar no planeamento de estratégias de intervenção. A amostra compreende 56 "chefes" de agregados multiproblemáticos pobres. Os dados foram recolhidos através de uma entrevista semi-estruturada, posteriormente, submetida a análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram dez categorias: comunicação confusa, indefinição do agregado familiar, mulheres como figuras centrais, mães jovens e relações instáveis, mortes trágicas, baixas qualificações académicas e trabalho infantil, trajetórias profissionais instáveis, elevada morbilidade geográfica, problemas de saúde, relações conflituosas.	5 a 32	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
	Serviço Social e Sociedade	Cássia Maria Carloto	Gênero, políticas públicas e centralidade na família.	gênero, políticas públicas, gênero e centralidade na família, perspectivas de gênero	Este trabalho tem por proposta tecer algumas considerações sobre o enfoque dado às mulheres nas políticas públicas de combate à pobreza, a partir da centralidade na família. Para tanto, apresentaremos as principais críticas feitas a estes programas a partir do enfoque de gênero, trazendo algumas reflexões sobre a necessidade da inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas que busquem a equidade nas relações entre homens e mulheres e a necessidade de debater a operacionalização das ações no âmbito da política de assistência social a partir da diretriz do SUAS - centralidade na família.	139- 155	Família e gênero
2002	Serviço Social e Sociedade	Heloisia Szymanski	Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança		Este texto, compreende-se como família, uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças e adolescentes e adultos. Essa consideração abrange um grande número de possibilidades que, há séculos, já vêm sendo vividas pela humanidade, a despeito das definições "oficiais" de grupo familiar (Kaslow, 2001; Samara, 1992; Segalen, 1981; Szymanski, 2001). (...) Tal diversidade obriga a se mudar o foco da estrutura da família nuclear, como modelo de organização familiar, para a consideração de novas questões referentes à convivência entre as pessoas na família, sua relação com a comunidade mais próxima e com a sociedade mais ampla. As mudanças na composição familiar, sua visibilidade e o aceite da sociedade (como, por exemplo, a legalização da união entre homossexuais) exigem que se leve em conta o reflexo daquelas na sociedades mais ampla, nas formas de se viver em família e nas relações interpessoais.	09 a 25	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2002	Serviço Social e Sociedade	Silvia Pimentel	Perspectivas jurídicas da família: o Novo Código Civil e a violência familiar		O Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), entrará em vigor apenas em 11 de janeiro de 2003, quando só então a legislação infraconstitucional civil brasileira estará adequando-se à igualdade entre <i>homens e mulheres</i> , em direitos e obrigações, estabelecida pela Constituição Federal, e pelas legislações internacionais de direitos humanos. Sem pretensão de exaurir a temática, pretendo analisar os principais aspectos referentes aos direitos das mulheres no Novo Código Civil, com ênfase na área da família.	26-44	Família e gênero

2002	Serviço Social e Sociedade	Maria Amalia Faller Vitale	Famílias monoparentais: indagações	Tratar de temáticas da família contemporânea é incursionar por complexas questões e por realidades reconhecidamente em transformação. Dentre as mudanças que afetam os laços familiares, pretendo destacar a configuração das famílias chamadas monoparentais, alvo de atenção de profissionais da área da saúde, de serviço social, da psicologia, entre outros. Os lares monoparentais são aqueles em que vivem um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos. Atender essas famílias no processo de terapia familiar, seja dos segmentos genericamente chamados de médios - em clínica particular -, seja dos segmentos pobres - em uma organização não-governamental -, foi se tornando cada vez mais frequente. Do lugar de terapeuta familiar tenho procurado entender as relações, os sentimentos e a lógica dessas famílias nos contextos sociais em que vivem. Para tal, busco aqui, melhor compreender algumas implicações da Monoparentalidade e pontuar algumas indagações básicas, pois nos deparamos com uma realidade instigante. Monoparentalidade: e gênero; e pobreza; laços e redes; e percurso de vida; e o campo profissional.	45-62	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2002	Serviço Social e Sociedade	Virginia Paes Coelho	O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida.	Neste texto, proponho-me a analisar alguns fatores que estão repercutindo na qualidade de vida das trabalhadoras das áreas urbanas, com reflexos nas relações familiares. Em meio a perdas e ganhos, nem sempre tão visíveis, que emergem da maior inclusão da mulher no mercado de trabalho hoje, novas formas de viver em família vem sendo delineadas, influenciando nas identidades dos membros do grupo e modificando comportamentos. Esta percepção está sedimentada na pesquisa que realizei sobre mudanças nos padrões de conduta feminino nas últimas décadas, tendo a família como principal agente de socialização. No estudo, trabalhei com histórias familiares de duas gerações, buscando apreender como mulheres, pertencentes aos segmentos médios e nascidas na década de 1960, construíram o presente e projetavam o futuro. As histórias das famílias de origem e de constituição das narradoras foram coletadas na perspectiva de análise comparativa, entre passado e presente, buscando informações sobre possibilidades futuras de mudanças na educação feminina e masculina. Duas questões nortearam este enfoque: de um lado, conhecer como os fatos políticos, econômicos e culturais influíram na organização de suas famílias de origem e como estas os absorveram e reproduziram na socialização dos filhos. de Outro, interessava saber como mulheres que viveram num período de autoritarismo político, com posterior enfrentamento desse contexto pela organização da sociedade civil, incorporaram as transformações que ocorreram na sociedade brasileira.	63-79	Famílias e genero

2002	Serviço Social e Sociedade	Rita de Cássia Santos Freitas	Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari.	<p>A violência é outra realidade assustadoramente presente em suas vidas. E, nos tempos atuais, ela vem aumentando demasiadamente. Essa violência vem se infiltrando dentro de suas casas e transformando os papéis, fazendo as mulheres ocuparem espaços nas ruas. É sobre um novo papel para as mulheres - um novo papel construído a partir da dimensão materna que contraditoriamente as expulsou de dentro de suas casas e as fez adentrarem nas ruas - que esse texto irá tratar. Quero mostrar aqui transformações ocorridas no cotidiano das famílias pobres. Embora muitas dessas questões também se façam presentes nas classes médias e mesmo ricas, numa vez que a figura de mãe transcende classes. É exatamente essa transversalidade da figura materna que, acredito, possibilita a formação de uma rede de articulação entre mulheres de classes sociais e culturas as mais diversas. Na verdade, essa rede vem atravessando fronteiras e cruzando mares. Utilizei, em um primeiro momento, análise de conteúdo a partir de uma pesquisa nos jornais de grande circulação. Busquei notícias e imagens que falassem de mulheres, especialmente mães, em algum tipo de movimentação social. Em uma segunda etapa, dediquei-me especificamente para um trabalho de história oral juntamente às mulheres que ficaram conhecidas como as "Mães de Acari".</p>	80-101	Família e gênero
2002	Serviço Social e Sociedade	Dalva de Azevedo Gueiros	Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar	<p>Este texto pretende apresentar uma contribuição para pensarmos a família ante suas configurações atuais e as responsabilidades que lhes tem sido atribuídas como alternativa de proteção social.</p> <p>Temos observado que, à medida que o Estado restringe sua participação na "solução" de questões de determinados segmentos - como, por exemplo, crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiências e pessoas com problemas crônicos de saúde - a família tem sido chamada a preencher a lacuna, sem receber dos poderes públicos a devida assistência para tanto.</p> <p>(...) Tendo presente a responsabilidade da esfera pública no que se refere a políticas sociais de caráter universal, que efetivamente respondam às demandas socialmente colocadas, nosso intuito é discutir questões relativas à família, pois, como aponta Yazbek, esta tem sido assumida como uma das alternativas para o enfrentamento de determinadas expressões da questão social, sendo, então, inevitável que nosso cotidiano profissional deparemos com difíceis situações nas quais contamos somente com o suporte familiar para responder a questões relacionadas à infância, à adolescência, a portadores de deficiências ou doenças crônicas. Entretanto, embora a família esteja sendo assumida como uma das importantes alternativas à redução do Estado em suas intervenções no campo social e tomada como parceira nas poucas políticas sociais existentes, o Serviço Social, no cotidiano de sua prática profissional, parece estar ainda dedicando pouco investimento no intuito de conhecê-la, mesmo diante das inúmeras transformações que nela vêm se processando na atualidade.</p> <p>Conceber a família em suas múltiplas configurações e formas de organização, apreendendo suas particularidades como pertencentes a diferentes camadas sociais, parece-nos um desafio importante para os profissionais de Serviço Social e áreas afins.</p>		Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social

2002	Serviço Social e Sociedade	Carlos Alberto Batista Maciel	A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social	Ao refletir sobre os desafios para a Assistência Social no tocante a família na Amazônia, partimos dos apontamentos adotados em uma palestra proferimos em um evento estudantil realizado pelos Centro Acadêmicos de Serviço Social na Universidade Federal do Pará - UFPA - e o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social na Universidade da Amazônia - Unama no ano de 1999. Nosso propósito é sugerir alguns elementos para a discussão da família na contemporaneidade, enfocando, em particular, a realidade da Região Norte. Com o objetivo de fundamentar as ideias propostas dividimos o texto em quatro partes: iniciamos com uma reflexão sobre a relevância social da instituição família; em segundo plano amealhamos breves informações sobre a Amazônia; a seguir apresentamos dados sobre as famílias na Região Norte e por último enfocamos a política de assistência social e a família na Amazônia.	122-137	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2002	Serviço Social e Sociedade	Lucia Cristina dos Santos Rosa	Os saberes construídos sobre a família na área da saúde mental	O objetivo deste texto é realizar um balanço histórico da produção teórica acerca da relação família com o portador de transtornos mentais (PTM), destacando as principais vertentes no interior dos saberes da área da saúde mental, executando o campo das terapias familiares, pela sua multiplicidade e pelos limites deste artigo. No plano teórico inicialmente, é o alienismo que constrói a inteligibilidade da relação do portador de transtorno mental com sua família, a partir da sociedade moderna/burguesa. No interior desta perspectiva, dois entendimentos polarizadores predominam: o da família ameaçada pela eclosão da enfermidade, portanto, sofrendo suas conseqüências ou causadora da emergência do transtorno mental, assim culpabilizada por sua etiologia. O segundo entendimento prevalece historicamente na maioria das abordagens teóricas da área da saúde mental. Nos anos 1970, tal tendência diminui, sem ser eliminada. A partir dos avanços teóricos da leitura feminista e marxista há uma complexificação da compreensão do grupo familiar e de sua dinâmica. Contemporaneamente, a inclusão do grupo familiar nos projetos terapêuticos dos serviços de saúde mental; a assunção de sua condição de parceira e co-responsável dos serviços e a exigência de constituição de uma nova pedagogia institucional em sua abordagem atravessam a construção de uma nova relação entre o louco e a sociedade.	138-164	Família e saúde

2002	Serviço Social e Sociedade	Rosamélia Ferreira Guimarães	Famílias: uma experiência em grupo		Este artigo trata de uma análise sobre abordagem grupal e sua operacionalização com famílias pobres, a partir de uma experiência de supervisão de equipe no PRMSA - Programa de Renda Mínima no município de Santo André (SP). A nossa experiência no PRMSA mostrou que, embora não exista consciência da população para o problema e vislumbre de soluções, existe uma fácil adesão e uma espécie de alívio, a partir do momento em que os participantes tomam conhecimento e vivenciam as atividades grupais. Uma das conclusões é a de que o trabalho com grupos possibilita e contribui para a ampliação do conhecimento da realidade atual, em termos da constituição da família, levando os profissionais e instituições e atuar de acordo com essa realidade. Por outro lado, a atenção direta junto aos grupos de famílias favorece a expressão de uma vivência cotidiana, em termos de sua estrutura, colaborando para que não se sintam marginalizadas e deslocadas face à realidade. Ao mesmo tempo, é construída com eles uma nova concepção de família como locus onde existem afetos, solidariedade e responsabilidade.	165-179	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2000	Serviço Social e Sociedade	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Desenvolvimento a política sueca para a família: múltiplas lógicas e inflexões		(...) Visando contribuir para o debate em torno do lugar da família nas políticas sociais, o presente artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente, são discutidas as dificuldades em se definir o termo "política para a família"; na segunda seção, é analisado, de maneira sucinta, o desenvolvimento da política social sueca para a família ao longo do século XX; na terceira e última seção é discutida a possibilidade de considerar o igualitarismo da engenharia social como o substrato comum das múltiplas lógicas e inflexões desse desenvolvimento.	97-123	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2001	Serviço Social e Sociedade	Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha	Pode judiciário e violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da justiça		(...) Analisaremos neste artigo a tese de proteção à família, considerando a incidência de sua utilização, observada na pesquisa mencionada e a importância que assume na reprodução de um modelo de relações familiares calcado no poder, na violência e na hierarquia.	112-123	Família e violência
2001	Serviço Social e Sociedade	Abigail Aparecida de Paiva Franco	Família de apoio: uma experiência inovadora		(...) o interesse em conhecer o processo de acolhimento por famílias substitutas, em caráter provisório, teve origem na prática profissional que desenvolvemos no Poder Judiciário, na Comarca de Franca, a partir do ano de 1991. Cabe atenção especial a essa problemática, uma vez que a atuação do Serviço Social, neste campo de trabalho, tem como função subsidiar as decisões judiciais. No transcurso de nossa atuação, instigou-nos o modo como são acolhidos pelas famílias de apoio, as quais elegem o próprio espaço doméstico para esta prática.	159-181	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

Ano	Revista	Autor (es)	Título	Palavras-Chave	Resumo	Pág.	Eixo temático
2010	Katálysis	Maria Silva Campos e Solange Maria Teixeira	Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social.	Gênero, política social, família, trabalho da mulher, "familismo	Este artigo se inscreve no campo de análise dos fatores que constroem desigualdades sociais na estruturação e no desenvolvimento da sociedade brasileira atual. Especificamente, realiza tal objetivo mediante o destaque de processos que se desenvolvem nesse sentido, a partir das relações existentes entre gêneros, sistema de proteção social e condições do mercado de trabalho no tocante à inserção produtiva feminina. Toma como campo privilegiado para esta reflexão a análise da família enquanto espaço de diferenciação e hierarquização de gênero, locus de significativa parcela de trabalho doméstico não pago da mulher, ao lado das consequências gerais advindas do lugar ocupado por essa instância na reprodução social. A partir da análise de dados relativos ao país e à América Latina, demonstra a vinculação persistente da mulher ao trabalho precário, oferecido num amplo setor informal, ao lado de sua crescente participação laboral, de forma a obter certa conciliação entre responsabilidade pela proteção social e exigências de aumento da renda familiar.	20-28	família e gênero
2010	Katálysis	Dalva de Azevedo Gueiros	Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social	Família, rede social, trabalho social.	Este artigo apresenta reflexões sobre família e trabalho social, com base em investigações no âmbito do Serviço Social. Para tanto, tece considerações teórico-metodológicas e técnico-operativas sobre esses dois tópicos, demarcando a relação família-Estado, bem como a importância das políticas de proteção social e das redes de relações sociais na organização e no reenraizamento social de famílias dos segmentos populares. Além disso, anuncia algumas premissas dessa prática social, indicando que, se associadas à promoção de acesso a políticas públicas, podem contribuir para a conquista da autonomia e da cidadania de famílias socialmente vulnerabilizadas.	126-132	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2007	Katálysis	Carlos Eduardo Aguilera Santos Joana Angélica Barborsa Garcia	Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família	Trabalho em equipe, supervisão, famílias, programas sociais.	Este artigo explora os seguintes aspectos da intervenção: a composição profissional dos programas sociais voltados para famílias, a nova centralidade da família como foco das políticas sociais e a supervisão em equipes multiprofissionais. Tem como base de reflexão os recentes programas implementados em nível federal: Programa de Atenção Integral à Família e Programa Saúde da Família. Analisa a supervisão sem retratar uma abordagem estritamente teórica ou um roteiro de procedimentos de campo. A família é abordada como instituição social em permanente mudança de formatos e significados, exigindo um trabalho de reflexão e educação permanentes dos profissionais sociais. 1	95-104	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2005	Katálysis	Teresa Kleba Lisboa e Daniele Beatriz Manfrini	Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas, para mulheres excluídas dos direitos mínimos.	Cidadania, equidade de gênero, famílias monoparentais, políticas públicas.	O artigo tematiza as relações entre família e violência considerando que, quando se trata de violência, as famílias, ora como vítimas, ora como culpadas, têm papel de destaque nos dramas da sociedade contemporânea. A partir da discussão de alguns dados sobre a violência no âmbito da família e do consenso existente sobre a necessidade de realizar ações que contemplem o problema, debate-se os paradigmas que orientam a interpretação do tema em pauta. Os eixos paradigmáticos evidenciados são o da normatividade e estabilidade e do conflito e transformação. A partir deste se constrói como caminho de interpretação o eixo interdisciplinar crítico. Com esta discussão pretende-se fornecer subsídios para o debate sobre os processos de intervenção profissional na área da violência doméstica, mesmo trabalhando na perspectiva da defesa das vítimas, são colocadas em movimento diferentes formas de analisar as relações família e violência	59-64	família e violência
2003	Katálysis	Regina Célia Tamaso Miotto	Para que tudo não termine como "um caso de família": aportes para o debate sobre violência doméstica	Família, violência, interdisciplinariedade.	O artigo tematiza as relações entre família e violência considerando que, quando se trata de violência, as famílias, ora como vítimas, ora como culpadas, têm papel de destaque nos dramas da sociedade contemporânea. A partir da discussão de alguns dados sobre a violência no âmbito da família e do consenso existente sobre a necessidade de realizar ações que contemplem o problema, debate-se os paradigmas que orientam a interpretação do tema em pauta. Os eixos paradigmáticos evidenciados são o da normatividade e estabilidade e do conflito e transformação. A partir deste se constrói como caminho de interpretação o eixo interdisciplinar crítico. Com esta discussão pretende-se fornecer subsídios para o debate sobre os processos de intervenção profissional na área da violência doméstica, mesmo trabalhando na perspectiva da defesa das vítimas, são colocadas em movimento diferentes formas de analisar as relações família e violência	96-103	família e violência
2002	Katálysis	Rúbia Santos	O trabalho infantil: uma realidade que não pode ser analisada fora do contexto familiar	Erradicação do trabalho infantil, família, Serviço Social	Tema presente na mídia, no discurso político, nos planos e programas governamentais e não governamentais, o trabalho infantil é um fenômeno social existente em todo o mundo. A discussão desta temática revela, de maneira contundente, que algumas parcelas da sociedade têm se alertado para esta problemática. O trabalho infantil, aliado à baixa escolaridade, acaba por gerar a baixa qualidade de vida destas crianças e adolescentes, bem como sua má qualificação profissional. Foi com a preocupação voltada a estes pequenos trabalhadores do município de São José que desenvolvemos nosso estudo exploratório. No intuito de desvelar o Trabalho Infantil, não apenas atento à realidade isolada das famílias que vivem em situação de exclusão, mas também atento à necessidade de discutir novas formas de trabalho da nossa intervenção. Assim, destacaremos a realidade vivida por estas crianças e adolescentes e ressaltaremos o trabalho do Serviço Social junto a suas famílias.	66-77	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

Ano	Fonte	Eixo Temático do Anais	Título	Autor (es)	Resumo	Eixo Temático
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Famílias e Pobreza: vínculos e rupturas sociais entre moradores urbanos	do Nascimento, M.F.M	O presente trabalho refere-se a temática família e pobreza especialmente aos vínculos de solidariedade na família e na vizinhança. A família neste estudo, é considerada como uma construção social histórica (varia de acordo com o tempo e espaço) podendo ser nuclear, conjugal, monoparental. É lugar de dádiva, de solidariedade e também conflito. Este debate pobreza/exclusão social, encontrou ressonância no Brasil na década de setenta, quando foram férteis as análises sobre o problema da marginalidade social nas quais já se faziam referência as populações que viviam a margem do sistema de produção. Essa colocação serviu para situar um dos primeiros questionamentos da pesquisa. Que concepção de pobreza se aproxima da realidade da população estudada?	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Família e Cidadania: desafios para o Serviço Social	Ândria Cléia Alves, Rosemeire Raymundo, Syzila Silveira Andrade	O presente artigo retrata reflexões de nossa prática profissional com famílias enfocando alguns aspectos pertinentes ao Serviço Social, que tem a família como objeto de intervenção, e que apesar desta prática, ainda não garantiu espaço de discussão teórica sobre o trabalho com famílias. As famílias, em específico das classes populares está sobrecarregada nos vários aspectos de sua existência, por falta de alternativas dignas de vida, encontrando dificuldades de ordem econômica, política e ideológica. Às vezes, vemos só a família fragmentada em seus membros, sem trabalhar a relação entre e o todo da prática. Há necessidade de olhar à família em seus diversos aspectos, dada suas multiplicidades, diferenciações e totalidade, não enquanto objeto de intervenção, mas como sujeito ativo. É uma premissa básica para o Serviço Social com base no seu princípio ético-político, para a construção de uma sociedade igualitária, e em busca da universalização dos direitos, resgatar com a família a constituição de uma "Cidadania Nova". Nossa profissão é eminentemente dinâmica, não está pronta, e o social não é a estrutura pronta e acabada, é um processo, portanto, se faz necessário uma postura política dentro dos espaços de atuação e frente ao poder público, pois, o Estado não pode se eximir de suas responsabilidades. Não temos a pretensão de qualificar o profissional de Serviço Social como o único a desenvolver essa discussão, mas sim enriquecer as discussões já existentes por diversos profissionais que intervêm junto às famílias, apontar alguns desafios para o Assistente Social, e trazer contribuições para o trabalho interdisciplinar e em rede, refletindo sobremaneira as leis existentes e a constante busca pela cidadania.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A família como referência central nas políticas de Assistência Social	Joana Garcia	Nosso objetivo, neste artigo, é problematizar a centralidade de referências valóricas e de ações do trabalho sócio-educativo no campo da assistência social, particularmente no que diz respeito à problemática da família. Uma das estratégias mais tradicionais, quando estamos diante de um esforço de análise crítica, é "desconfiar" do que elegemos como tema de reflexão, particularmente em relações a aspectos que indicam seu grau de "originalidade" ou de "atualidade" na conjuntura sócio-política. A família tem sido apresentada pelo Poder Público como unidade estruturadora das políticas de assistência e este enfoque é frequentemente enfatizado como uma novidade. Na verdade não há nada de novo em tomar a família como o centro das ações da assistência pública. No caso brasileiro a família sempre figurou como um dos pilares das ações de enfrentamento à pobreza e suas manifestações, segundo a orientação dominante: baseada na disciplina e na ordem. Na verdade, sua utilização é uma referência importante para solidificar práticas e valores que constituem a direção ético-política dos diferentes contextos das políticas sociais no Brasil. Há, contudo, um diferencial importante em relação à abordagem e à concepção da família como eixo da política pública a partir dos avanços que a noção dos direitos sociais trouxe: o deslocamento da noção integradora que toma a família pobre como desajustada, desestruturada, foco dos demais problemas sociais derivados da condição de miserabilidade.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A família sob a ótica dos Assistentes Sociais	Rosane Aparecida de Souza Martins	As reflexões contidas neste artigo são fruto da minha experiência profissional em um hospital universitário e sintetizam as principais idéias trabalhadas no segundo capítulo de minha dissertação, que busca capturar a visão de família apresentada pelos Assistentes Sociais que atuam na área da saúde. Discutir o tema família é penetrar num campo permeado de contradições, valores morais, culturais, étnicos e religiosos. No presente texto pretendo avançar nesta discussão, destacando a visão que os profissionais têm da família. A partir do depoimento de cinco profissionais, que trabalham no Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, em que abordam a questão familiar elencados em eixos que possibilitam compreender as interpretações que os Assistentes Social fazem da realidade familiar hoje.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Família: demandas, problemas e atuação na ótica do Assistente Social	Rosane Aparecida de Souza Martins	As reflexões contidas neste artigo são fruto da minha experiência profissional em um hospital universitário e sintetizam as principais idéias trabalhadas no segundo capítulo de minha dissertação, que busca capturar a visão de família apresentada pelos Assistentes Sociais que atuam na área da saúde. O atendimento das famílias pelos Assistentes Sociais da área da saúde hospitalar, em geral, se desenvolve através da intervenção curativas e/ou paliativas. A partir daí os profissionais caracterizam as solicitações de atendimento feitas pelas famílias ou por outros profissionais como demandas e/ou problemas apresentados pelo usuário ou por sua família. Assim, neste estudo as demandas e problemas englobam as situações sociais apresentadas pelas famílias, enquanto algum membro está sendo atendido no HE e que requerem intervenção profissional. No presente texto pretendo avançar nesta discussão, destacando a visão que os profissionais têm das demandas que ela apresenta para o Serviço Social; a partir do depoimento de cinco profissionais que trabalham no setor de Serviço Social do Hospital Escola (HE) da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Maternidades e Paternidades: algumas reflexões a partir do caso de Acari	Rita de Cássia Santos Freitas	A idéia deste texto susrgiu durante minha tese de doutoramento, quando estudei, a partir da metodologia da história oral, as mulheres que ficaram conhecidas como as Mães de Acari. Nesse momento, uma ausência fez-se sentida: os pais de Acari, onde estariam? Assim, esse texto propõe problematizar essa suposta ausência. Entendo que, ao discutir uma casa singular, podemos ampliar a discussão para pensar nas transformações e continuidades que perpassam nosso tempo, bem como problematizar as mudanças ocorridas nos cotidianos materno e paterno, uma vez que essas figuras só podem ser pensadas se colocadas em relação constante	família e gênero
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A publicização da violência privada e a tutela da intimidade	Marli Palma Souza	O presente artigo aborda a publicização da violência contra filhos situando-a numa discussão mais ampla que inclui o debate entre o público e o privado. A vulnerabilidade da criança é um dos determinantes da intervenção estatal na família para defende-la de seus próprios pais, de onde, paradoxalmente, sugere o gesto violento e aterrorizante, dada a desproporção física. A publicização, ou seja, o momento em que, através da denúncia ou notificação, determinada a entrada de crianças e adolescentes nos serviços de proteção. No Brasil, embora seja estatutário tornar pública a violência de pais contra filhos quem mais denuncia são os familiares e vizinhos. A denúncia institucional ainda é incipiente. No entanto, não basta transpor comportamentos da intimidade à esfera pública para garantir que ocorra alguma ação realmente protetora. A esfera pública pode transformar sua ação em disciplinarização do comportamento ou em coerção do usuário a aceitar ajuda da forma como o Estado a define gerando efeitos não desejados. Os Assistentes sociais são figuras proeminentes nesses serviços que, em geral, são marcados por diversos efeitos indesejáveis como contraproductividade e vitimização secundária ensejando no máximo uma "pseudo proteção" aos seus usuários. A organização das famílias, enquanto sujeitos políticos, para defenderem-se das decisões do sistema de proteção infanto-juvenil deve se descortinar como um horizonte desejável capaz de frear as ações arbitrárias por parte do Estado. A cidadania de crianças e adolescentes não pode ser assegurada às expensas da cidadania de seus pais.	família e violência
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A perspectiva de rede social no trabalho com famílias	Cláudia Deitos Giongo	Mudanças sociais, econômicas e políticas tem levado a família a uma reorganização na sua estrutura, principalmente no que se refere à alteração de papéis e funções de cada membro, no seu interior e no contexto a que pertence, bem como no confronto entre a realidade e o modelo familiar idealizado. Uma das características dessa organização é o fato de seus membros necessitarem, cada vez mais, de contatos sistemáticos e efetivos em sua rede social, levando a família a potencializar uma perspectiva mais coletiva nas suas relações, rompendo, desta forma, a fronteira rígida que privatizava a vida de seus integrantes. Trabalhar com famílias, considerando esse contexto, exige modificações tanto na forma de entendimento, quanto no atendimento de seus problemas, dando-lhe um caráter mais coletivo. Uma das possibilidades é a de reconhecer nas Redes Sociais fontes potenciais de recursos para além da resolução do problema que leva a família a procurar ajuda, buscando a satisfação das necessidades afetivas, informativas e materiais, bem como a potencialização dos recursos de todos os envolvidos no processo.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Mães em luta	Rita de Cássia Santos Freitas	Este escrito se estrutura a partir de um fenômeno que me chamou a atenção: a quantidade de matérias nos jornais durante a década de noventa se referindo ao aparecimento de mulheres nas praças e ruas. Meu texto enfatiza o Caso de Acari, mas busca expandir sua análise, ao abordar outros casos que nos remetem diretamente à imagem dessas mães na esfera pública. Foi dessa realidade que, acredito, ganhou ênfase uma "nova" figura para o imaginário materno: a imagem de mães que lutam. É sobre essa construção que esse texto irá falar.	família e gênero
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A regulamentação de visitas e a dificuldade de separação dos casais	Joana d'Arc Cardoso dos Santos; Maria Aparecida Medeiros da Fonseca	No desenvolvimento do trabalho, tenta-se entender o que está impedindo a família de resolver suas questões por si mesma, tendo que recorrer à ajuda de terceiros, no caso, o Poder Judiciário. Percebe-se a entrada da família como uma ação judicial como um pedido de ajuda para resolver questões que ela não está conseguindo solucionar (...) Neste sentido é que utilizamos elementos da mediação do divórcio, com o intuito de alcançar um acordo, além de abordagens de terapia familiar sistêmica objetivando levar as famílias a entenderem o processo pelo qual estão passando e a descoberta de uma nova forma de caminhar, preservando a co-parentalidade.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Estratégias de fortalecimento da participação de pais em programas de avaliação do desenvolvimento infantil	Maria de Fátima de Campos Françoze, Fabiana Fernandes do Prado	Desde o início da década de 90 o Grupo Interdisciplinar de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (GIADI), da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp vem realizando projetos de avaliação de bebês de baixo peso e normais, buscando detectar anormalidades neurológicas no primeiro ano de vida. Atualmente o GIADI vem desenvolvendo o Projeto de Pesquisa "Avaliação do Desenvolvimento Neuropsicomotor no primeiro ano de vida de lactentes de termo, pequenos para a idade gestacional e sua correlação com fluxo sanguíneo cerebral por ultra-sonografia Doppler", objetivando analisar a associação entre o comportamento temporal do fluxo sanguíneo cerebral e o prognóstico em longo prazo em crianças pequenas para a idade gestacional. Nesta pesquisa, os bebês são avaliados mensalmente e seus pais I (em geral, a mãe) recebem orientações. Fazem parte da pesquisa 60 bebês, sendo 30 neonatos a termo com peso adequado ao nascimento e 30 neonatos de baixo-peso ao nascimento. A pesquisa está em desenvolvimento e até agora foram convidados a participar 47 pais de bebês, tendo 40 deles respondido positivamente ao convite, trazendo o bebê para a avaliação. Como parte complementar a este Projeto, o Serviço Social vem atuando e pesquisando a questão da participação dos pais no programa de avaliação. O trabalho que aqui apresentamos trata dos resultados parciais deste estudo.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2001	CBAS	Famílias e Sociedade	E como crescerá essa criança? Um estudo sobre representações sociais em filhos de alcoólicos	Rita de Cássia Cavalcante Lima	<p>O presente paper vem analisar dentro de um marco histórico e antropológico certos discursos produzidos em famílias de alcoolistas, que expressam um temor de que filhos de alcoólicos necessariamente “venham a beber como o pai”. O interesse por esse tipo de tema se deve a alguns eventos pertinentes à prática profissional do assistente social e, segundo, pela relevância da problematização do fenômeno do alcoolismo nas famílias dentro do marco das Ciências Sociais. No Rio de Janeiro, desde janeiro de 1998, profissionais do serviço social que atuam na área do alcoolismo e de outras dependências a psicotrópicos vêm se reunindo com o apoio do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-7ª Região) para identificar e analisar a atual prática dos assistentes sociais inseridos em instituições que trabalham com essa questão e, sobretudo, apontar outras abordagens teóricas que possam desaprisionar esse profissional de um olhar fincado nas Ciências Biológicas, através da psiquiatria, e de forma mais grave, de um olhar moralizador sobre esse sujeito. Recorrer, portanto, a noções e conceitos das Ciências Sociais para analisar a experiência do alcoolismo nas famílias é algo urgente para reaproximar assistentes sociais das conquistas recentes da profissão após o Movimento de Renovação (Netto, 1994), bem como contribuir para um debate lacunar no serviço social a respeito de um fenômeno tão complexo, e de impacto epidêmico, como o alcoolismo.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	O impacto do transtorno mental e o provimento de cuidado na família	Lucia Cristina dos Santos Rosa	<p>O interesse pela relação da família com o portador de transtorno mental emergiu a partir de 1991, com a prática docente em hospital psiquiátrico público, em Teresina-Piauí. Constatado a) que a bibliografia pertinente à questão era predominantemente voltada para a clínica; b) a complexidade dos processos interativos da família com o transtorno mental e com seu portador; c) a parca, mas crescente, sobretudo a partir dos anos 90, visibilidade da família no interior do processo reformista em saúde mental e d) os conflitos que permeiam a relação entre os trabalhadores em saúde mental e o grupo familiar, em 1994 teve início um estudo exploratório intitulado “A relação da família com o portador de transtorno psiquiátrico” apresentado no 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Salvador-BA. A pesquisa partiu da seguinte indagação: como a família responde às demandas de provimento de cuidado e ao convívio com um portador de transtorno mental? Teve pôr objetivo geral analisar o impacto econômico e subjetivo provocado pelo transtorno mental no grupo familiar, frente às demandas postas pela dinâmica reprodutiva de provisão de cuidados em que está inserido. E, por objetivos específicos, estudar associações entre as características do portador de transtorno mental, as características do principal cuidador, as características do grupo familiar e as características do transtorno mental e do tratamento, como também de que forma interferem nas condições de provimento de cuidado doméstico, facilitando-o ou obstaculizando-o.</p>	família e saúde
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A família sob a ótica dos cuidados: uma experiência em saúde mental	Maria Helena de Jesus Bernardo	<p>A comunicação que ora apresento é produto final de minha dissertação de mestrado, intitulada Loucura, Família e Instituição: olhares e práticas que se encontram no cotidiano de uma instituição psiquiátrica 1. Para este artigo, optamos em construir um recorte dirigido especialmente à família como cuidadora, e ao Serviço Social, obviamente tendo como pano de fundo, o campo da saúde mental, considerando não somente a importância desse estudo para o referido campo como sobretudo para a categoria de Serviço Social. A pesquisa foi realizada durante o período de outubro/97 a junho/98, na enfermaria de psiquiatria do HUPE, com familiares e usuários atendidos no período</p>	Família e saúde

2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Grupo temático de pais a atuação do Serviço Social na equipe interdisciplinar da Clínica Psicológica "Ana Maria Popovic" - PUC - SP	Simone P. Chan e Wilma Regina Alves da Silva	O objetivo desta comunicação é apresentar o trabalho com grupos de pais da Clínica psicológica da PUC-SP realizado por uma equipe interdisciplinar composto por assistentes sociais, psicólogos e estagiários, da qual fazemos parte.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	SOCIEDADE, FAMÍLIA E Serviço Social	Maria de Lourdes Moraes da Silva	<p>No presente trabalho vamos nos reportar à sociedade civil que entre várias acepções vamos citar a que Bobbio, coloca como – o lugar onde existem várias formas de associação que os indivíduos formam entre si para a satisfação dos seus mais diversos interesses, associações às quais o Estado se superpõe para regulá-las mas sem jamais vetar-lhes o ulterior desenvolvimento e sem jamais impedir-lhes a contínua renovação, embora num sentido mais estritamente marxiano, pode-se nesse caso falar da sociedade civil como uma infra-estrutura e do Estado como uma superestrutura. A família é uma instituição social básica, que aparece sob as formas mais diversas em todas as sociedades humanas. É um grupo caracterizado pela residência em comum e pelo convívio de pais e filhos, isolados dos demais parentes.</p> <p>Althusser, dissertando sobre os aparelhos ideológicos do Estado, inclui entre outros, a família, isto porque, é ela que reproduz a educação, os tabus, os preconceitos, a cultura, o consumo, as formas de comportamento, a religião, o partido político, etc. e com isto, ela ajuda a manter o sistema do governo. Não é à toa que isso ocorre. Entre vários instrumentos que a classe burguesa usa para manipular a consciência social são: a escola (do maternal a universidade) onde a história é contada quase sempre pela ótica oficial e nunca real.</p> <p>O nosso enfoque acerca da questão família, apresenta uma particularidade do Serviço Social, cuja prática alternativa, vinculada ao contexto social mais amplo, não está voltada para terapias psicológicas, mas, para um trabalho social de reflexões e questionamentos, realizado numa Unidade de Saúde pública. A partir de um conhecimento acerca da instituição, fizemos um levantamento junto ao B.A.M. (Boletim de Atendimento Médico), que nos trouxe dados importantes para delinear um projeto junto às Clínicas de maiores demandas; a Pediatria, a Ginecologia e a Médica.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Repensando os processos psicossociais de atenção às famílias dos adolescentes da Fundação Municipal da Infância e da Juventude	Susana Barreto Brandão de Oliveira	<p>A finalidade desse trabalho consiste em repensar, ainda que de forma breve, sobre os processos psicossociais de atenção às famílias de baixa renda. A opção por esse objeto, deve-se a nossa intervenção junto às famílias dos adolescentes assistidos pela Fundação Municipal da Infância e da Juventude. A referida instituição é um órgão governamental responsável pela política de assistência às crianças e adolescentes do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Na nossa prática cotidiana, constantemente nos deparamos com adolescentes que estão vivenciando situações conflitivas com algum membro da sua família. Analisando essas situações, percebemos uma estreita relação entre as mesmas e a dinâmica da vida familiar. O reconhecimento desse fato, motivou o debate acerca da família e nos lançou o desafio de desenvolver um projeto de apoio psicossocial junto às famílias dos jovens assistidos pela Fundação. Para tal, foi necessário deslocarmos o eixo da nossa atenção e intervenção do adolescente para a sua família. Os objetivos desse projeto consistem em aprofundar as relações vinculares estabelecidas entre os membros da famílias e entre estas e a instituição, bem como suscitar reflexões e debates acerca do lugar ocupado pela família na sociedade contemporânea. Acreditamos que mediante a realização desse projeto, estaremos contribuindo para a identificação e enfrentamento, por parte das famílias, das fontes geradoras das dificuldades familiares, sejam elas provenientes de demandas internas ou externas. Tendo em vista a realização desses objetivos, propusemos um trabalho com grupos operativos, referenciado em Pichon Revière.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Escola de pais - criando alternativas para a atuação interdisciplinar junto a famílias em risco social	Ludmila Pereira Roque	<p>Esta comunicação versa sobre a experiência de atuação profissional interdisciplinar nos cursos do Projeto Escola de Pais junto à famílias em situação de risco social, que acontece trimestralmente na Coordenadoria Regional 2.1. da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS).(...) O Projeto configura-se na elaboração programática de assuntos e dinâmicas que propiciem às famílias participantes elevarem seu nível informacional nas questões de direitos e responsabilidades e sua inserção nos serviços prestadores de assistência, disponibilizados para garantirem condições mais favoráveis de manutenção dos vínculos familiares e da permanência dos filhos junto ao núcleo familiar.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A violência como sintoma da desigualdade social: algumas de suas manifestações tanto na família quanto na sociedade	Maria de Fátima Tomaz	<p>Ao ingressarmos na instituição Casa Renascer/RN - ONG que trabalha com crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de risco pessoal e social - na condição de estagiária, percebemos nas atitudes e/ou comportamentos expressos pelas mesmas um teor de agressividade comum ao ser humano, mas que muitas vezes enveredava por caminhos violentos umas com as outras.</p> <p>A partir dessa observação, surgiu a preocupação e inquietação em desvendar quais os fatores mobilizadores de tanta energia gasta na violação do espaço do outro e conhecer mais profundamente o seu cotidiano.</p> <p>A violência na vida dessas meninas está presente cotidianamente seja na família, quando sofrem agressões físicas e/ou morais, como na instituição quando se defrontavam com formas de agressões mais sutis.</p> <p>Em virtude das vulnerabilidades causadas pela violação na formação desses sujeitos, encontramos-nos diante, portanto, de uma significativa variação do que se entende por violência nas últimas décadas, que se caracterizaria, principalmente pela vigência de um sistema marcado pelo aprofundamento de uma lógica de desigualdade sócio-econômico, cultural, etc.</p> <p>Neste sentido, as relações sociais estão inseridas em um contexto que tende a expressar uma crise geradora de inacessibilidade à alimentação, à educação, à moradia, e demais serviços básicos que acaba por gerar um cenário propício à violência.</p>	família e violencia
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	Quando a violência doméstica atinge às crianças: um estudo sobre crianças, famílias de origem e acolhedoras acompanhadas pelo projeto família acolhedora do município do Rio de Janeiro área CR3.2 - Ramos	Maria do Socorro Ferraz Machado	<p>A literatura mostra que a violência contra crianças e adolescentes não é um fato novo e está presente nos mais antigos registros da história da humanidade. Porém o reconhecimento da violência doméstica, enquanto violação dos direitos e da integridade física e psicológica das crianças, deu-se no do século XIX quando foram realizados os primeiros estudos sobre essa problemática. No começo do século XX, a preocupação sobre a violência praticada por pais contra seus filhos atinge profissionais de varias áreas interessados no estudo e intervenção nessa realidade.</p> <p>Especificamente no Brasil, foi somente na década de 80 que a questão da violência doméstica aparece como um problema de saúde pública, possibilitando uma maior abertura para discussão.</p> <p>A violência doméstica é um fenômeno que tem ocorrido dentro das famílias, expondo as crianças a situação de risco, transformando os pais em agressores e prejudicando as relações internas e externas do grupo familiar.</p> <p>Para Minayo (1994), a violência é um “complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial que tem como espaço de criação e desenvolvimento a vida em sociedade”. Nessa perspectiva, diz ser necessário apreendê-la no contexto histórico. Conclui também, que na sua configuração perpassam problemas tanto no plano externo, da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, quanto do plano interno, individual.</p>	família e violencia

2001	CBAS	Famílias e Sociedade	O abuso sexual intrafamiliar e políticas de prevenção	Catarina Maria Schmickler	<p>O abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, embora mundialmente subnotificado, contribui para expor um rosto ainda pouco conhecido da família, instituição que historicamente tem sido associada com o mito do lugar seguro para seus membros, sobretudo para as crianças.</p> <p>Tudo faz crer que a face visível deste fenômeno é apenas o ponta do iceberg (Azevedo & Guerra, 1988) sobre o que concordam todos os estudiosos da área, não restando dúvidas de que é um fenômeno extremamente expressivo, nacional e internacionalmente.</p> <p>O silêncio que circunda o abuso sexual é um dos responsáveis pela face empalidecida das estatísticas que sempre ficam subestimadas, embora o incesto seja tido como epidêmico (Forward & Buck, 1989) e o responsável pela maior parte das disfunções de adultos e adolescentes. O abuso sexual intrafamiliar está no seio de um fenômeno maior que é o abuso generalizado de crianças no lar e que, somente há onze anos, desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, vem sendo denunciado e noticiado com mais vigor. O fenômeno é considerado endêmico por Azevedo & Guerra (1997), Guerra (1998), Roig (1997).</p> <p>Apesar de os números não expressarem a realidade vivida pela infância abusada, seja em que país for, antes do movimento feminista norte-americano e francês, dentre outros, da década de 1960, que tirou do ostracismo o tema do abuso sexual intrafamiliar, as estatísticas eram ainda mais obscuras e, em decorrência, as políticas sociais, também, praticamente inexistentes. Foi o movimento de mulheres o grande responsável pelo início das denúncias, dos estudos sobre a questão e da reivindicação de programas de atendimento às vítimas de violência sexual. (...)</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A intervenção do Serviço Social no projeto sementes do amanhã - um relato de experiência profissional com famílias catadoras do aterro sanitário do Aurá - 1999/2000	Claudia Tereza Fonseca	<p>O Projeto Sementes do Amanhã, o qual trabalharemos nesse texto, atende famílias que trabalham como catadoras de alimento e ou produtos recicláveis no Aterro Sanitário do Aurá. Tendo em vista que essas famílias encontram-se em risco pessoal e social, desprovidos de políticas públicas que minimizem a condição de miséria em que vivem, faz-se necessário tomar medidas cabíveis para mudar o quadro de miserabilidades dessas famílias.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2001	CBAS	Famílias e Sociedade	A abordagem com famílias enquanto uma demanda eminente na atuação com jovens do Programa Vida Nova	Dayse Araujo Santos Prates Liana Peters Carneiro Valdecira Francisca de Oliveira Paulo César de Souza Mattos	<p>Este trabalho pretende fazer uma breve reflexão sobre a importância do contexto familiar no processo de desenvolvimento do trabalho do Programa Vida Nova junto aos jovens, descrevendo e refletindo sobre suas características e sua influência no trabalho de desenvolvimento de sujeitos críticos e atores de sua própria realidade.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	A atuação da equipe de saúde da família com os portadores de deficiência e seus familiares	Rosa D'élia de Moura	<p>Conforme dados estatísticos da Organização Mundial de Saúde – OMS, uma em cada dez pessoas é portadora de algum tipo de deficiência. Se considerarmos que estas pessoas pertencem de alguma forma a um grupo familiar, observa-se que existem milhões de brasileiros que convivem com esta problemática diversificada. A questão da deficiência não se limita apenas ao problema (doença), ela é muito maior; a sociedade, mesmo diante de tantas mudanças e do discurso sobre igualdade, ainda discrimina aqueles que são diferentes. A realidade na qual a PPD (Pessoa portadora de Deficiência) estão inseridos é muito mais complexa do que imaginamos, pois além de enfrentarem a difícil aceitação dos pais e familiares, também têm que encarar toda a sociedade. A chegada de um membro com "deficiência" é percebida e sentida pelos pais de forma negativa e necessitam de apoio, mas nem todos procuram, preferem resolver os problemas sozinhos e acabam isolando a PPD. Preocupadas com essas demandas as Empresas de auto-gestão em Saúde que se encontram em processo de disseminação do novo modelo assistencial (Programa Saúde da Família) com enfoque na integralidade e equidade entre outros princípios, criou o Programa de Atenção a PPD. Os fatores familiares que envolvem essas pessoas são muito peculiares e a estratégia assistencial do Programa Saúde da Família possui instrumentos capazes de responder aos mesmos com maior resolutividade. A família é nosso foco central, pois consideramos de fundamental importância estudar possibilidades de transformação da concepção da PPD, tanto do seu próprio ponto de vista, como da família e da sociedade.</p>	família e saúde
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	A Construção da Cidadania no município de São Carlos/SP através das ações sócio-educativas com famílias de baixa renda.	Elisabeth da Silva Raquel Hosana de Souza Suselaine Faciroli Borges	<p>O presente trabalho se propõe a discutir as ações sócias educativas realizadas com famílias de baixa renda da cidade de São Carlos. São analisados os trabalhos realizados com famílias residentes em bairros periféricos com serviços sociais básicos precários, inexistentes ou de difícil acesso. Nos bairros Cidade Aracy e Antenor Garcia a maioria as mesmas são migrantes que vieram de diversas regiões do Brasil –principalmente da região nordeste-, em busca de melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Na área do Jardim Gonzaga, as famílias já estão na terceira geração. Trata-se de uma favela que já passou por processos de urbanização e que no momento está sendo reurbanizada com recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) através do Programa Habitar Brasil. O espaço das reuniões sócio-educativas visa o fortalecimento dos laços familiares, possibilitar momentos que favoreçam a socialização de forma a que esta se perceba como sujeito participativo de direitos e com acesso a herança cultural socialmente produzida. Nestas, são discutidas diversas questões com o objetivo de instrumentalizá-las e fortalecê-las de modo que se tornem sujeitos de direitos e não meros receptores passivos de políticas pontuais e fragmentadas que somente reiteram sua condição de subalternos e em muito pouco contribuem para a melhoria da qualidade de vida destes cidadãos ou para a sua inserção na vida social, cultural, econômica e política. Alguns resultados já podem ser percebidos como por exemplo, o respeito aos projetos de vida individuais e o incentivo ao bem estar dos seus membros que tem gerado crescimento pessoal e familiar, maior interesse em participar dos grupos, em discutir e melhorar a situação de vida em geral.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	A Família Em Movimento: Uma Instituição Historicamente em Construção	Denise Lellis	Este artigo é um estudo sobre a trajetória histórica da família, tendo como objetivo demonstrar que sua movimentação é um processo, no qual vários fatores são preponderantes na sua constituição e manutenção, entre eles o desenvolvimento sócio econômico da sociedade. A proposta deste trabalho é ampliar a reflexão e a compreensão da família como uma instituição histórica e socialmente em construção, evidenciando que todas as ações profissionais a ela dirigidas devem considerá-la sempre a partir de suas idiossincrasias, singularidades e contexto. A reflexão e pontuação da história da construção social da família em relação ao contexto propiciam aberturas para pensar o significado das mudanças recentes nos padrões de convívio familiar, encaminhando a discussão de como essas afetam as relações internas da família e potencializam recursos de intervenção. Diante destas questões, considero que o grande desafio de nossa época, sobretudo para os profissionais da área social é, então, o de compreender a dinâmica entre a individualidade e a reciprocidade familiar. Torna-se necessário abriremos espaço para pensar e repensar as relações familiares decorrentes da divisão dos papéis familiares, provocada pelo contexto social. Para o assistente social, de modo específico, não perder de foco que a família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades, pode significar participação na construção da cidadania, da dignidade e da ética como forma de validar as relações familiares.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	A inclusão da família no cenário das políticas sociais	Kelinês Cabral GomesS Maria Ysabel Barros Bellini Tiane Alves da SilvaSSS	O trabalho aqui apresentado refere-se a uma pesquisa e tem como objetivo realizar o mapeamento das políticas sociais direcionadas as famílias nos últimos 20 anos -1982 A 2002- no Rio Grande do Sul, destacando os focos, prioridades, concepções, características, impacto, abrangência e eficácia. Justifica-se a partir do conhecimento de que a evolução das políticas sociais não tem acompanhado de forma sintônica as práticas que lidam com a família, portanto, as necessidades das famílias. A visibilidade que a família e que as políticas sociais adquirem hoje não garante uma discussão com a necessária atualidade. Ainda que seja um tema de interesse acadêmico e público, observa-se que as práticas que a envolvem são enclausuradas, instituindo uma tendência em atender as demandas das famílias com respostas elaboradas a priori desconhecendo as experiências singulares. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que abrange a década de 80 até a década atual permitindo a apropriação da evolução e desenvolvimento deste fenômeno dentro de uma dimensão teórica. Os resultados encontrados em 3 meses de trabalho apontam que na primeira década pesquisada a família não tinha a centralidade que tem na atual década e no final dos anos 90. É possível também observar que as políticas sociais dirigidas às famílias tem como ponto comum a questão econômica, configurando-se principalmente como políticas de proteção social. Algumas políticas sociais institucionalizam ferramentas conceituais a respeito da família que são conservadoras, e renovam relações de poder, fragilização, rigidez de papéis, sentimentos de incompetência.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Adoções por consentimento da família de origem: uma questão de desproteção social, de esgarçamento de vínculos sociais ou de cultura?	Dalva Azevedo Gueiros	<p>A presente comunicação aborda a adoção, especificamente as adoções por consentimento da família de origem, partindo do princípio de que esta é uma medida excepcional de proteção à criança. A partir de pesquisa realizada em uma das Varas de Infância e Juventude da Comarca de São Paulo, destacamos aspectos relativos a filiação, naturalidade e etnia da criança e de seus pais, idade e guarda da criança quando da adoção, poder familiar e instrução, domicílio, trabalho e renda dos pais, a fim de compreender o que leva os pais (ou a mãe, o que é mais comum) a entregar seu filho para a adoção por um indivíduo ou um casal supostamente por eles escolhido. Nosso objetivo principal é o de discutir se tais adoções são resultantes especialmente da precariedade das condições socioeconômicas, ou do esgarçamento dos vínculos sociais, notadamente os vínculos de família e de trabalho, ou, ainda, se é parte de processos de circulação de crianças, prática cultural presente nas camadas populares. Tanto a pesquisa quanto nossa experiência profissional nas Varas de Infância e Juventude nos levam a supor que, na nossa cultura, os pais (ou a mãe), ao escolherem um terceiro para quem entregar seu filho em adoção, apropriam-se melhor desse ato e sentem-se mais seguros em relação ao futuro do filho, se comparado à forma pela qual todo processo de adoção é realizado pelo Poder Judiciário, sem nenhuma participação da família de origem.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Análise de fatores que predisõem a gravidez na adolescência: um desafio para a prática do Assistente Social na área da saúde	<p>Profa Ms. Dulcinéia Luccas Sakamoto Profa Ms. Márcia do Carmo Batista Prof.Dr. Mário José Filho</p>	<p>Na adolescência, podem ocorrer transformações físicas, psicológicas e sociais, a gravidez poderá, desejada ou não; e ser um fator de limitação, à perspectivas de futuro. Objetivos: Analisar a reincidência precoce (2ª década), identificando efeitos causados na vida das adolescentes. Metodologia: Estudo realizado de Janeiro a Maio de 2003, de um total de 1.155 parturientes, sendo 295 adolescentes de 10 a 19 anos (26%) e 70 reincidentes (24%). A análise realizada foi quanti-qualitativa, e a entrevista semi-estruturada, com observação participante, o método utilizado foi o hermenêutico-dialético. Resultados: 72,9% das parturientes são de Ribeirão Preto, 71,4% da região Norte. A menarca ocorre em 92,9% (12,5 a); Sendo que o início da vida sexual ocorre em 90% (14,0 a); A 1ª gravidez, 91,5% (15,5 a). Sendo a reincidência nesta amostra de 100,0% (17,0 a). A Paternidade ocorre em, 80%, na faixa de 17 a 19 anos, Baixa renda, de US\$ 42,00 à US\$ 215,00, em 88,6%; A escolaridade ocorre de (5 a 8 anos), Constituem união estável, 67,1%; São Casados, 7,1%; e Solteiros, 25,8%; Quanto a Profissão, 86,6% do lar; Desconhecimento de métodos, 1ª gestação; 81,5%; 21% na 2ª; 80% não evitaram a 2ª gravidez; 8,6%, 1º parceiro e 30% 2ª. Gestações: 82,9%, na 2ª; 12,9% na 3ª, 2,9% na 4ª; e 1,4% na 5ª. Considerações Finais: Reincidência faz parte da realidade social, necessário serviços de saúde organizados no atendimento às reais necessidades, com educação sexual, acesso ao PF., dando apoio, orientação e respeitando opções de vida, exercício da sexualidade e maternidade.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	As Novas Expressões da Pobreza Decorrentes das Rupturas Pós-modernas: um estudo a partir dos chefes de família usuários dos atuais programas sociais	Bernadete de Lourdes Figueirêdo de Almeida	Este estudo investigativo parte da leitura histórico-crítica da atual sociedade capitalista caracterizada por rupturas advindas da condição pós-moderna geradora de fragmentações que provocam, dentre outras, novas expressões da pobreza. Configura-se como uma pesquisa de campo, no período de Agosto de 2002 a Julho de 2004, junto a 210 (duzentos e dez) chefes de família usuários dos programas sociais de instituições governamentais e não-governamentais, existentes em João Pessoa/PB. Esta Pesquisa adotou instrumentos e técnicas de dimensões quantitativa e qualitativa. De acordo com a análise dos resultados, verifica-se, por um lado, a existência de traços tradicionais da pobreza, isto é, a inserção dos entrevistados num quadro de destituição material de sobrevivência, de indigência e miséria; por outro, a predominância de traços emergentes que se traduzem em novas expressões da pobreza: a característica de feminização e de faixas etárias mais jovens, a inserção no trabalho precarizado, o agudizamento do quadro de pobreza, a emergência dos "novos" pobres, dentre outras. Certamente, as transformações emergentes causadas pelas rupturas pós-modernas, marcadas pela despolitização e descaracterização do público, conferem um duplo traço privatista às atuais expressões da pobreza: a retomada do discurso individualista de culpabilização do ser pobre e a adoção de formas de enfrentamento ou de combate à pobreza através dos mecanismos de solidarismo. Tais características particularizam a Pobreza, em que a privatização do público é adotada como solução, o público aparece como desnecessário, sobretudo, no âmbito da Proteção Social.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Considerações sobre o PETI a partir do olhar de uma equipe de Porto Alegre	Aline Espíndola Dornelles Andréa Rispoli Lilian Schreiner Margarete Alessandrini	Este trabalho tem por objetivo fazer algumas reflexões sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), executado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), no município de Porto Alegre, a partir da prática dos profissionais (assistentes sociais e psicólogos) que o executam na região sul e centro sul da cidade. A Política de Assistência Social no município, tem como referência conceitual ser uma Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado, definida a partir de instâncias deliberativas e de controle social, como o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. O objetivo desta é o atendimento às populações em estado de vulnerabilidade social, excluídas dos bens e serviços acumulados pela sociedade, sendo sua tarefa específica viabilizar a travessia e o acesso às demais Políticas Públicas, para que, efetivamente, as populações atendidas tenham seus direitos sociais garantidos. A organização da gestão da Política de Assistência Social na cidade é dividida em 16 regiões de abrangência, cumprindo diretriz prevista na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e objetivos da Administração Popular. Esta organização efetiva-se através de uma Rede Própria e Conveniada de serviços. No que se refere à função executora, a FASC é o órgão do município responsável pelo comando único da Assistência Social. Assim, tendo presente as orientações do Governo Federal para o acompanhamento das famílias no PETI, estaremos relatando a metodologia utilizada no atendimento às famílias e serão levantados alguns aspectos relacionados à concepção de família com a qual trabalhamos	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Discutindo o conceito de família no Programa de Súde da Família - PSF	Teresa Cristina Péret	<p>Este trabalho é parte de nossa Dissertação de Mestrado defendida na PUC-RJ em 2001. A experiência desenvolvida no município de Campina Grande-PB é nossa referência analítica. Pesquisamos as diferentes Representações Sociais de família formuladas pelos entrevistados (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde, usuários e gestores do programa). A pesquisa prioriza aspectos de natureza qualitativa, sendo utilizadas entrevistas semi estruturadas. A amostra intencional totalizou 22 entrevistas. A pesquisa constata que o conceito de família utilizado pelo governo federal no PSF é o formulado pelo IBGE como: o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar. Paradoxalmente, o MS adota uma representação em sua logomarca que sugere a idéia de uma família tradicional. A família é reificada na maioria das representações dos sujeitos entrevistados. Nas diferentes abordagens, a concepção idealista de um "modelo de família" é marcante. Neste sentido, os membros têm funções claras, reproduzindo os papéis tradicionais definidos na sociedade capitalista. Alguns entrevistados transferem para a esfera das relações de trabalho o conceito de família, expurgando a heterogeneidade existente tanto no âmbito familiar como no trabalho. Concluímos a pesquisa pela necessidade de uma maior discussão desta categoria, além de um pacto inter-políticas setoriais, com objetivos e processos mais ambiciosos de "proteção social", preservando a totalização das atenções às famílias, particularmente das classes subalternas no município em questão.</p>	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Era Uma Vez... a família e sua história: um estudo qualitativo do Serviço Social	Cristiane Gonçalves de Oliveira Fabiana Prado Couto	<p>O projeto "Era uma vez... a família e sua história : um estudo qualitativo do Serviço Social" apresenta uma proposta direcionada ao grupo familiar das crianças e adolescentes que freqüentam o Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescentes do Jardim Nilópolis da Prefeitura Municipal de Campinas, a partir de uma pesquisa ação feita no período de outubro/03 a abril/04 através de entrevistas, visitas domiciliares, observações e caracterização das famílias de acordo com o tipo, procedência, reconstituição das lembranças e aspirações da infância e atuais, bem como, impressões que possuem dos filhos. De acordo com as características as famílias foram divididas em: (F1) "Grupo de Referência Significativa", (F2) "Grupo de Referência com Intercorrências", (F3) "Apresentam Focos de Conflito", (F4) "Possuem Vínculos Afetivos", (F5) "Apresentam Conflitos Significativos", (F6) "Não se apresentam como um grupo de Referência". Para as categorias F5 e F6 propomos o acompanhamento individual como instrumento de atuação, por entendermos que a família encontra-se numa situação de vulnerabilidade social, o que requer uma ação mais efetiva, urgente e próxima do profissional. Para as demais categorias propomos a elaboração de um novo projeto: "Bolo, Café e Conversa: a família em evidência", que se constituirá numa metodologia de atendimento sócio educativo grupal, onde o Serviço Social atuará como agente socializador de informações com objetivo de reforçar e fortalecer os vínculos familiares de um grupo que provém suas necessidades econômicas e emocionais, mesmo em um contexto tão perverso e injusto como o que nos encontramos inseridos.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Erradicação do Trabalho Infantil -uma análise sobre as inflexões do PETI nas experiências cotidianas das famílias participantes.	Miriam Damasceno Padilha	<p>O presente trabalho, como parte dos meus estudos no Programa de Doutorado em Serviço Social, discorre sobre a política de proteção social à criança pobre no Brasil, especificamente sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, e suas repercussões na experiência cotidiana das famílias das crianças atendidas pelo Programa. Constatei que o PETI, diferentemente dos programas governamentais de proteção à criança e ao adolescente até então implantados no Brasil, avança no enfrentamento da problemática do trabalho infantil de forma diferenciada das históricas iniciativas já realizadas. A característica fundamental do Programa, é o atendimento às famílias das crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce. Neste estudo, darei resultados preliminares de uma pesquisa junto às famílias participantes do PETI, realizada em 50 municípios do Estado de Pernambuco. A pesquisa indicou que apesar do PETI ter um caráter de programa focalista e temporário, e, posto que a problemática do trabalho infantil envolve questões de ordem macrossocial, foram identificadas mudanças qualitativas relacionadas com as condições objetivas de vida das famílias, como também, o surgimento de traços, ainda pontuais, mas potencialmente profícuos, de uma cultura e sociabilidade por parte das famílias que passam a identificar o trabalho infantil como instrumento negativo para a formação dos seus filhos. Do ponto de vista teórico, foram trabalhadas os conceitos família, cotidiano e experiência, numa perspectiva marxista, pois, permitiram a articulação das experiências cotidianas das famílias, suas particularidades, e suas dinâmicas internas na rede macroscópica das relações sociais.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Estratégias de Sobrevivência das Famílias Pobres de Bauru: Redes de Apoio Familiar	Giselli de Almeida Tamarozzi Lima	<p>Este estudo buscou apreender como as famílias pobres de Bauru enfrentam a questão da sobrevivência. A família foi analisada dentro das configurações através da sociedade e da realidade sócio-econômica-cultural da cidade de Bauru, inserida na realidade do Estado de São Paulo, do Brasil e, este, no âmbito internacional, frente ao processo de globalização da economia e do ideário neoliberal. Além de constatada a pobreza existente em Bauru, a pesquisa mostrou que as famílias sobrevivem, a partir da criação de redes sociais de apoio familiar que se estabelecem por necessidades materiais de subsistência e de proteção, onde as pobres se reúnem dividindo os seus poucos recursos. A partir da pesquisa pode-se visualizar quais são as estratégias de sobrevivência das famílias pobres de Bauru e as articulações que concretamente ocorrem para garantir estas estratégias, que se acredita, são decorrentes da força da vida que emana do ser humano quando está diante de uma ameaça latente, quer seja material, afetiva ou de proteção. A privação de recursos levam-nas a construir arranjos diversos compostos pelo grupo familiar mais amplo, de parentes próximos e/ou mais distantes. A pesquisa empírica foi realizada na Instituição Conselho Metropolitano de Bauru - Sociedade de São Vicente de Paulo, através do levantamento de prontuários e entrevistas realizadas nas residências das famílias, além de levantamentos estatísticos buscados em fontes secundárias.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Estratégias para a constituição de um grupo sócio-educativo	Regina M. Ignarra e Teodora Torres	<p>A comunicação estratégias para a constituição de um grupo sócio-educativo tem como objetivo tomar a prática de uma assistente social como campo investigativo e assim contribuir para a ainda escassa literatura pós reconceitualização sobre as estratégias utilizadas pelo assistente social no trabalho com grupos. Trata-se de prática desenvolvida na PUCSP, em convênio com a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo, com famílias participantes de programas sociais de transferência. de renda. Especificamente, a experiência aqui relatada ocorreu foi desenvolvida por uma assistente social, num bairro periférico de São Paulo, com 200 representantes de famílias, em reuniões quinzenais em grupos de 20. Essa experiência é descrita e analisada a partir de cinco enfoques: a inserção do grupo no seu contexto institucional e as interferências desse contexto no trabalho profissional do assistente social; a comunicação como instrumento de informação e esclarecimento; o uso de estratégias para interpretação dos objetivos das reuniões levantando e discutindo expectativas dos participantes dos grupos e de estímulo à criação de uma identidade grupal; a criação de um clima de acolhimento das diferenças; estratégias para um planejamento conjunto da seqüência do trabalho. A concepção da realidade objetiva como produto da interação entre indivíduos, grupos e organizações permeia todo o texto e a importância da aceitação das diferenças sócio culturais permeia todo o texto.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Família, políticas públicas e consumo de drogas por adolescentes: o olhar dos educadores	Denise Bomtempo Birche de Carvalho Erika Aline Rodrigues Neves Guerreiro	<p>O uso indevido de álcool e outras drogas por adolescente no âmbito escolar vêm aumentando e tornando-se uma manifestação da questão social, portanto exigindo uma demanda de conhecimento e intervenção de várias áreas do conhecimento, dentre elas o Serviço Social. A pesquisa intitulada "Adolescentes e Consumo de Drogas: o consumo de drogas por adolescentes das escolas das redes públicas e privadas do Distrito Federal", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), analisa este tema por diversos eixos. Dentre eles o que norteia esta comunicação: o consumo de drogas e relação familiar. Através das falas dos educadores percebe-se a responsabilização da família pelo aumento do uso indevido de álcool e outras drogas. Após uma análise de como a família é tratada pelas políticas públicas no Brasil e a importância que esta possui no imaginário da sociedade, percebe-se a necessidade de políticas públicas na prevenção ao uso indevido de drogas centradas na família, mas interligadas a política de educação, saúde, assistência social, segurança pública. Este tema, como manifestação da questão social, deve ser colocado na agenda do Estado e da sociedade como prioridade. Tendo claro que uma sociedade livre de drogas é um mito e precisa ser descontraído no imaginário da sociedade. Ao contrário do enfoque repressivo, as políticas públicas de enfrentamento deveriam valorizar a qualidade de vida.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social: uma demanda a ser enfrentada	Laisa Regina Di Maio Campos Toledo	<p>O aumento de famílias chefiado por mulheres é significativo na nossa sociedade, entretanto o assunto ainda não foi aprofundado por estudos teóricos. A visibilidade objetiva deste fenômeno encobre vários aspectos ainda pouco explorados. Um deles é a precisão conceitual do que se entende por famílias chefiadas por mulheres. Outro ponto pouco explorado é a diversidade qualitativa quando adentramos nas condições de vida dessas famílias, particularmente aquelas que enfrentam cotidianamente a pobreza.</p> <p>Numa primeira aproximação, os dados estatísticos evidenciam que, atualmente, famílias chefiadas por mulheres constituem um fenômeno tendencialmente urbano que extrapola classes sociais, fronteiras políticas e configurações histórico-sociais e, seguramente, é condicionado por particularidades que determinam o seu maior ou menor grau de vulnerabilidade. De um modo geral, o grau de vulnerabilidade das famílias chefiadas por mulheres tem uma relação direta com a pobreza e os escassos estudos a respeito não têm dado conta de dimensionar a extensão dessa interface. No terreno das políticas públicas, o que nos mobiliza como assistentes sociais é a constante busca de possibilidades de ações na afirmação e conquista de direitos sociais dentro do marco ético-político de uma prática de enfrentamento da questão social, direcionadas para a proteção de grupos em situação vulnerabilizada. Particularmente, a família chefiada pela mulher faz parte desse grupo e os impactos da pobreza na vida dessas famílias, no entanto, ainda merecem ser estudados com mais profundidade, dimensionando as possibilidades de ação no âmbito das políticas públicas na perspectiva de ações afirmativas.</p>	Família e Gênero
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Focalização e acessibilidade: do Programa Bolsa Escola ao Programa Bolsa Família	Claudia Cristina de Souza Santos Gisele Caroline Ribeiro Anselmo Mônica da Silva Leite Rita de Cássia Cordeiros de Carvalho	<p>Neste texto pretendemos discutir, os critérios de acessibilidade e focalização dos programas de transferência de renda que foram concebidos nos últimos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). No Brasil dos anos 90, ocorre uma reconfiguração significativa no formato das políticas compensatórias com o surgimento de programas assistenciais de transferência de renda sob a responsabilidade do governo federal, a exemplo dos programas de garantia de renda mínima implantados nos países europeus. Nesse cenário, o governo Federal define um desenho próprio para o programa nacional de garantia de renda (1998), a partir de sua descentralização através dos municípios e da sua associação à educação. Logo o programa de transferência de maior repercussão, no governo de FHC, denominado Bolsa Escola tem sua abrangência redimensionada, em 2001, para incluir todos os municípios brasileiros. Com o governo Lula, o PBE, juntamente com os programas Bolsa Alimentação (PBA), Programa Auxílio Gás, e ainda, um programa novo criado em 2003. Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), foi encampado pelo Programa Bolsa Família. Em consequência, o Bolsa Família transforma-se no programa de transferência monetária de maior abrangência no atual governo. Para uma maior compreensão do significado dessa unificação, discutiremos, como questão norteadora, a indagação: A instituição do programa Bolsa Família significou um avanço em termos de maior cobertura ou trouxe apenas uma maior racionalização administrativa dos recursos?</p>	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	O cotidiano profissional do Assistente Social em presídios: Uma experiência no complexo penal Dr. João Chaves - CPJC/Natal/RN	Hilderline Câmara de Oliveira Valéria Regina Carvalho de Oliveira	<p>A experiência profissional supracitada foi realizada durante dois anos no Complexo Penal Dr. João Chaves, localizado na Av. Dr. João Medeiros Filho, 963, Potengi - Natal /RN, sua construção foi iniciada na década de 50 e finalizada na década de 60, marcando assim, a introdução da prática institucional prisional no contexto do nosso Estado. Hoje, essa Unidade Penal acomoda precariamente um contingente populacional de 568 apenados, (sua capacidade é de 250) entre homens e mulheres que cumprem suas penas nos regimes fechado, semi-aberto e aberto. Nesse contexto, encontra-se o Assistente Social, que depara-se no cotidiano com constantes desafios no seu fazer profissional, tendo em vista que neste presídio (que não difere dos demais do Brasil), o ambiente propicia a violência; corrupção, constantes abusos sexuais; a quase ausência de perspectivas de reinserção sócio-econômica, bem como a inexistência de uma política penitenciária efetiva, de qualidade e eficiente. Nesse sentido, diante do que dita a Lei de Execução Penal – LEP (esta regulamenta o sistema penitenciário brasileiro, desde 1984), o Serviço Social em organizações prisionais, tentar desenvolver atividades que beneficie o preso e sua família, utilizando-se de instrumentos como: o atendimento individual e familiar, entrevistas, parecer social, encaminhamentos, dentre outros. Desta forma, percebemos que o cotidiano profissional do Assistente Social nesta unidade penal é perpassado por muitas dificuldades, desafios, tensões e repleto de atribuições. Nesse contexto, o sistema prisional brasileiro, em todos os aspectos, atingiu o seu limite.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	O mito do lar seguro	Luizyland Pereira Lima	<p>O estudo teve como objetivo compreender a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes sob a ótica do agressor a partir das violações registradas no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA do Conselho Tutelar do município de Sobral/Ceará. O método utilizado foi o histórico crítico. Foram selecionados (06) seis casos de violação por inadequação ao convívio familiar. Verificamos que o mito da infância feliz se esbarra cotidianamente na violência, desvelando um outro universo infantil ao ser transformado numa caricatura perversa do próprio mundo do adulto pelo uso abusivo da sua autoridade. A cultura brasileira ratifica o disciplinamento corporal como uma prática pedagógica familiar educativa, legitimando a velha prática do disciplinamento corporal herdado do período colonial embasado em uma pedagogia do amor correccional.</p> <p>Outra conclusão que se destaca consiste na necessidade de estabelecer um novo olhar transdisciplinar que permita desenvolver capacidades nos violadores, que também foram vítimas no passado, para lidar com novas realidades: Ser Pai/Mãe e Educador(a). Esperamos que a medida que se intensifiquem a compreensão do fenômeno da violência intrafamiliar pelas instituições de proteção e defesa seja acrescido de um trabalho sócio-terapêutico que inclua o violador de forma a não revitimizar a relação Pai/Mãe-Filho(a). E, acima, de tudo, levarmos consigo a célebre frase: Eu sou aquilo que consegui fazer com que o que fizeram de mim (Sartre).</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): A percepção das famílias do lixão de Maceió, atendidas pelo programa.	Márcia Iara Costa da Silva.	<p>O presente estudo tem como objetivo mostrar a percepção das famílias do lixão em relação do programa, a partir de suas vivências. O PETI tem público-alvo famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e seu principal objetivo é retirar do trabalho crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade, envolvidos em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e participativa baseando-se numa concepção multidimensional de inclusão social que não se reduz a indicadores econômicos. A pesquisa empírica foi realizada com os usuários do PETI, vinculados à Cruz Vermelha Brasileira, residentes na Vila Emater, local onde está situado o lixão de Maceió. Embasamos este estudo, na condição da pobreza da família sob os determinantes da lógica capitalista, e no ciclo da exclusão, em que a privação da escola se apresenta como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e do trabalho precoce. Pressupõe-se que o Programa caracteriza-se enquanto um instrumento capaz de proporcionar mudanças nas condições de vida das famílias, contribuindo para a erradicação do trabalho infantil. Para isso, busca-se caracterizar os usuários, identificando suas necessidades, prioridades, perspectivas de mudança e acesso à cidadania, sem a incorporação do trabalho dos filhos. O resultado da pesquisa demonstrou, que o programa tende a reforçar uma prática assistencialista e clientelista. Não incentivou a participação popular nem proporcionou melhoria efetiva nas condições de vida da família, no sentido de afastar definitivamente as crianças e adolescentes do trabalho infantil, em caso de desligamento do PETI.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima - PGRFM de Campinas e o direito a uma renda básica incondicional	Martha Coelho de Souza	<p>Programas de complementação de renda, com objetivo de autonomizar e emancipar famílias com precariedade de rendimentos têm, recentemente, ganhado visibilidade e legitimidade social. A resolução n. 207 do Conselho Nacional de Assistência Social de dezembro de 1998 já reconhecia a importância de uma renda mínima estável e permanente como necessidade primeira, mas não única, para manutenção da unidade familiar. O Bolsa Família do Governo Federal e a proposta do Sistema Único de Assistência Social - SUAS de proteção social básica às famílias apontam, ao nosso ver, para os programas de renda familiar mínima enquanto garantia de direito aos mínimos sociais. O PGRFM de Campinas coloca como princípio que “a família fortalecida e inclusa numa rede de proteção poderá ela própria desencadear as melhorias em sua qualidade de vida e propiciar ambiente de proteção e desenvolvimento dos seus filhos” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1998). Porém na operacionalização, este princípio era buscado através de reuniões mensais com os destinatários do programa e encaminhamentos para cursos de profissionalização básica. Este modelo maximiza a responsabilidade das famílias pelas suas condições de exclusão e minimiza as condições histórico, estrutural e conjunturais de desigualdade de nossa sociedade.</p> <p>Os programas atuais de transferência monetária objetivam aliviar privações do presente e criar a possibilidade de que, no futuro, pelo acesso à educação crianças e adolescentes, das famílias atendidas possam sair da condição de extrema pobreza. Política compensatória ou ação afirmativa? Acreditamos que articulados às políticas universais básicas e destinados a todos a quem a quem deles necessitam, os programas de garantia de renda possam ser instrumento para diminuir desigualdades, e nesse sentido serem uma política afirmativa. Uma política de “travessia”, de proteção social, mas que almeja o “campo da redistributividade”.</p>	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	O trabalho socioeducativo em programas de transferência direta de renda a famílias: construção de uma metodologia	Marta Silva Campos Mariangela Belfiore Wanderley	<p>Apresenta-se e analisa-se uma metodologia de trabalho socioeducativo elaborada e implantada num programa de renda mínima, desenvolvido recentemente, com cerca de 13 000 famílias da periferia da cidade de São Paulo. A proposta visa concretizar uma abordagem profissional (interdisciplinar) voltada para o desenvolvimento de uma política de assistência social dentro da ótica do direito, do controle público e da diminuição da desigualdade social, impossível de obter apenas com transferências monetárias pela rede bancária. Promove uma necessária definição, atual, política e programática, do lugar da família, da qual se vem exigindo uma atuação cada vez mais intensa na reprodução social. A família – característico espaço de solidariedade – foi vista em sua relação com outras instâncias: Estado, mercado, associações, movimentos. Os laços familiares para além do domicílio foram considerados, ao contrário do constante na maioria dos programas sociais. Assim foram avaliados seu alcance e os limites, tanto do ponto de vista da produção da subjetividade como da estruturação da sociedade. Foi utilizado o recurso da formação de grupos de representantes de cada uma das famílias, tomados como espaços de construção coletiva e de recuperação e desenvolvimento máximo da sociabilidade. Com a escuta e o acolhimento dos problemas sentidos como particulares, estes foram também abordados como questões coletivas no território de vivência das famílias. Estimulou-se desta forma a articulação dos representantes quanto à demanda de programas de atendimento às famílias, melhora dos serviços, elaboração do orçamento público, outras iniciativas, como estratégias participativas no desenvolvimento da autonomia e da cidadania. Foi concomitantemente elaborado um sistema de monitoramento e avaliação do programa.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Obesidade: um problema social contemporâneo para o Serviço Social	Flavia Maria Lacerda Felippe	<p>O enfoque central desse trabalho, resultado de uma tese de doutorado, revela que essa doença genética e emocional agrega conteúdos sociais, que favorecem e asseguram a sua manutenção. Nosso cotidiano vem se constituindo de valores e crenças, nesse momento social, que favorecem a obesidade. Investigamos os determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos geradores do aumento de peso populacional. A repercussão desses fatores acarreta a redução da qualidade de vida das pessoas, como também o enfraquecimento de sua determinação, segurança, auto-estima, gerando efetivamente discriminação e exclusão para os sujeitos em suas relações sociais, familiares e profissionais. Objetivo: Identificar os determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos da obesidade enquanto problema social contemporâneo dado ao serviço social. Justificativas: A Teoria das Representações Sociais é aqui utilizada para iluminar o entendimento do significado e das determinações do comer no mundo atual. A análise do contexto sócio-histórico remete-nos à compreensão do cotidiano gerador de doenças sociais; também é avaliado o papel da mídia e da indústria do comer e do consumo. Resultados: A perspectiva social da obesidade foca sua atenção na forma como esse problema é criado e promovido pelo ambiente social, cultural e estrutural. O peso da obesidade é político e econômico e, portanto, social. Trata-se de peso social, pois diz respeito à relação entre as pessoas, envolve estigmas, discriminação, preconceito, na produção e reprodução dos indivíduos. O papel do Serviço Social passa, então, pelo encaminhamento de propostas quanto à proteção dos indivíduos.</p>	família e saúde

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Pais emigrantes e a Guarda de seus filhos.	<p>Elizete Rodrigues de Oliveira Juliana de Lima Lupion Silva Minervina Aparecida dos Santos Luciane Pinho de Almeida</p>	<p>Este estudo objetivou analisar os fatores preponderantes que levaram alguns brasileiros a outros países em busca de trabalho, deixando seus filhos sob a Guarda de Terceiros. Através de pesquisa qualitativa, com entrevistas não-estruturadas, para que facilitasse a interação com os entrevistados, complementamos os dados com a pesquisa documental. Num universo de nove requerentes da Guarda de Crianças e/ou Adolescentes de pais que emigram em busca de trabalho, constatamos que, em sua maioria, o que impulsiona os brasileiros provedores de suas famílias a mudar seu modo de vida é o desejo de poder dar aos seus filhos melhores condições de formação escolar, capacitação profissional, planos de saúde e outros, pois acreditam que estes fatores são fundamentais para viverem em uma sociedade cada vez mais exigente. Concluímos que as atitudes tomadas por estes pais não podem ser consideradas uma negligência, descaso ou abandono, mas uma intenção de proporcionar aos filhos melhores condições de vida. Ao mudarem de país enfrentam rotinas diferentes, cultura diversa, jornadas de trabalho extensas e estressantes e muito mais. Todas essas dificuldades e enfrentamentos se fazem mediante a luta pela sobrevivência, mesmo que para isso lhes custem a distância dos filhos.</p>	<p>Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social</p>
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Pensando o trabalho grupal com famílias no campo da saúde mental: a inclusão na rede de proteção social	<p>Maria Helena de Jesus Bernardo Danielle Cardoso Andrade Gisele dos Santos Rocha Gisele de Paula Radocz Ingrid Peres Gonçalves Marília Santoro Soares</p>	<p>O presente trabalho destacará algumas considerações acerca dos “Grupos de Familiares” realizados pelo Serviço Social, Psicologia e Enfermagem, no Serviço de Psiquiatria.– HUPE/UERJ. Essa atividade é um dos espaços através do qual podemos estender o cuidado que a instituição tem com o usuário para os seus familiares, que também demandam além de apoio, um cuidado especialmente dirigido a eles. Reconhecemos a unanimidade da literatura sobre as implicações da dinâmica familiar no processo de adoecimento mental e a proposta da Reforma Psiquiátrica, cuja principal crítica repousa na denúncia às práticas asilares, onde familiares e usuários possam tornar-se sujeitos ativos do processo de reabilitação psicossocial. Objetiva criar um dispositivo grupal de reflexão sobre essas questões, acionando coletivamente mecanismos de suporte social, cumprindo ainda com o papel de maior aproximação dos familiares ao processo de tratamento do usuário. Como resultados, destacamos que os grupos têm viabilizado conversas e negociações sobre novas formas de relacionamento e convivência, seja no âmbito familiar seja no âmbito institucional e desdobramentos como os Projetos Pré – Associação de familiares, usuários e técnicos e os Encontros Mensais com característica de educação em saúde. Em termos de conclusões, verificamos mudanças qualitativas na relação família, instituição e usuário psiquiátrico e identificamos que as questões familiares passam a ser entendidas de modo estrutural, havendo a necessidade de fortalecer projetos de trabalho de atenção à família comprometidos com a melhoria das condições de vida destas e com a defesa de políticas sociais públicas!</p>	<p>Processos de Intervenção do Serviço Social com Família</p>

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Políticas Públicas e desafios profissionais na atenção às famílias	Claudia Maria Skowronski Dunia Comerlatto	<p>É a partir da década de 1990, mais datadamente, que a atenção à família (re)toma centralidade na política pública, principalmente, no que tange a questão da sobrevivência, proteção e melhoria da qualidade de vida de seus membros. Frente ao empobrecimento da família brasileira por diversos fatores: econômico, social e político, estas encontram-se desprovidas das condições mínimas para prover a subsistência dos seus membros. Dessa forma ela se torna alvo da atenção pública, requerendo diversas ações de apoio, atendimento e programas que atendam as suas demandas enquanto um grupo familiar que integra uma gama de indivíduos. É preciso tê-la também como parceira, numa ação que posicione seus integrantes como protagonistas, de forma a criar condições para que as mesmas participem ativamente diante da responsabilidade de proteção e cuidados. A pesquisa “Políticas públicas e desafios profissionais na atenção às famílias”, realizada com os municípios de pequeno porte da Região da AMOSC teve o propósito de refletir sobre a eficácia dos programas, projetos e serviços operacionalizados nas áreas da Assistência Social, Saúde e Educação, na atenção às famílias, evidenciou que são poucos os programas, projetos e serviços desenvolvidos por tais municípios na atenção a família. Mostra que precisa avançar muito nessa direção, perpassando a compreensão sobre família como forma de romper com estereótipos e propor ações que contemplem a atenção integral, a intersetorialidade e a rede de serviços, na busca de desenvolver processos de autonomia e fortalecimento das famílias usuárias dos programas, projetos e serviços ofertados pelas políticas públicas, em especial da Assistência Social.</p>	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Por uma política de abrigos em defesa de direitos das crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: Motivos de demanda e qualidade de oferta de serviços de atenção à criança e adolescente sob medida de proteção ‘abrigo’	Rita de Cassia Silva Oliveira Selma Marques Magalhães Dilza Silvestre Galha Matias Ana Maria da Silveira	<p>A heterogeneidade dos abrigos da cidade de São Paulo é visível, tanto no que se refere aos critérios de atendimento das crianças e dos adolescentes abrigados (sexo, faixa etária, tempo de permanência, atendimento especializado), quanto ao tamanho da instituição, tempo de funcionamento e relações sócio-institucionais.</p> <p>A ausência de estudos sistematizados sobre essa realidade mobilizou o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – NCA/PUC-SP e a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - AASPTJ/SP a elaborarem o Projeto de Pesquisa, buscando parcerias imprescindíveis para sua realização. Foi assim que a Fundação Orsa e a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo - SAS uniram-se aos primeiros na desafiante tarefa da construção de conhecimentos sobre a questão do abrigamento da criança e do adolescente na cidade de São Paulo.</p> <p>Tais conhecimentos possibilitarão o fomento de novas pesquisas e estudos na área, servindo como importante subsídio para o aprimoramento das intervenções profissionais e para a implementação de ações integradas e articuladas entre as instituições que fazem parte dessa rede de atendimento, tendo como permanente desafio à manutenção da convivência familiar para crianças, adolescentes e famílias pobres.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Projeto Curitiba minha casa - uma experiência de atendimento a famílias residentes em áreas de risco	Ana Luiza Suplicy Gonçalves Mayrhofer	Os esforços dos órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba tem sido somados em áreas que foram delimitadas como concentradoras de risco social. Estes territórios, priorizados para uma intervenção integrada entre as diversas áreas de atuação da prefeitura, tem uma população de 163.048 pessoas, o que corresponde a, aproximadamente, 40.762 famílias em situação de vulnerabilidade social. Diante desta realidade, detectou-se a necessidade de um trabalho de promoção familiar que, ao contrário do mero assistencialismo, proporciona condições para que a família se desenvolva de acordo com os seus valores, os seus interesses e participe como sujeito ativo na construção de uma história de cidadania. O projeto Curitiba – Minha Casa é uma proposta de ação integrada para informação e orientação às famílias sobre temas que fazem parte do seu contexto familiar e social. A intervenção é caracterizada pela articulação dos recursos da Rede Social com o objetivo de fortalecer a potencialidade das famílias na busca de solução para seus problemas e proporcionar condições para uma melhor qualidade de vida. Foram formados Grupos de Apoio Familiar onde são abordados 7 temas desenvolvidos em um material de apoio que subsidia o facilitador para realizar um trabalho de promoção que venha a contribuir para o processo emancipatório das famílias e para o seu desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Atualmente, estão estruturados 251 grupos que se encontram periodicamente, com a condução de assistentes sociais da prefeitura e profissionais de instituições governamentais ou não, que atuam em parceria, comprometidos com as diretrizes do projeto.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Qualidade de Vida nos Núcleos Familiares com Idosos Portadores de Doenças Crônico-Degenerativas	Leonía Capaverde Bulla	Com o envelhecimento populacional constata-se o incremento de doenças crônico-degenerativas como a Doença de Alzheimer. Este estudo investiga a qualidade de vida e as estratégias de enfrentamento das dificuldades encontradas pelos cuidadores, as demandas para o atendimento aos idosos doentes e seus familiares, bem como as redes de suporte social. Para a realização da pesquisa utilizou-se um instrumento de avaliação da qualidade de vida, um inventário de sintomas de stress e um roteiro de entrevista semi-estruturada. Os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo e a quantificação foi realizada com a utilização do programa SPSS. Os resultados demonstram que 62% dos cuidadores são filhos e 60% são mulheres. Constatou-se que os cuidadores apresentam dificuldades de defrontar-se com a perda do familiar e temem vivenciar a mesma situação no futuro. Como estratégia de enfrentamento, recorrem às atividades de lazer e a participação em grupos de apoio, para troca de experiências, ampliação de conhecimentos e expressão de sentimentos, aderindo, também, às crenças religiosas e/ou filosóficas. Evidenciou-se que a maioria dos familiares responsáveis recebe a ajuda eventual de outro familiar na forma de recursos financeiros e de cuidados com o familiar doente. Concluiu-se que o cuidado do idoso é maior quando o parentesco é direto e que a precariedade das redes de suporte social ocasiona a sobrecarga do cuidador. É urgente a criação de serviços de atendimento ao doente, além de uma maior socialização dos conhecimentos sobre a Doença de Alzheimer.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Reflexões sobre Pareceres Psicossociais em Processos de Guarda de Filhos	Eliane Cristina Martins de Resende Andrade Valeska Marinho Corrêa	<p>O presente trabalho trata de pesquisa realizada nas Seções Psicossociais Forenses (SEPAF) do Serviço Psicossocial Forense do TJDFT, com o objetivo de refletir acerca da tendência das profissionais (assistentes sociais e psicólogas) das SEPAF's em sugerir a guarda de crianças e adolescentes à mãe em detrimento do pai, em pareceres psicossociais. Para tanto, foram estudados todos os pareceres psicossociais realizados em processos relativos à disputa de guarda entre pais e mães, realizados no ano de 2003, em um total de 94. Para a análise, buscou-se enfatizar aspectos sócio-jurídicos relativos à família, em especial, as transformações ocorridas nos papéis vivenciados por pai e mãe na assunção dos cuidados com os filhos e as conseqüentes mudanças na legislação pátria. Considerou-se, ainda, a conjuntura das equipes das SEPAF's, no que concerne aos âmbitos pessoal e familiar, visto que se observou que as SEPAF's são constituídas exclusivamente por mulheres, trazendo à tona a questão de gênero. Tal consideração justifica-se a partir da construção ideológica do mito da neutralidade das ciências sociais. Por fim, pôde-se perceber que, nas equipes técnicas das SEPAF's, não há tendência de sugerir a guarda à mãe em detrimento do pai. Observou-se ainda uma tendência à manutenção da guarda para o genitor que já a possui de fato, seja ele o pai ou a mãe, tendência baseada no conhecimento de que a modificação da guarda traz mudanças significativas à vida de pessoas que ainda se encontram em processo de formação de identidade. Considera-se imprescindível realizar este tipo de pesquisa e reflexão para possibilitar a reconstrução e adequação da prática à realidade social.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Reintegração ao convívio familiar de pessoas portadoras de transtornos mentais: perfil de pacientes com um ano ou mais de internação em um hospital psiquiátrico do Recife	Roberta Uchôa	<p>Este trabalho sistematiza o levantamento do perfil de pacientes em hospital psiquiátrico do Recife. Este levantamento faz parte de uma proposta de ação (Projeto Reabilitar) para reintegração social (desinstitucionalização) de pessoas portadoras de transtornos mentais de longa permanência em hospital psiquiátrico no Recife. Este projeto tem por objetivo estimular a prática do cuidado domiciliar, em substituição ao cuidado hospitalar através da reintegração à família ou transferência de pessoas portadoras de transtornos mentais para residências terapêuticas. Estudos têm demonstrado que prolongadas internações em hospitais psiquiátricos acentuam o distanciamento entre a família e a pessoa portadora de transtorno mental. De acordo com levantamento realizado, dos 1.400 (mil e quatrocentos) pacientes internados nos 07 (sete) hospitais psiquiátricos do Recife sob gestão municipal, 477 (quatrocentos e setenta e sete) (34%) tinham 01 (um) ou mais anos de permanência institucional. Durante o trabalho de campo, trinta e cinco pacientes femininas de longa permanência no hospital selecionado foram entrevistadas; todos os prontuários dessas pacientes foram analisados; e, foram realizadas reuniões de grupo com familiares dessas pacientes. O objetivo destas atividades foi o de traçar o perfil das pacientes, avaliando o quadro clínico, mental e sócio-familiar para sugerir as indicações terapêuticas para cada uma delas. A gravidade dos quadros clínicos e psiquiátricos, as dificuldades sócio-econômicas das famílias e os escassos recursos alternativos à internação constituíram-se em obstáculos para o retorno à família das pessoas portadoras de transtornos mentais após longos períodos de internação.</p>	família e saúde

2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Serviço Social e Programa Médico de Família – um caminho para novas práticas?	Rita de Cássia Santos Freitas Elaine Nascimento Mônica Senna Daniela Menezes Michelle Borely	<p>Este trabalho vem se desenvolvendo no âmbito da Residência Multiprofissional em Saúde da Família/UFF, e tem como objetivo analisar o papel do Serviço Social no Programa Médico de Família de Niterói. Entendemos que a complexidade e diversificação da realidade a nossa volta vem colocando novas demandas para a profissão. Tais reflexões podem nos ajudar a pensar acerca do papel do Serviço Social na área da saúde, contribuindo, assim, para a redefinição de novas identidades profissionais. Utilizamos como metodologia a entrevista semi-estruturada, buscando a instauração de uma escuta ativa e metódica, afastada tanto do dirigismo quanto da “não-intervenção”. Além da análise sistemática da documentação e bibliografia sobre o tema, nossa análise se volta, prioritariamente para a fala desses profissionais. Esta é uma pesquisa em andamento e, nesse momento, expomos nossas primeiras considerações. Acreditamos que novos espaços estão sendo abertos pela perspectiva adotada pelo programa. A inserção do Serviço Social e seu papel no PMF são definidos pela prática realizada cotidianamente e, nesse sentido, é fundamental a reinvenção coletiva de novos instrumentais técnico-científicos. Possibilitar a aquisição de uma leitura mais ampliada do processo saúde-doença, relacionando-o ao contexto histórico-social, para categorias profissionais que tradicionalmente não contam com essa perspectiva em sua formação já garante a importância desse espaço de atuação para o assistente social. Mas o Serviço Social atua também como mediador entre os vários atores sociais, subsidiando a operacionalização de projetos interventivos que contribuam para o resgate, ainda que parcial, da cidadania dos usuários do programa. Enfatizamos, ainda o necessário aprofundamento da atuação do assistente social na supervisão, esfera que, entendemos, deve ser valorizada.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2004	CBAS	Famílias e sistemas de Proteção Social	Uma Proposta de Construção da Cidadania das Famílias Atendidas pela Curadoria da Infância e Juventude em Campina Grande - PB	Glete Fabiana Vale Patrícia Rodrigues da Silva	<p>O Ministério Público tem como atribuição primordial a defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses individuais e indisponíveis. No município de Campina Grande o Ministério Público atua através das Curadorias, que são as seguintes: Meio ambiente, Consumidor, Patrimônio Público, Cidadão e Infância e juventude. A Curadoria da Infância tem por objetivo defender o direito da criança e do adolescente e zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir do estágio supervisionado em Serviço Social requerido pela Universidade Estadual da Paraíba, realizado na Curadoria da Infância e Juventude no município de Campina Grande, foi perceptível diante das observações e atendimentos realizados, que os usuários necessitavam de um acompanhamento mais abrangente não só com as crianças e adolescentes, mas também com todo o núcleo familiar, visando promover um melhor relacionamento intra familiar. Diante do exposto, faz-se necessário um plano interventivo no intuito de atender essas famílias através da realização de um trabalho educativo e de conscientização, junto às mães de crianças e adolescentes que são atendidas na Curadoria da Infância e Juventude no município de Campina Grande, na perspectiva de resgatar e/ou fortalecer os vínculos familiares viabilizando a ampliação da cidadania. A proposta metodológica será desenvolvida através de atividades como reuniões, palestras, debates, visando contribuir para o fortalecimento das relações familiares, bem como discutir temas que despertem a consciência crítica dos usuários com relação aos seus direitos.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Afinal, quem cuida da mulher cuidadora? A prevalência do gênero feminino na prestação de cuidados - o exemplo da saúde mental	Maria Helena de Jesus Bernardo	Este artigo é resultado de dois estudos produzidos em dada instituição psiquiátrica e universitária ao longo de 10 anos e se traduz em um importante instrumento de sistematização e amadurecimento sobre o trabalho desenvolvido pela equipe de Serviço Social junto às famílias dos usuários psiquiátricos internados na referida unidade de saúde. Pretende apresentar algumas reflexões sobre o processo de cuidados em saúde mental, a partir de um olhar sobre a família e no interior desta, sobre a mulher. Identifica-se a predominância da questão de gênero na atribuição de cuidados e as mudanças geradas pelo afastamento do Estado das políticas públicas, acarretando uma responsabilização exclusiva da família, muitas das vezes, sobrecarregando-a face ao incipiente sistema de proteção social brasileiro. Considera-se portanto, as mudanças sócio-históricas ocorridas nos campos das políticas sociais, particularmente da saúde mental, que rediscute novos paradigmas teóricos, práticos, políticos e éticos; e no contexto familiar, cujas transformações vêm exigindo reorganizações internas da família e um debate profícuo das equipes de saúde no que tange aos trabalhos dirigidos às famílias em situação de vulnerabilidade social e relacional.	família e genero
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A Atuação do CRAS IV no Município de Recife na Melhoria das Condições de Vida das Famílias	Kaline Leite Sena, Karla Maria Bandeira	O trabalho em questão trata-se de uma pesquisa realizada para conclusão da pós-graduação lato-sensu em Gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco em 2006. Tal estudo apresentou caráter quanti-qualitativo, cujo objetivo foi identificar a contribuição do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Recife na melhoria das condições de vida das famílias participantes. O procedimento metodológico constituiu-se de entrevista estruturada e os dados foram sistematizados através da análise de conteúdo. Foram realizadas 21 entrevistas com membros familiares escolhidos aleatoriamente e que participam do CRAS IV do Município de Recife. Após a sistematização dos dados foram obtidos os seguintes resultados: o perfil das famílias participantes indicou que a maioria é do sexo feminino, a faixa etária predominante foi de 34 a 38 anos, possui como grau de escolaridade o ensino fundamental I e II, a renda é de menos de 1 salário mínimo e a composição familiar é formada por casal com filhos. No tocante a atuação do CRAS IV, a pesquisa indicou como demandas a ociosidade do filho, interesse por informação, etc. e que tais demandas foram atendidas mediante o acesso a aprendizados/informações/orientações e renda. Por fim, o CRAS contribui na melhoria das condições de vida das famílias a partir do aprendizado/informações/orientações, redução do stress, melhoria nas relações familiares, no acesso a renda.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A desnutrição infantil sob a ótica da determinação social da saúde: um estudo com famílias de Florianópolis/SC	Danúbia Rocha Vieira	<p>Este artigo é resultado da experiência de inserção do Serviço Social no âmbito da atenção básica em saúde no município de Florianópolis[3], a partir do qual se deu a aproximação com a iniciativa municipal voltada ao enfrentamento da desnutrição infantil denominado Programa Hora de Comer. Partindo do pressuposto que a desnutrição é um fenômeno multicausal, optou-se por elaborar um trabalho abordando a temática da determinação social da saúde a partir de um estudo das famílias participantes do Programa Hora de Comer, como tentativa de desvendar o contexto mais amplo desses sujeitos e sua repercussão sobre o processo saúde/doença. Nesse sentido, o fio condutor desse estudo é apresentar o contexto social, econômico e cultural que envolve as famílias participantes do Programa e sua relação com a situação de desnutrição, como fatores que se inter-relacionam e a determinam.</p> <p>Por conseguinte, o objetivo geral que guiou a concretização desse trabalho foi apresentar o contexto social que envolve as famílias das crianças inseridas no Programa Hora de Comer, em uma tentativa de ampliação para a discussão sobre os determinantes sociais indissociáveis do processo saúde-doença.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A família homossexual: demandas e desafios para o Serviço Social	Giselli de Almeida Tamarozzi Lima	<p>As grandes transformações societárias impuseram mudanças nas formas de viver a família. Tais transformações estão centradas não só em aspectos culturais, morais como também materiais, determinando uma diversidade de arranjos familiares. Assim, tanto os serviços sociais como as políticas sociais destinadas às famílias também exigiram alterações na sua elaboração e implementação, visando atender, mesmo de forma pontual e fragmentada, as demandas produzidas no contexto de crescimento da desigualdade e exclusão social. Nesta mesma perspectiva a atuação profissional do assistente social também requereu mudanças para adequação do trabalho profissional frente às expressões da questão social vividas pela população, e aqui especialmente pelas famílias.</p> <p>Portanto, o presente artigo tem por objetivo iniciar uma reflexão sobre as novas configurações dos arranjos familiares constituídos por pessoas do mesmo sexo. A temática traz uma concentração de aspectos preconceituosos, envolvidos em valores pessoais, religiosos e tradicionais, que acabam por interferir, muitas vezes, na ação profissional. Não há como negar que a família vem vivendo transformações intensas na sua organização e na forma de viver os fatos básicos da vida. Tais mudanças têm gerado demandas diferenciadas no atendimento das necessidades familiares que também se tornam diferentes, não só para o serviço social como para outras profissões. Estas demandas nem sempre estão pautadas em direitos já garantidos em leis existentes, como no caso das famílias constituídas por homossexuais, que inclusive tem sido palco de diversas jurisprudências nas demandas de justiça</p>	família e genero
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A imagem das famílias segundo os artigos dos ENPESS e CBAS: entre o reflexo no retrovisor e o fortalecimento da participação cidadã	Mariza Ribas D'ávila de Almeida	<p>Este artigo analisa os resultados do estudo de alguns artigos apresentados no ENPESS e CBAS acerca da articulação entre famílias, práticas profissionais e políticas sociais, objetivando apreender o saber profissional construído por trás destas concepções contidas em suas atividades profissionais. Este conhecimento é estrategicamente relevante para a postura política profissional em relação à intervenção em políticas sociais direcionadas às famílias. Esta postura pode representar o diferencial para uma prática de fortalecimento da participação cidadã que considere as políticas sociais enquanto um espaço possível de construção da cidadania.</p>	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Proteção Social Básica e desafios no trabalho com famílias.	Cássia Maria Carlotto, Maria Cristina de Oliveira	O Sistema Único de Assistência Social, vem integrar o governo federal ao estadual e municipal em uma ação pública comum de garantia de direitos universais, sem, no entanto desrespeitar as diferenças regionais e locais tão próprias deste país de dimensões continentais. Um dos objetivos da Política Pública de Assistência Social é a Proteção Social Básica, que visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, assim como do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinando-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (que inclui entre outros aspectos, a ausência de renda e o precário ou mesmo nulo acesso aos serviços públicos), e/ou fragilização de vínculos afetivos, incluindo-se aí os vínculos relacionais e de pertencimento social, como discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, entre outras (PNAS, 2004, p. 25). (...) Olhar e refletir mais detidamente sobre as ações socioassistenciais dos programas com as famílias, propicia avaliar a concretização da assistência social como política pública, ou sej, até que ponto ocorre uma ruptura com as antigas práticas e possibilita o acesso aos direitos e a efetivação da proteção social.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A refugiada africana e suas relações familiares	Marina Moscovici Mendes Santana	O presente trabalho refere-se à monografia de especialização apresentada ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em "Famílias" da UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul – em Maio de 2006. O interesse pela temática surgiu devido ao trabalho realizado na Cáritas Arquidiocesana de São Paulo[1], que dentre seus campos de atuação, é também responsável pelo acolhimento a refugiados do mundo todo. O trabalho com refugiados na Cáritas tem trazido algumas demandas da população atendida que, obviamente, não poderiam passar despercebidas. Nota-se que é muito comum o ingresso no Brasil de mulheres refugiadas em situação monoparental, isto é, sem cônjuge, só com os filhos e as que vêm desacompanhadas de seus filhos e marido. Nesse ínterim, surgiu a preocupação e a vontade de entender melhor este universo, a fim de compreender o impacto desse momento em suas vidas e o que poderia ser feito pela equipe de atendimento para ajudar essas pessoas a enfrentar essa situação que se apresenta de forma tão dolorosa, sendo que além de deixarem para trás suas famílias, deixaram também sua terra Natal, sua cultura, seu idioma, suas crenças e costumes, suas casas, etc	família e genero
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Responsabilidade Social da Família	Karine Marques Rodrigues Teixeira	O referido trabalho tem o objetivo de levantar algumas reflexões acerca do papel do Estado, da família no contexto de vulnerabilidade social e no contexto de proteção social, bem como provocar reflexões acerca da atual conjuntura da sociedade, pautada por políticas neoliberais e que tendem a valorizar ações - que visam reduzir a vulnerabilidade social e aumentar a proteção social - de iniciativa da família, da iniciativa privada e da sociedade civil.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Acolhida aos pacientes internos e seus familiares	Divaina Alves Batista, Edel Maria de Lima e Silva, Gisele Justiniano de Faria Martins, Marilza Emília Mesquista, Rejane Soares Ferreira, Sônia Helena Adorno de Paiva, Virginia Célia de Barros Oliveira	A Acolhida no leito hospitalar tem como proposta repassar as orientações das rotinas Institucionais, mediar vínculos com os pacientes internados, familiares e a equipe técnica, com o objetivo de integração e maior aderência ao programa de reabilitação.	Família e saúde

	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Adoção por casais homossexuais: uma nova constituição de família na sociedade do século XXI	Tiago Rodrigo Da Silva	<p>“Vivemos numa sociedade de classes onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas ultrapassam os limites da imaginação”. (FONSECA, 2002, p.15). E dentro dessas desigualdades encontram-se grande número de crianças e adolescentes abandonados, desprovidas de família, vivendo nas ruas ou acolhidas em abrigos provisórios. Em alguns casos, o abandono decorre da negligência e irresponsabilidade dos pais, daí esses jovens são encaminhados em abrigos provisórios onde permanecem até serem adotados ou completar a idade máxima de permanência nesses abrigos. Em certos casos, abrigam-se crianças e adolescentes devido decisões judiciais que fazem com que estes sejam afastados de seus pais. Existem também casos de pais que abandonam seus filhos para poderem proporcionar melhores condições de vida para os mesmos, uma vida mais digna e descente. Dentro desse contexto é que vamos levantar o assunto de casais homossexuais virem a adotar filhos, uma prática de adoção diferente que nada tem a ver com caridade, solidariedade ou ato de bondade, na verdade essa prática hoje condiz na possibilidade de famílias substitutas independentemente da orientação sexual devolver a dignidade, os valores humanos, a cidadania a esses jovens abandonados, inseri-los novamente à sociedade, fazendo assim com que a desigualdade social diminua e a justiça seja feita. No entanto a adoção por casais homossexuais ainda não foi legalizada, apenas o homossexual na condição de solteiro pode entrar com o pedido, porém no Brasil já existem casos de deferimento da adoção através do direito comparado (analogia) que mostra a nova realidade social do país, as novas exigências e as novas constituições de famílias que estão se estabelecendo hoje na sociedade.</p>	família e gênero
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Análise qualitativa de mulheres chefes de família monoparentais: pobreza material e política	Juliana Marques Petroceli	<p>A presente pesquisa teve como objetivo analisar o arranjo familiar onde as mulheres são chefes e com características monoparentais e de baixa renda, suas formas de enfrentamento e sobrevivência, o cotidiano que as permeiam, a leitura social, histórica e coletiva da comunidade em que estavam inseridas, o protagonismo e direção nestas mulheres, quando evidenciavam a pobreza material em que estavam imersas. A meta foi de se analisar a face aguda da pobreza, se havia percepção desta e de sua manutenção e reprodução, visto que, a tomada de consciência é a principal condição para a construção de um projeto de auto-promoção (DEMO, 2002b: 10). Assim, ao aprofundar-se o conceito de pobreza, identifica-se outro tipo de carência e vulnerabilidade, a qual denominamos pobreza política que também foi objeto de estudo. Este conceito apresenta-se, revelando outra dimensão da pobreza, que vai além da precariedade de acesso a fluxos monetários, isto porque, a medição da renda, deve ser apenas um dos componentes da pobreza.</p>	família e gênero

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Antinomias dos Modelos de Proteção Social na América Latina: Um Estudo Preliminar	Beatriz Augusto de Paiva, Mirella Farias Rocha, Naraiana Inez Nora	<p>(...) Urge a necessidade de enriquecer o debate teórico-político, fomentado pelo espaço privilegiado dos estudos e pesquisas especificamente latino-americanos, uma nova cartografia de conceitos que subsidie a formulação de novos conteúdos operacionais e filosóficos juntos às matrizes centrais que hoje orientam as políticas de proteção social no continente, quais sejam: família e participação popular. Neste caminho, o tema orientador da nossa investigação é o reconhecimento e deciframento das diferentes experiências de políticas de proteção social que engendram e articulam (ou não) as referências políticas para a organização dos serviços socioassistenciais nos grupos familiares e/ou nos grupos populares. Adicionalmente, busca-se inquirir como se estabelece o trânsito entre as esferas pública – do exercício do protagonismo político – e privada – da esfera familiar, numa consistente estrutura de proteção social que venha a ser concretamente emancipadora. Nessa perspectiva a pesquisa propõe um estudo comparativo das experiências latino-americanas, cujo universo empírico corresponderá a três grupos de países: países que ainda esboçam a definição de novos modelos de proteção social, na tentativa de transição do modelo focalista-residual, com forte ênfase na dilatação da esfera privada - seja o mercado, seja a família, no caso: Brasil e Chile; país que, em resposta ao intenso processo mobilizatório e de luta popular, vem construindo decisivamente um modelo democrático radical de proteção social, no qual o ângulo do protagonismo popular se coloca como organizador das políticas sociais, no caso, Venezuela; país que possui experiência mais consolidada para as duas matrizes de trabalho social, no caso, Cuba.</p>	Família: conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Assunção da identidade cultural de famílias em situação de exclusão social	Eliane Gomes Rodrigues, Maria da Conceição Pereira, Licinia Lyrio, Carmélia Sampaio Neta, Suzan Keyla, Tatiana Novais, Gildesone Sampaio, Elsinalva de Jesus	<p>A experiência em pauta teve como objetivo promover ações com familiares dos/as educandos/as atendidos em unidades educativas aproximando-os dos aspectos culturais em que suas identidades estão alicerçadas, no sentido de fortalecer a sua identidade cultural, a valorização e elevação da auto estima, fortalecendo-os na defesa dos seus direitos dentro da diversidade cultural ao se reconhecerem como parte da história, contribuindo assim na melhoria das suas relações pessoais, intrafamiliares e comunitárias. Vale ressaltar que o referido projeto esteve sempre em consonância com o entendimento sobre família trazido pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/2006 que compreende família como “um grupo de pessoas com laços de consangüinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes. Sendo assim, família, independente de seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade”.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Breve reflexão sobre as famílias de crianças e adolescentes com câncer.	Simone Monteiro Dias	O presente trabalho propõe-se a realizar uma breve reflexão sobre as famílias brasileiras sob o impacto do diagnóstico e tratamento de uma doença crônica, como o câncer em crianças e adolescentes no atual quadro social. Esta reflexão está baseada em levantamento bibliográfico e na inserção profissional, do assistente social, na Oncologia Pediátrica e Hematologia Infantil de um Hospital de Oncologia, órgão do Ministério da Saúde, localizado no Rio de Janeiro responsável pela política nacional de prevenção, detecção, tratamento e pesquisa do câncer, e referência nacional para o tratamento de oncologia.	família e saúde
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Contemporaneidade, Família e Pobreza	Marília Gonçalves Dal Bello, Renata da Silva	No cenário contemporâneo, no qual evidencia-se grande desenvolvimento e progresso associado às novas tecnologias, encontram-se, sem dúvida, diversos pontos positivos: as distâncias se reduziram e o conhecimento científico permitiu desvendar enigmas seculares da vida humana. O ser humano tornou-se mais autônomo com as mudanças de valores e liberalização de hábitos e costumes. À mulher foi possibilitado diversas conquistas como o controle da reprodução e uma inserção na vida pública. Aos indivíduos foi permitido uma maior liberdade na escolha de parceiros, assim como a opção ou não pelo casamento. A família se organizou, constituindo-se por diferentes arranjos diferente daquele equiparado a família burguesa composta por pai, mãe e filhos, de modo a possibilitar um novo olhar sobre a constituição familiar. Por outro lado, o contexto atual aponta para efeitos drásticos, o que constitui em importantes questões a serem enfrentados atualmente, entre outras a desigualdade social, pobreza, fome e o fortalecimento da lógica individualista, associado em grande parte a destradição dos vínculos afetivos e perda gradativa da eficiência do Estado na provisão de serviços públicos. Concomitante ao processo de desenvolvimento do individualismo, pautado na sociedade contemporânea, vivencia-se o paradoxo frente ao apelo do Estado para a preservação da lógica da solidariedade, a fim de responsabilizar a família pela provisão econômica e socialização de seus membros. Assim, os novos arranjos familiares, os rebatimentos econômicos e sociais e o conseqüente empobrecimento das famílias, implicam em uma maior compreensão do contexto em que se configura a família atual, no que se associa as demandas apresentadas frente as políticas públicas e a iniciativa do Estado em gestar políticas sociais associadas a garantia de maior autonomia e inserção dos indivíduos na sociedade atual.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Consolidação do Sistema único de Assistência Social: implantação do Centro de Referência de Assistência Social no município de Baixa Grande - Bahia	Iraci Santos, Heyde Carla Cordeiro Muniz da Paixão, Rafael Leite Fernandes, Elizangela Santos Oliveira, Rosires Brandão Ribeiro Pinho	Está lançado o desafio: como quebrar o jogo da subordinação, como transformar a Política de Assistência Social e os serviços que ela oferta a população em estratégias de resgate da cidadania e do poder de se apropriar e intervir na esfera das decisões e das ações públicas? Com base nos questionamentos apresentados acima, o presente trabalho visa socializar a experiência da equipe do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Baixa Grande - Bahia, entendendo o CRAS como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Cuidados de pacientes com doenças crônicas - um estudo exploratório num Hospital-Escola	Lucia Helena Machado do Carmo, Roseli Neres M. Marques, Flavia Thais Ramos, Tania Bellezi	Estudo com 387 cuidadores de doentes crônicos, em tratamento no hospital escola, em 2006 e 2007. Um novo sujeito responde pelo tratamento, retratando condições, relações e sentimentos ao assumirem tal função. Estes cuidadores tem doenças e tratam, mas não contam com ajuda familiar. Enfrentaram dificuldades e mudanças nas ações para cuidar. Ações sustentadas em vínculos afetivos e experiências vividas construídas em histórias compartilhadas.	família e saúde

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Cuidadores (as) de portadores de transtornos mentais e o impacto no cotidiano familiar	Adarly Rosana Moreira Goes, Cássia Maria Carloto	A presença de uma pessoa com sofrimento mental grave provoca no cotidiano familiar, uma radical modificação, tanto objetiva com subjetiva. Revela, também, a singularidade da fragilidade familiar face a esta realidade e, das modificações contemporâneas por que têm passado as famílias de modo geral, seja na sua composição, na sua estrutura, ou na forma que articula o enfrentamento da sobrevivência neste contexto de precariedade econômico-social. É sobre esse cotidiano e os impactos na dinâmica familiar, principalmente na vida das cuidadoras, que desenvolveremos nossas reflexões, tendo por referência pesquisa realizada no Hospital Regional Vale do Ivaí, localizado em Jandaia do Sul - PR, instituição filantrópica de atendimento às pessoas com patologias mentais e alcoolistas. Os sujeitos da pesquisa são familiares que acompanham PTM com diagnóstico de esquizofrenia há no mínimo cinco anos, por ser este o transtorno gerador de maior dependência de cuidados. Foram realizadas entrevistas com 8 (oito) cuidadores/as, quando da presença dos mesmos em visitas ao familiar PTM internado.	família e saúde
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Disputa de guarda: pais de fato e de direito	Marisete Camini, Taíse Maria Bortoluzzi	Este texto é fruto da pesquisa de campo realizada para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso do curso de graduação em Serviço Social. Trata-se de um estudo que objetiva analisar o processo litigioso da disputa de guarda da criança e adolescente, pelos pais, enfocando o genitor que permanece com a guarda, após a separação conjugal.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Entendendo a situação de violência doméstica e familiar	Laisa Regina Di Maio Campos Toledo	A violência doméstica e familiar, na particularidade da violência contra a mulher, não é um fato recente, embora só nas últimas décadas tenha sido visibilizado publicamente. O foco desta comunicação é a análise dessa questão no âmbito do debate teórico e das mediações presentes na situação da violência doméstica e familiar, na perspectiva de apontar caminhos indicativos para ações programáticas futuras. Partimos do pressuposto teórico de entender a violência enquanto situação, isto é, é relacional, pressupõe atores envolvidos, é particularizada e mediatizada pelas condições materiais e culturais da vida e sociabilidade. Esta comunicação está angulada em três pontos. No primeiro ensaiamos uma incursão teórica acerca do debate teórico e das possíveis mediações presentes na situação da violência na relação com o poder. No segundo, algumas determinações postas no contexto da situação da violência doméstica e familiar. No terceiro, algumas considerações acerca da questão ética e política da estratégia de empoderamento das mulheres. Finalmente, nas considerações finais, indicamos alguns pontos para reflexão quanto às formas de enfrentamento dessa questão.	família e violencia
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Espaço aberto com a família	Maria Saete Ribeiro, Terezina Fátima Paes De Arruda	Esse artigo apresenta um relato de experiência e de pesquisa participante, desencadeado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Sorriso - MT, que, no âmbito de sua competência, desenvolveu o projeto denominado "Espaço Aberto com a Família" no ano de 2004, com o objetivo de implementar a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária. Por outro lado, propiciou ainda, a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o estímulo ao protagonismo juvenil e apontou indicativos para a construção de um diagnóstico da realidade vivenciada pelas famílias de oito bairros periféricos envolvidos no processo de pesquisa, apontando subsídios à formulação da política de atenção à família, através de uma abordagem metodológica participativa que assegurou a participação efetiva dos trabalhadores e usuários em todos os momentos das ações.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Falsas acusações de abuso sexual contra crianças/adolescentes: um trunfo na síndrome da alienação parental	Ednalda Gonçalves Barbosa	Dentre as mais variadas argumentações, vêm se destacando, nos últimos anos, as que encerram falsas acusações de abuso sexual, que partem geralmente das mães de crianças/adolescentes, contra os ex-maridos ou ex-companheiros, genitores desses últimos. A Inquietação da profissional que este subscreve, sobre questão tão delicada, compartilhada pelas demais colegas de trabalho, a levou a fazer algumas reflexões sobre o caso escolhido ora apresentado, por vislumbrar as graves conseqüências para o presente e o futuro da vida de usuários do Serviço Social no âmbito da Justiça. Vale ressaltar que o aumento do número de casos semelhantes já chamava nossa atenção quando identificamos, em 2001, o artigo "Falsas Acusações de Abuso Sexual- O Outro Lado da História", publicado na Internet, de autoria da psicóloga Andréia Calçada. Assim, constatamos que a problemática vem crescendo a cada dia e, com isso, requerendo dos profissionais que atuam neste tipo de situação, o máximo de atenção e compromisso, especialmente, daqueles que trabalham com famílias em situação de conflito. Por fim, não é pretensão da autora, esgotar a análise do caso, haja vista seu elevado grau de complexidade. Outrossim, há o desejo de contribuir para uma reflexão e busca de estratégias de intervenção que venham a somar esforços, no sentido de evitar que situações como essas se repitam e causem maiores danos às suas vítimas.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Família e homossexualidade: uma leitura contemporânea acerca dos direitos sociais	Josiene Karla Alves da Silva, Sabrina Silva Zacaron	O presente trabalho corresponde a parte de um estudo apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a conclusão do curso e obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. O objetivo desse trabalho é analisar a temática referente às diversas configurações familiares na contemporaneidade, tendo como enfoque as famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo.	família e gênero
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Famílias e trabalho do Assistente Social: uma proposta de intervenção	Gissele Carraro	O artigo discute alguns elementos que deveriam constar em um projeto de intervenção profissional com famílias, a ser posto em prática por assistentes sociais. Para tanto, são apresentadas a concepção utilizada de família (marco conceitual), considerando um conceito amplo; as diretrizes norteadoras da ação profissional com famílias, baseadas no compromisso ético-político, o exercício das competências teórico e técnico-operacionais do assistente social; objetivos gerais e específicos do trabalho com famílias; e, alguns elementos que devem ser utilizados no desenvolvimento da ação (metodologia).	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Famílias monoparentais femininas x renda x arranjos familiares masculinos	Juliana Marques Petroceli	Este estudo teve como objetivo analisar o arranjo familiar onde as mulheres são chefes e com características monoparentais, contrapondo o universo com outros arranjos familiares masculinos. A abordagem teórico-metodológica utilizada neste estudo baseia-se na contradição do sistema capitalista, em sua expressão mais conhecida, ou seja, na apropriação da riqueza por uma minoria, que consegue a expropiação de uma maioria, colocada na condição de subalteridade, que gera a pobreza. Estes patamares de desigualdade, funcionais ao sistema, também são encontrados nas relações de gênero, visando a manutenção de correlação de forças em prol dos detentores de capitais.	família e gênero

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Fatores de risco e de proteção para o abuso sexual. Um estudo nos âmbitos social, familiar e institucional	Catarina Maria Schmickler, Fernanda Ely Borba, Moanna Matos	Este texto faz um relato da pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência – NEPEV do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC durante os meses de novembro de 2006 a janeiro de 2007 no Programa Sentinela do município de Florianópolis/SC, que atente crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Através desta investigação buscou-se: a) identificar os aspectos sociais, familiares e institucionais que atuaram como risco e como proteção para o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes no locus familiar; b) aprofundar os conhecimentos acerca dos serviços prestados, analisando aspectos institucionais do Programa Sentinela (demanda e equipes de atendimento) e, c) avaliar o tempo de duração do trâmite dos atendimentos prestados, desde a entrada da denúncia até o desligamento da família do Programa.	família e violencia
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Guarda paterna: um questionamento ao 'instinto do amor materno'	Cristiane Cavalcanti Dutra, Joelma Lapenda Lopes da Silva, Milena Raiter Costa	Este artigo objetiva refletir sobre as funções materna e paterna em relação ao exercício da guarda dos filhos e como a desmistificação do instinto do amor materno dá lugar ao compartilhamento das responsabilidades, arranjo potencialmente mais adequado à divisão igualitária da função formadora dos pais.	família e gênero
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O envelhecimento e suas diversas faces	Isabel Graciele Padoin	O presente artigo irá abordar questões referentes à velhice e suas diversas transformações. Nesse sentido, serão elucidados alguns pontos concernentes ao envelhecimento biológico, psicológico, social e populacional. Além desses aspectos, serão aludidos assuntos ligados à relação do idoso com a família.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O fortalecimento da rede socioassistencial dentro da nova proposta do SUAS – possibilidades e desafios – Relato de experiência – CRAS Cidade Aracy – São Carlos/SP	Suselaine Faciroli Borges, Fernanda Ribeiro Rohem Marques, Solange Samarco Donatoni Raniro	O presente trabalho procura descrever o que vem sendo realizado no município de São Carlos/SP, especificamente na Região da Grande Cidade Aracy em termos trabalho em rede visando a integração, articulação e cooperação de atividades, serviços e instituições com o objetivo de ampliar atendimento das demandas sociais no território. Através da implementação da Política Nacional de Assistência Social que estabelece a formação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em novembro de 2004, elegendo como usuários dessa política famílias, indivíduos e grupos que se encontra em situações de vulnerabilidade e risco social, há a necessidade de estabelecimento de uma rede socioassistencial que venha viabilizar um atendimento integrado desses usuários em seu território, reforçando vínculos familiares e comunitários. Sendo assim, a implantação do Projeto Ações em Rede a partir 2005 na região em foco, vem contribuindo para a construção de uma política de Proteção Social Básica efetiva no município. Mesmo com alguns entraves e dificuldades podemos visualizar muitas possibilidades no desenvolvimento de atividades nesse nível de proteção social dentro do território como algumas ações que já realizadas a partir de iniciativas desse projeto. Conseqüentemente o fortalecimento das ações em rede vem contribuir para a superação da fragmentação na prática da política assistencial. Além da rede socioassistencial e das outras redes sociais que vão se formando, a família e a comunidade se fortalecem também como sujeitos, portadoras não só de obrigações mas de direitos de proteção daqueles que a compõem.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O idoso deodpendente: a ausência de cuidadores e a omissão da família	Franciele Medeiros Barbosa, Janaina Camila Amaral	O presente estudo foi realizado no período de fevereiro a outubro de 2006 no CRADI - Centro de Registro e Atenção a Pessoa com Deficiência e Idosos – Bauru / SP, que teve como objetivo desvelar as possíveis causas que levam a família a se omitir na prestação de cuidados junto ao idoso dependente bem como a importância do Serviço Social junto a essa população, revelar as consequências da omissão familiar; desvelar a importância do trabalho realizado pelo assistente social junto à população idosa dependente de cuidados como também identificar no meio familiar o papel do cuidador. Como hipótese, acredita-se que os fatores que levam a família a se omitir de suas responsabilidades, na prestação de cuidados ao idoso dependentes podem estar relacionados à história de vida dos mesmos, pois não se pode desconsiderar a possibilidade de que a omissão seja uma reprodução da violência cometida pelo idoso contra a família em outros tempos, ou quando o cuidador também é idoso com limitações físicas e econômicas. A perda de vínculos com os familiares devido à saída dos filhos de casa para formarem suas próprias famílias e a maneira como a família encara a velhice e o processo de envelhecimento podem também contribuir na omissão, no momento de cuidar do idoso. A falta de acesso aos recursos disponíveis na comunidade, pode contribuir na omissão dos cuidados ao idoso, os serviços atualmente existentes não possuem estrutura suficiente para atender toda demanda. Procurou-se apresentar subsídios teóricos acerca do envelhecimento populacional, suas causas e consequências, buscando-se adentrar sobre a importância do papel da família junto ao idoso, como sobre a saúde na terceira idade e ainda as modalidades de dependência dos idosos. Finalmente, realizou-se a conclusão, buscando uma correlação entre o embasamento teórico e a pesquisa.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O Impacto das relações familiares e sociais na saúde mental: um estudo do plantão psicossocial.	Maria Guimarães da Silva.	Trata-se de estudo do plantão psicossocial da gerência de qualidade de vida da Universidade Federal de Uberlândia. Há indícios que situações familiares interferem na saúde mental. As fichas de atendimento individual de 183 pessoas foram utilizadas para coleta de dados. O estudo apresenta perfil dos usuários, queixa-demanda, análise-diagnóstica e indicações de alternativas de intervenção.	família e saúde
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O Processo do Cuidar de Doentes Crônicos – Desafios e Impactos	Maria Tereza Mendes Alves Pereira, Cleice Daiana Levorato, Michele Alves B. Vieira, Tayna Fernandes Reis	A investigação é para analisar desafios e impactos vivenciados por cuidadores informais, no contexto familiar de doentes crônicos, em tratamento hospitalar, em 2006. Abordagem qualitativa fundamenta a investigação que retrata o cuidar como experiência com limites, superações e desafios imputados às famílias que são enfrentados e vencidos. A família busca parcerias para vencer necessidades enfrenta processo burocrático e lento acarretando ao cuidador uma vivência solitária calcada principalmente nos sentimentos e nos papéis que unem os familiares.	família e saúde

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O Resgate Familiar na assistência ao paciente com câncer: A atuação do assistente social na enfermaria cirúrgica de cabeça e pescoço.	Fabiana Felix Ribeiro	A partir da constatação da doença temos, somados a esses aspectos, o tratamento através de intervenções cirúrgicas que podem gerar deformidades e mutilações que acabam afetando mais uma vez a sociabilidade desses sujeitos. O impacto dessas transformações atingem a qualidade de vida no que se refere ao avanço do desemprego, a precarização das relações de trabalho (avanço do trabalho informal sem cobertura previdenciária), a dificuldade de recolocação no mercado de trabalho, bem como o acirramento da pobreza e das desigualdades sociais. A compreensão da complexidade desses fatores torna-se fundamental para trabalhar a consciência sanitária e a prevenção de riscos e agravos por parte do poder público. Porém o modelo de política pública ora vigente está voltado para atender com emprego de alta tecnologia, as situações já instaladas, de alta complexidade. Nesse contexto de transformações globais que acabam por interferir no imaginário individual e coletivo, é que podemos situar a família brasileira e sua permanente construção de estratégias de sobrevivência	família e saúde
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O Serviço Social frente as relações Saúde x Educação x Família – uma participação efetiva no atendimento as crianças com TDAH	Erisleyni Fabiana Gardin, Sandra Vieira Silva	Propõe sensibilizar as famílias quanto a condição saúde-educação, visando diagnosticar TDAH através de avaliações interdisciplinares. O Serviço Social busca mediar conflitos familiares, que impeçam a constatação diagnóstica destes usuários, instigando-os ao reconhecimento de que saúde e aprendizagem, encontram-se inter-relacionadas. Propor a implantação do SERVIÇO SOCIAL no âmbito educacional.	família e saúde
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O Trabalho com Famílias no Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	Paula da Silva Caldas, Leidimar Lopes de Carvalho	As ações do Programa são desenvolvidas pelos Centros de Referência, como política pública de alcance nacional de atendimento integral, especializado e multiprofissional, às crianças e aos adolescentes vitimizados pela violência. Para tanto, por princípio, necessita de uma rede articulada de serviços para garantir a proteção integral a essa população, criando condições para a garantia dos direitos fundamentais e o acesso aos serviços públicos existentes no município de assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, cultura e lazer. Desta forma, percebemos que todos esses movimentos explanados acima fizeram com que o debate acerca do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes deixassem de ser apenas um crime contra a liberdade sexual e se transformassem numa violência relacionada aos direitos humanos, ou seja, direito ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária e ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável. Entretanto, esta é uma realidade que deve estar em constante processo de construção, uma vez que o interesse e a percepção da gravidade e complexidade do problema são muito recentes em nosso país. Foi pensando em toda esta trama que envolve a proteção dos direitos das crianças e adolescentes vítimas da violência sexual que a Equipe do Serviço Social do Centro Municipal de Referência ao Combate ao Abuso e Exploração Sexual Leila Diniz, programa integrante da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, vem retratar sua experiência de trabalho junto ao atendimento realizado às famílias cujos seus filhos foram vítimas da violência sexual (abuso ou exploração sexual).	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O trabalho com famílias nos Centros de Assistência Social	Flávia Pereira De Castro, Helayne Moura Lima, Maurilene Zilda De Sousa	O presente trabalho versa sobre as ações realizadas com famílias nos centros de assistência social. Inicialmente é feita uma introdução sobre os serviços oferecidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Posteriormente são explorados os procedimentos desenvolvidos nos centros de assistência social - Centro de Referência da Assistência Social, Centro de Idosos (CCI) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Embora o trabalho centrado na família garanta direitos socioassistenciais de forma totalizadora, registram-se alguns problemas de ordem operacional. Por fim, vislumbra-se a explanação do trabalho com famílias nos centros de assistência social do município de Floriano-PI.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O verso e o reverso do lixo:	Maria Goretti de Assis Laier	A exclusão social pode ser analisada pelas perspectivas de um processo existente através de toda a evolução humana, da dualização e segregação, ou como um processo complexo e contraditório que contém em si próprio a exclusão e a inclusão. Este estudo é fruto de minha tese de doutorado e objetiva analisar a situação dos catadores do Lixão do Roger e como se caracterizam e se vêm, antes e depois da extinção do lixão, fato que levou muitas famílias (126) a ficar de fora do projeto de inclusão da prefeitura que só conseguiu incluir 382 catadores	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Pobreza e AIDS: sofrimento, resistência e o direito à vida	Mª Natalia Ornelas Pontes Bueno Guerra	Este trabalho de pesquisa surgiu das indagações inquietantes e angustiantes originadas no cotidiano profissional, a prática como assistente social do Programa Municipal de DST/Aids da Prefeitura Municipal de Santos. O estudo desenvolveu-se através de levantamento de história oral temática, grupo focal, e os sujeitos escreveram uma carta com o tema: "Aos meus filhos...". Este estudo, consideramos, tem uma dimensão ética, no sentido de resgatar e respeitar os direitos humanos, e uma dimensão política, ao buscar discutir as estratégias de sobrevivência dessas famílias em condições tão desiguais, nos níveis econômico, de saúde, social, cultural e político. Nesse sentido, os resultados da pesquisa pretendem ser propositivos, de dar parâmetros às políticas públicas que possam interferir na reprodução de injustiças sociais e na violação de direitos humanos, que afetam gerações submetidas à epidemia da Aids.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Políticas sociais e famílias: um resgate da proteção social em relação à família	Sandra Alves Da Silva, Alba Cleia De Aguiar Bezerra	Acreditamos que a perspectiva marxista é aquela que melhor nos fornece elemento para entendermos as políticas sociais direcionadas às famílias, que ao mesmo tempo é um processo em que parte-se das necessidades de sujeitos e grupos sociais que pressionam e acabam transformando-se em demandas perante organismos e instância competentes havendo um confronto de interesses de classes (famílias x Estado) e depois ocorre a negociação que é o momento no qual cada uma das partes pode obter ganhos e perdas na obtenção de respostas para as suas demandas. Para pensar em políticas que levem em conta esses elementos, não devemos perder de vista a garantia de direitos que devem vir explícitos e implícitos nas políticas que são efetivados pelo Estado, assentadas no princípio da universalidade e tenham como objetivo a manutenção e extensão de direitos.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Prática educativa na construção de vínculos das relações sociais: a Unibiótica como estratégia para melhorar a qualidade de vida	Erlândia Silva Pereira	Esta pesquisa objetivou quantificar e analisar os benefícios da Unibiótica, na qualidade de vida da população atendida pelas equipes do PSF em Uberlândia – MG. Houve por parte dos participantes relatos de melhores condições psíquicas, aumento dos vínculos afetivos, melhora na coordenação motora, agilidade e auto-cuidado, diminuição do stress, melhora da pressão arterial, melhora dos hábitos alimentares.	família e saúde

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Primeiros resultados de um Centro de Referência da Assistência Social em Bauru/SP	Rosa Marcia de Jesus Figueiredo, Egli Muniz	Este trabalho tem como objetivo apresentar uma primeira avaliação da ação realizada no CRAS Unidade III, localizado em um dos territórios de vulnerabilidade, em Bauru/SP, cidade de 330 mil habitantes. Com apenas um ano e três meses de atuação, o CRAS atende cerca de 950 usuários, sendo a porta de entrada para toda a rede sócio assistencial local, articulando ações com as demais áreas do poder público, visando o atendimento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Pôde-se observar que houve uma queda significativa na solicitação de benefícios emergenciais, sugerindo em um primeiro momento, que as ações do CRAS e a inclusão em benefícios de transferência de renda contribuíram na constatação desse resultado.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Programa de Erradicação do trabalho Infantil e neofamiliarismo: emancipação familiar?	Rúbia Dos Santos	Este estudo é parte da discussão teórica realizada na dissertação de mestrado intitulada “a caracterização das famílias beneficiárias do programa de transferência de benefícios monetários: PETI/São José”, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina em 2003. Inicialmente, destaca-se a forma como as famílias estão sendo tratadas pelas políticas sociais contemporâneas, bem como, de que forma estas políticas vem sendo materializadas. Apresenta-se o neofamiliarismo, conceito discutido a luz de três autores: Bermúdez (1999), Campos e Mioto (2003). Posteriormente, reflete-se sobre os objetivos de programas deste cunho, em especial no que concerne a emancipação familiar e, a partir das discussões realizadas analisa-se a possibilidade destas três combinações: PETI, neofamiliarismo e emancipação familiar.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Programa de Inclusão Produtiva: uma estratégia emancipatória das famílias vulnerabilizadas de Bauru	Larissa Morales Bizutti	O trabalho apresentado foi elaborado como tese de conclusão de curso de Serviço Social no ano de 2005. Trata-se de uma pesquisa que analisa o Programa de Inclusão Produtiva executado pela entidade NAF – JARAGUÁ diante da implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS na cidade de Bauru. O programa de Inclusão Produtiva segue um projeto padrão elaborado pela Secretaria do Bem Estar Social, órgão gestor da política de Assistência Social. Realizou-se uma avaliação dos resultados efetivos do programa diante da realidade apresentada pelos usuários, sendo analisados os aspectos financeiros e sociais, como relacionamento interpessoal familiar e comunitário, a formação de cidadania, melhoria das condições habitacionais, etc. Para isso, através do instrumental entrevista semi-estruturada, abordou-se 10 usuáries de um universo de 100, com as quais se pôde analisar o trabalho executado.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Projeto Escola da Família: Uma experiência de parceria no trabalho de atendimento às famílias.	Nilzaléia da Silva Santos	Este trabalho tem como objetivo apresentar o Projeto Escola da Família, que é um trabalho desenvolvido pelo Centro de Atenção a Família – CAF, unidade de atendimento da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - FUNCAP. O projeto consiste em atender famílias de crianças e adolescentes que estão em cumprimento de Medidas Protetivas e Sócio-Educativas na FUNCAP, o qual objetiva o fortalecimento dos vínculos familiares desses adolescentes. É uma experiência pautada num trabalho de parceria, que envolve a rede de proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente no Estado do Pará.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Psicomotricidade relacional familiar: Uma Proposta De Intervenção Na Família Para A Inclusão	Rita de Cassia Pereira, Ronaldo Aguiar Rodrigues	Este trabalho visa apresentar uma proposta de acompanhamento de famílias de alunos com necessidades especiais através das técnicas da psicomotricidade para desvelar possíveis demandas das famílias. No sentido de facilitar o discurso e a reflexão sobre o momento de cada núcleo familiar foram utilizadas técnicas de envolvimento e interlocução, sempre tendo o movimento como pano de fundo.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Quando a pobreza lhes rouba os filhos	Sabrina Guimarães Viera de Vasconcelos	<p>O presente trabalho baseia-se num estudo de caso realizado no núcleo de apoio à reintegração familiar – NARF – da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e remete-se à pesquisa da nossa dissertação de mestrado. A escolha do caso apresentado se deu de forma intencional, com base na leitura dos relatórios do NARF do ano de 2005, que constam na planilha de sentenças nos meses de fevereiro a junho. Ao todo, contam 28 processos dos quais 10 famílias foram destituídas e em outras 18 ocorreu a reintegração familiar. Decidimos fazer uma análise mais detalhada do mesmo, pois encontramos fatores ligados à pobreza e à falta de apoio do Estado para que a medida pleiteada fosse deferida. Tendo em vista que ações envolvendo crianças correm em segredo de justiça, todos os dados que possam vir a identificar as pessoas e locais envolvidos foram trocados por nomes fictícios, ou simplesmente omitidos. Preservamos apenas a idade e os bairros onde as pessoas residem, compreendendo que a localidade diz muito a respeito dos serviços públicos a que se tem acesso e da condição sócio-econômica das pessoas que lá residem.</p>	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Questionando o Conceito de Risco utilizado por Programas Assistenciais direcionados às Famílias Pauperizadas.	Sheyla Paiter Freire	<p>O trabalho visa discutir o conceito de risco utilizado na lógica pragmática/ instrumental em dois programas assistenciais governamentais, que atuam junto às famílias pauperizadas, na organização das condicionalidades e critérios de elegibilidade, que viabilizam o acesso aos mesmos, questionando a naturalização do uso do termo no processo de focalização da assistência e privatização das políticas públicas, concluindo então, que as estratégias gestadas e que se consolidam a partir da efetivação do projeto neoliberal no país, conjugam um discurso falseado da emancipação com a realização de práticas focalistas e reducionistas da esfera pública e dos programas sociais, reforçando o padrão de reprodução da vida moderna e despolitização da Questão Social.</p>	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Resgatando o envolvimento das famílias no trabalho com crianças e adolescentes: relato de uma experiência no núcleo comunitário de crianças e adolescentes em Campinas/SP	Cristiane Gonçalves de Oliveira, Andréa Alessandra Gazzotti	<p>O programa de Núcleo Comunitário de Criança e Adolescente existe no município de Campinas desde 1984 e, em 2006, lidou com cerca de 1300 crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos, que freqüentaram os atuais 16 Núcleos gerenciados diretamente pela Prefeitura, que estão distribuídos pela cidade. Está vinculado a Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social e atende as crianças e adolescentes no período extra-escolar, com atividades de esporte, cultura, lazer e apoio a escola. Partindo das dificuldades encontradas, resolvemos iniciar este projeto pelo desenvolvimento de uma pesquisa que pudesse indicar possíveis fatores que dificultam a participação das famílias nas atividades propostas pelo Núcleo, bem como levantar interesses e possibilidades e verificar a imagem que a família tem do programa. Elaboramos um questionário com perguntas abertas que foi aplicado em conjunto entre assistente social e psicóloga, com horários pré-agendados diretamente com as mães e entrevistas no Núcleo. Esta escolha se deu pelo fato de termos avaliado que o deslocamento da mãe até o Núcleo poderia significar um estreitamento de vínculos e um primeiro passo para sua participação em atividades que seriam propostas no próprio equipamento. Esse procedimento também propiciou um maior conhecimento sobre o que pensam sobre o programa e um panorama sobre o perfil da população atendida, por meio de análise de alguns dados constantes nas fichas de matrícula como bairros, tipos de família, participação em programas de distribuição de renda, situação ocupacional e expectativas sobre o programa.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Revisitando o método em Marx sob a motivação da centralidade da família na política de assistência social e no trabalho dos assistentes sociais.	Renato Francisco Dos Santos Paula	<p>Como operadores de políticas sociais e com o crescente aumento destes profissionais no planejamento e na gestão destas, a assistência social ao reafirmar-se como política pública de Estado com o SUAS, admite para tanto, o protagonismo dos assistentes sociais. Nunca é demais lembrar que a institucionalização do chamado trabalho social com famílias (elemento de centralidade da política de assistência social) atrela-se organicamente a instituição da profissionalidade em Serviço Social no Brasil como demonstraram Iamamoto & Carvalho (1982). Também, como em outras categorias profissionais, no interior do Serviço Social, ocorreu a leitura e o desvendamento das contradições sustentadoras da pobreza e da desigualdade no crescente diálogo com outros campos de conhecimento, seja pela busca de sua identidade crítica como investigou Martinelli (1995), ou pela sua vinculação ontogenética com o capitalismo monopolista como referiu Netto (2005). Ao mesmo tempo, a construção da perspectiva crítica no bojo da intenção de ruptura (Netto, 2004) e atualmente no chamado projeto ético-político, possibilitaram que execução e gestão de políticas sociais fossem qualificadas dentro da defesa dos direitos sociais sob uma clara opção (estratégica) por alternativas societárias de ruptura com o status quo da acumulação capitalista (Behring, 2003 e Vieira, 2004). Desta forma, a impoção marxiana de viés ontológico, assumida pelo projeto profissional dos assistentes sociais ao invocar a centralidade do trabalho no eixo de suas posturas teóricas e práticas, engendrou a inserção política dos profissionais na defesa dos direitos e fundamentou o redimensionamento da formação profissional no bojo das atuais Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social e do Código de Ética vigente. Desta forma o "como fazer" da profissão é sempre revestido do caráter de novidade (idem). Impossível congelar o modus operandi da prática profissional. As manifestações da questão social, objeto do serviço social e insumo das políticas sociais, se alteram com as transformações da e na sociedade. Agilidade para responder as mudanças no tempo em que favoreçam indivíduos e famílias é um desafio para o serviço social. Ao passo em que este desafio também se constitui numa particularidade da profissão que deve ser socializada com demais atores das diferentes políticas públicas, pois se os assistentes sociais têm que rever suas práticas ao longo do processo histórico do desenvolvimento da profissão, logo, uma de suas mais importantes contribuições é a identificação ágil das transformações que modificam a questão social consubstanciada pelos diferentes interesses políticos e ideológicos presentes na sociedade.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
------	------	-----------------------------	--	-----------------------------------	--	--

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Serviço Social e Equipe Multidisciplinar: Compartilhando desafios de uma atenção integral ao Usuário e Família.	Ana Celina Alves Muniz de Oliveira	Este trabalho tem como objetivo trazer reflexões acerca da inserção do assistente social num grupo multidisciplinar realizado com usuários e familiares, com fragilidades sociais e emocionais, devido ao acometimento por uma doença crônica-degenerativa. Esta atividade é realizada na seção de cirurgia Abdômino-pélvica em uma Unidade Oncológica, na fase pré-operatória. A proposta da equipe formada por: Assistente Social, Enfermeira, Fisioterapeuta, Psicóloga e Nutricionista é implementar um projeto de intervenção, que propicie a humanização do atendimento, e o acolhimento. Propomos ainda, realizar atividades sócio-educativas, que consistam em um movimento de reflexão entre profissionais/usuários/familiares, que através da informação e do diálogo, busquem alternativas para que o usuário e família possam criar e manter uma rede social de apoio necessária para promoção da autonomia no enfrentamento do processo saúde/doença. O Assistente Social desenvolve sua intervenção, no interior desta equipe, pautado no Código de Ética da profissão, e em consonância com os princípios do SUS, que visa à universalidade, integralidade, equidade, participação social e a descentralização. O profissional do Serviço Social defende uma política de saúde pública orientada pela integralidade da atenção e pela superação do tecnicismo e do modelo médico hegemônico. Realiza, ainda, uma análise crítica conjuntural e estrutural, visando a articulação com os serviços intra e extra-institucionais, estimulando o trabalho interdisciplinar, onde a reflexão conjunta, a diversidade de percepções, conhecimentos e ideologias presentes no cotidiano, aponte os possíveis caminhos de intervenção. O Serviço Social compartilha desse trabalho coletivo que visa a humanização do atendimento. Por ser uma profissão histórica e socialmente determinada, que atua nas variadas expressões da questão social, tendo como um dos seus princípios a ampliação e consolidação da cidadania, através desse trabalho, o Serviço Social busca uma abordagem ao usuário como cidadão e sujeito de direito e integrante de diferentes segmentos da classe trabalhadora.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Solidariedade e individualização - uma questão ética para a família na contemporaneidade	Simone Claudino de Oliveira	Este artigo busca demonstrar como a crise de sociabilidade, vigente no atual projeto societário neoliberal interfere na família contemporânea. O deslocamento da cobertura de provisão social, que antes era prerrogativa do Estado foi direcionado à Sociedade Civil, particularizando-se a família. Sob o “discurso neoliberal” a solidariedade e a individualização são utilizadas como instrumentos de emancipação humana.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Trabalhando com famílias em situação de vulnerabilidade social: uma análise crítica	Érica Maria Joia Correia, Katia Aumiller Tarijon, Liliane de Araújo	Este trabalho procura fazer uma análise crítica do projeto desenvolvido pela equipe de Serviço Social do Programa desta Organização na Comunidade de Paraisópolis, em relação a um trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social. Tema escolhido pela equipe pesquisadora por tratar-se de um assunto polêmico e com pouca literatura nacional que trate do assunto. Foram analisados o planejamento e o método de avaliação adotado pela equipe que desenvolveu o projeto, bem como propostas de ações para melhoria. O trabalho está organizado em duas partes. A primeira parte visa apresentar o programa social, seu mantenedor, descrevendo a respeito da estrutura do programa, atividades desenvolvidas e algumas reflexões a respeito da responsabilidade social de empresas e avaliar o processo de planejamento do projeto, instrumentos e técnicas adotadas, estratégias para mobilização e motivação dos participantes, bem como pretende avaliar o sistema de monitoramento e avaliação do projeto. A segunda e última parte destina-se a conclusão da equipe que fez a análise crítica, propondo alternativas de melhoria e implantação de novos métodos de avaliação.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Trabalho Social com famílias como direito socioassistencial previsto na Política de Assistência Social	Elizabete Terezinha Silva Rosa	O trabalho com famílias, nas suas mais diversas configurações, compõe o cotidiano de trabalho de diversos profissionais que atuam em políticas sociais. Portanto se faz necessário ampliar as produções teóricas direcionadas ao trabalho social com famílias, visando desenvolver maior competência técnica e compromisso ético-político na direção da garantia e consolidação dos direitos. O presente trabalho se propõe apresentar algumas reflexões sobre os limites e possibilidades do trabalho social com famílias em especial na política de assistência social. A assistência social como política pública orienta-se pelos direitos de cidadania e não mais pela ajuda ou favor, rompe, portanto, com práticas assistencialistas. A Constituição Federal de 1988 e a LOAS de 1993, afirmam que a política de assistência social é dever de Estado e direito de cidadania da população usuária. Portanto, a PNAS - 2004, a NOB 2005 e a construção do SUAS, vêm concretizar a perspectiva de consolidação da assistência social enquanto direito, visando garantir a proteção social ao cidadão em situação de vulnerabilidade social.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Trabalho social com famílias: um desafio frente à segmentação dos projetos sociais	Marcia Gloria Menezes da Silva	Estudos sobre as novas configurações familiares têm demonstrado que o número de famílias chefiadas por mulheres cresceu, de modo relevante, nas últimas décadas. Reconhecendo que a questão é muito complexa e requer um foco especial de atenção por envolver direitos das crianças e de mulheres em situação de vulnerabilidade social, este trabalho tem como objetivo demonstrar a necessidade de se conhecer a realidade da população alvo da política, seus limites e possibilidades, para que só então sejam propostas ações de intervenção participativa. Com o objetivo de atender a esta demanda, a academia tem disponibilizado cursos de pós-graduação e incentivado linhas de pesquisa voltadas para o estudo do universo familiar, oportunizando espaços interdisciplinares para atender a demandas cada vez mais complexas e universais. O trabalho a seguir baseou-se em pesquisa realizada com 10 famílias chefiadas por mulheres residentes em favelas do Bairro do Butantã, Cidade de São Paulo atendidas pelo PROASF – Programa de Assistência Social a Famílias em 2004. Suas demandas foram comparadas às pesquisas realizadas com 56 famílias em Aveiro, Portugal, (CERQUEIRA, 2003) e entrevistas realizadas com mulheres de todo o mundo, divulgada no vídeo Ouçam a nossa voz: pobres falando de pobreza. Para complementar a análise, foram recuperadas informações coletadas durante minha ação profissional no Programa nas nucleações sócio-educativas realizadas com 310 famílias atendidas.	família e genero
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Transferência de renda e Bolsa Família	Paula Furlan	Este trabalho consiste em uma reflexão sobre os Programas Transferência de Renda destinados às famílias de baixa renda, com foco centrado no Programa Bolsa Família, sintetizando em uma proposta que visa o atendimento integral dessas famílias, possibilitando assim maior eficácia nos resultados do Programa frente à população beneficiária. A opção por este tema está ligada a atuação prática que tive como estagiária de Serviço Social no Centro de Promoção Social Municipal – CEPROSOM, órgão gestor da política de Assistência Social de Limeira. Como estagiária do Cadastro Único, setor responsável pelo Programa Bolsa Família no município, desenvolvi inquietações sobre o parecer da população usuária desse serviço, uma vez que não existem dados referentes a esse assunto no local, podendo assim, sanar algumas dúvidas de técnicos inseridos no Programa. O presente estudo apresenta uma reflexão sobre os pontos positivos e negativos do Programa Bolsa Família, possibilitando melhorias para execução do Programa.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Um estudo sobre as famílias moradoras do Complexo do Alemão.	Maria Fernanda Duarte Araujo Pedro Salgueiro, Ana Maria Branco Arantes	O presente artigo traz algumas contribuições acerca da realidade de vida das camadas empobrecidas e em situação de vulnerabilidade social, especificamente as famílias moradoras do Complexo do Alemão; comunidade onde foi desenvolvido o projeto de Extensão ² intitulado: "Atendimento Social às famílias moradoras do Complexo do Alemão" durante os anos de 2003 e 2004, com o atendimento de 481 e 504 famílias respectivamente. Ao longo da realização de nosso trabalho pudemos observar e levantar dados estatísticos sobre o perfil sócio-econômico e ocupacional das famílias confirmando características de pobreza e risco social. O Complexo do Alemão como é conhecido, refere-se a um conjunto de 12 favelas totalizando uma população de 300 mil habitantes com baixo índice de qualidade de vida no tocante a saneamento básico, educação e estrutura ocupacional. Afirma-se assim, como local carente de infra-estrutura e de políticas sociais que garantam a efetividade dos direitos sociais básicos. Salientamos a importância da realização desse trabalho pela possibilidade de trazer visibilidade, conhecimento e indicativos sobre a realidade das famílias moradoras do Complexo do Alemão e dados de pesquisa para análise crítica e avaliação das políticas públicas hoje implementadas, bem como conhecer as estratégias de sobrevivência e de enfrentamento no cotidiano das populações em situação de risco e vulnerabilidade.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Um estudo sobre representação social de famílias, com adultos em situação de risco social, no Município de Curitiba.	Cleide de Souza de Oliveira, Elisabete do Rocio da Silva Buiar, Roseli Carvalho Muraski	Tendo em vista que a família exerce funções políticas, econômicas e de representação social, podemos afirmar que é afetada pelas diversas transformações políticas, econômicas e sociais. O presente artigo confirma a importância do papel da família na vida das pessoas, sendo que mesmo abandonadas, esquecidas, violadas em seus direitos básicos, buscam resgatar laços familiares.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Violência e drogas: conceituação sob a ótica infantil	Anelise Balardini	<p>Esta pesquisa foi realizada após o projeto de pesquisa apresentado para a disciplina de metodologia do trabalho científico do curso de pós graduação Lato Sensu em Políticas de Atendimento a Criança e ao Adolescente em situação de risco: ênfase em educação e cidadania. Nosso público alvo foram as duas turmas de 4ª séries, as quais colocamos em prática nosso projeto de pesquisa, encontramos crianças de 09 a 13 anos. A população alvo deste projeto se caracteriza por ser altamente vulnerável e sem uma linha clara de demarcação entre a vulnerabilidade e alto risco pessoal e social, haja vista a alta taxa de desemprego do país, a criminalidade e marginalidade que afeta a população da região. A Escola se propõe a atender de forma integral e continuada, viabilizando espaços de crescimento sadio, exercício da cidadania, com serviços voltados ao desenvolvimento integral das crianças, porém, sente muita dificuldade no seu atendimento. O motivo principal desta pesquisa resulta de tudo que se ouve das queixas das crianças em relação a suas famílias, conhecidos, amigos, vizinhos e todas as pessoas que direta ou indiretamente estão ligadas a vida desta. E aí nos perguntamos: até que ponto ela está a salvo da marginalidade, será que ela entende o que acontece ao seu redor, será que sabe se defender? E qual a presença de sua família na sua vida, se na grande parte, os pais e responsáveis lutam por mais um dia de trabalho? Nosso objetivo geral era pesquisar com os alunos de 2 turmas de 4ªs series o que presenciam e o que entendem pelos temas: violência, drogas, família, escola e direitos a fim de que possa ser elaborado um plano específico para auxiliar a equipe pedagógica fazendo ligação entre a escola, o aluno e a família. Segundo estatísticas apresentadas pela prefeitura municipal em 2003, esta região onde se localiza a Escola Municipal Carlos Gomes é chamada de R10 – região do campos do Iguaçu conta com 22.370 habitantes, em média 8% da população do município de Foz do Iguaçu. Diante de tudo que foi apresentado, o grande problema que possui esta região é o alto índice de violência e envolvimento com o tráfico de drogas, problemas estes que envolvem muitas das famílias das crianças matriculadas na escola, e até mesmo as crianças diretamente.</p>	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Violência processo econômico-social junto às relações familiares, ciclo de vida, reprodução - e o Serviço Social	Cristina Lichman, Nadir Maria Heringer	<p>Este trabalho tem por finalidade apresentar recursos para reflexão sobre a constituição familiar, em que pese a questão de gênero, a institucionalização da violência intrafamiliar e a forma como esses processos permeiam os ciclos de vida dos membros que compõem o núcleo familiar.</p>	família e gênero
2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Visita aberta: acolhendo a família e sua rede social	Elza Maria Ferreira De Souza Baldez	<p>Esta proposta de intervenção é o resultado da inserção no curso de capacitação de apoiadores para política estadual de humanização da gestão e da atenção no sistema único de saúde/RN, e a necessidade de um envolvimento com a questão que deriva da realização profissional e pessoal, enquanto trabalhador da saúde, preocupado com o vazio do espaço visita aberta no Hospital Universitário Onofre Lopes; processo pelo qual o curso nos fez despertar para a construção coletiva do referido dispositivo da política de humanização; o curso é uma parceria do MINISTÉRIO DA SAÚDE e coordenado pelo Núcleo de estudos em saúde coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (NESC). Nesta trajetória de construção do sistema, observamos novas questões que demandam respostas urgentes, seja na atenção, seja na gestão, pois ainda acrescentada a este quadro de lacunas, visualizamos desvalorização do trabalhador, fragmentação das práticas exercidas pelos profissionais, frágil vínculo com os usuários, falta de valorização do subjetivo aliada a prática e outros.</p>	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2007	CBAS	Famílias e Relações Sociais	“...Nas redondezas da cidade...: Um estudo do Programa de Assistência Social à Família – PROASF na região Leste de São Paulo”	Maria Helena Cariaga	Este texto é resultado da dissertação de mestrado realizada em 2005. Tem por objeto de estudo o Programa de Assistência Social às Famílias – PROASF, realizado pela Secretaria da Assistência Social – SAS do município de São Paulo, se limita especificamente, à região Leste 1, região que compreende os distritos de Guaianazes, Cidade Tiradentes, Lajeado, Itaquera, Artur Alvim, Parque do Carmo, Cidade Líder, Vila Jacuí, Cangaíba, Vila Curaçá, Jardim Helena e Itaim Paulista. O trabalho desenvolvido nesta região foi fruto de convênio entre a Secretaria da Assistência Social e a Universidade Cruzeiro do Sul. Minha opção por tomar este tema como objeto de minha dissertação de mestrado, foi norteadada pelo fato de que durante o tempo de vigência deste programa, eu haver trabalhado na coordenação dos técnicos que compunham a equipe da região Leste 1. Minha reflexão guarda relação direta com a experiência profissional que venho desenvolvendo desde que me formei como assistente social. Minha intenção neste estudo é construir uma análise crítica do processo de execução do programa, privilegiando a metodologia socioeducativa utilizada na ação junto aos representantes de famílias, principalmente as mulheres, chefes de família. O resultado pretendido nessa análise crítica é a construção de um conhecimento que subsidie a qualificação da intervenção nessa área. Analisar, refletir e sistematizar a ação prática de um programa criado para atender famílias pobres e direcionado às regiões periféricas de uma metrópole, com uma metodologia em desenvolvimento, com a pretensão de dar atendimento de massa – o que significa atender a um grande número de famílias em situação de vulnerabilidade social – este foi o desafio	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Responsabilidade paterna na responsabilidade para com o filho	Elaine Cristina da Silva Demenjour	Este Trabalho de conclusão de curso denominado como “Responsabilidade paterna na perspectiva do cuidado para com os filhos”; tem como objetivo geral da pesquisa conhecer a responsabilidade paterna na perspectiva do cuidado para com os filhos, nas Enfermarias de Pediatria do Hospital Estadual Carlos Chagas. O interesse pelo desenvolvimento de tal temática se deu a partir da vivência de experiência nesse lócus onde desenvolvo estágio curricular de Serviço Social, mediante a aprovação em concurso público, e devido ao fato de não se deparar com a presença do pai nos leitos acompanhando seu filho internado.	família e gênero
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Condição sócio-econômica e prioridades de consumo das praças lotadas na diretoria geral de Assistência Social	Elaine Elias Ledislau	Este trabalho serviu de base para a monografia de conclusão do curso superior de aperfeiçoamento da Escola Superior de Bombeiro Militar, abordou a temática: Condição Sócio-Econômica e Prioridades de Consumo das praças lotadas na Diretoria Geral de Assistência Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, numa perspectiva de conhecer e trabalhar as possíveis relações e conflitos provenientes do consumo exacerbado, em detrimento da renda familiar, ou seja, poder aquisitivo real do Bombeiro Militar e seus dependentes (lar) e prioridades de consumo, com a finalidade de compreender como este conflito renda X consumo se dá, e estabelecer um parâmetro de análise e de acompanhamento aos militares da DGAS que recorrem aos serviços e benefícios oferecidos.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	SUAS, família e protagonismo: desafios para o assistente social	Maria Asenate Conceição Franco	O artigo analisa brevemente o tripé SUAS, família e protagonismo, sob a perspectiva neoliberal, a qual contrasta com os princípios que regem a Política Nacional da Assistência Social PNAS/2004. A matricialidade sociofamiliar, é o eixo da discussão. Por fim, o relato da experiência profissional em um CRAS[2] na região metropolitana de Salvador.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda

2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Mudanças sociais e mudanças familiares:chefia feminina de domicílio em debate	Maria Asenate Conceição Franco	As mudanças contemporâneas ocorridas na sociedade brasileira e na família têm contribuído para o surgimento de novos modelos familiares. Os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais podem impactar de modo negativo e levar à desestruturação familiar e inversão de papéis: família formada por casal com filhos, entretanto é a mulher quem “chefia”.	família e gênero
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Mediação familiar e afetividade	Maria de Lourdes Bohrer Antonio	Expomos sobre a Mediação Familiar endoprocessual e a importância de considerarmos a afetividade como um dos aspectos centrais de seu desenvolvimento. Concluímos que a realização deste trabalho no Judiciário é possível, necessária aos usuários deste serviço público e relevante para ser incorporada como atuação do S.S Jurídico.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O acesso de famílias de crianças com fissura labiopalatina em idade escolar ao programa bolsa família e seus reflexões na qualidade de vida	Jocasta Pardo Gimenez,Silvana Maziero Custodio	Esta pesquisa teve como objetivo geral verificar a influência do Programa Bolsa Família - PBF na qualidade de vida de famílias de crianças com fissura labiopalatina e a contribuição do Serviço Social. Foram entrevistados 34 sujeitos. Concluiu-se a importância do PBF na melhoria da Qualidade de Vida ressaltando-se porém que o mesmo cumpre com o objetivo de aliviar a pobreza mas não de erradicá-la.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Família, mulher e gênero:Um estudo com base no trabalho do assistente social nas décadas de 1940 a 1970	Maurice Silvestre da Silva Moura,Neusa Borges de Santana,Thais Felipe Silva dos Santos,Eunice Teresinha Fávero	Apresenta-se aqui resultados de pesquisa sobre a visão e o trabalho do assistente social com famílias no período de 1936 a 1970, nas vertentes influenciadas pelo doutrinário católico até o desenvolvimentismo. Com recortes sobre as visões de família, mulher/mãe e relações de gênero, este trabalho visa contribuir para a análise crítica das ações profissionais nessas áreas, no tempo presente.	família e gênero
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Violência intrafamiliar: implicações e reflexos na organização familiar	Maria Lucia da Silva Matos	Este estudo propõe abordar a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e o modo como afeta as relações familiares. A violência produz sérios danos físicos e psicológicos que podem afetar um ou todos os membros da família. É na compreensão da maneira como as famílias funcionam e se organizam que é possível identificar seu sistema, subsistemas e fronteiras. As intervenções familiares realizadas com abordagem na teoria sistêmica emergem como estratégia e alternativa no atendimento e tratamento das vítimas.	família e violencia
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Relações Sócio Familiares de Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual Comercial	Catarina Cruz Butel,Helôisa Helena Corrêa da Silva	A Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA) é uma das problemáticas sociais mais cruéis da sociedade brasileira, vitimizando milhares de crianças e adolescentes de diferentes gêneros, variadas faixas etárias, raça ou etnia. A exploração sexual atinge não só estas crianças e adolescentes, mas também as suas famílias. O presente trabalho buscou então, refletir sobre as trajetórias familiares de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual com o intuito de compreender as relações sócio - familiares. Para tanto, o Estudo utilizou-se do estudo de caso de 06 famílias atendidas no Serviço Sentinela da cidade de Manaus, realizado através de pesquisa documental, questionário sócio econômico e entrevistas abertas. O Estudo constatou a similaridade nas trajetórias de vida das famílias de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial. Elementos como, vulnerabilidade sócio econômica, histórias de vida permeadas por dificuldades de diversas naturezas e relações familiares violentas são algumas das situações constantes nas histórias de vida das famílias destas crianças e adolescentes. As considerações do presente Estudo pretendem privilegiar a família como elemento de análise da problemática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.	família e violencia

2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Famílias na Política de Assistência Social: arcabouço conceitual e concepções de família entre os técnicos dos CRAS	Solange Maria Teixeira	Este artigo discute parte dos resultados de uma pesquisa realizada com os membros técnicos da equipe interdisciplinar dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no município de Teresina. Com o objetivo de analisar as concepções de família no arcabouço conceitual da Política de Assistência Social e nas percepções dos profissionais da equipe técnica que implementa a proteção social básica nos CRAS, em Teresina. Os resultados apontam um misto de modernização e conservadorismo nos aspectos conceituais e nas percepções dos profissionais, com reconhecimento da variedade e pluralidade de formas familiares, mas ainda com expectativas conservadoras quanto aos papéis esperados para a família, independentes das mudanças na estrutura familiar.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Questão Social: Impacto no âmbito privado da família nuance do trabalho infantil doméstico	Juliana Marques Petroceli	Reflexão teórica da questão social no sistema capitalista e seus impactos na família, com destaque para o trabalho infantil doméstico. Analisa-se a família como um dos pilares para a reprodução do capital, que desloca para a mulher e as crianças, adolescentes esta reprodução. O trabalho infantil doméstico é destacado como uma das nuances do esfacelamento da família frente a ordem dominante.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A Assistência Social e o princípio da matricialidade sóciofamiliar: alguns elementos para a discussão dos avanços, limites e contradições postos a consolidação do direito a convivência familiar	Daniela Möller	Ao analisar os significados do princípio da centralidade sócio-familiar inscrito na PNAS/2004, busca-se como fundamento a discussão do papel do Estado e da família na reprodução social. O avanço apontado pelo SUAS se impõe na defesa do direito a convivência familiar, já os limites se situam no trato da família como unidade de rendimentos, instituição co-responsável por sua própria Proteção Social.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O CRAS e o trabalho com os idosos- uma transição de ações pontuais ao exercício da política pública de assistência social	Sonia Margarida Anselmo Figueiredo da Silva	O artigo analisa os serviços de atenção ao idoso em Itaguaí, avaliando a centralidade na família para a implementação de serviços inerentes à PNAS. A base conceitual utilizada considera que o trabalho com famílias observa as relações sócio-familiares e comunitárias, a trajetória histórica e as condições socioeconômicas das políticas públicas ao longo dos tempos.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Conceito de famílias nos marcos legais: aplicação na justiça de infância e juventude e nas políticas sociais	Dalva Azevedo Gueiros	Esta comunicação oral identifica e analisa os conceitos de família constantes na legislação e em outros marcos que regulam a justiça da infância e da juventude e as políticas sociais. Demarca uma concepção de família e apresenta subsídio para se refletir sobre a relação do Serviço Social com essa temática.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Violência social e subjetividade	Raquel de Matos Lopes Gentilli	As transformações econômicas, que alargaram desigualdades e originaram mais instabilidade social, estão também desmantelando a instituição familiar, afetando a cultura moderna e a estrutura da subjetividade. Comprometem o presente e condenam o futuro das novas gerações de adolescentes, tornando-as descartáveis e deixado-as à própria sorte para um encontro de risco com as drogas e a criminalidade.	família e violencia

2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Grupo de família: a experiência do Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial CAPS II - Cais do município de Angra dos Reis - RJ	Fernanda Silva de Sena, Patrícia Ferrás Araújo da Silva, Maria Carolina de Souza Costa	Pretendemos relatar a nossa experiência enquanto assistentes sociais com o Grupo de Família realizado na perspectiva da Reforma Psiquiátrica, entendendo que os familiares das pessoas acometidas de transtornos mentais são sujeitos importantes no processo de tratamento, sendo um importante dispositivo que possibilita a troca, instrumentalizando e dando suporte a esse segmento.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Processo de socialização em famílias negras e o fortalecimento das identidades raciais (apoio FAPEMIG)	Angela Ernestina Cardoso de Brito	Este artigo propõe uma reflexão sobre o processo de socialização em famílias negras. Para isso abordam-se questões que se interligam, dando inteligibilidade à discussão. Inicialmente são feitas considerações acerca da identidade racial e socialização em famílias negras, aprofundando para uma discussão sobre a questão racial no Serviço Social.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O Processo de trabalho interdisciplinar no Centro de Referência de Assistência Social: um olhar sobre as famílias da comunidade de São José - Maricá - RJ	Ana Paula da Silva Pereira, Vivian Maria Rodrigues Loureiro Felix, Thiago da Silva Ribeiro, Viviane Teixeira Bustamante, Sandra Ruivo Thomé	O presente trabalho tem por objetivo abordar o trabalho psicossocial com famílias em situação de vulnerabilidade social. Tendo a perspectiva de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a emancipação social. A metodologia utilizada foi a análise institucional, referências bibliográficas, e avaliação das atividades em grupos e projetos realizados neste aparato público.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A gravidez na adolescência: família e Serviço Social	Alessandra de Melo Silva	Neste artigo, pretendo analisar a gravidez na adolescência em populações de baixa renda com objetivo de refletir sobre a importância do convívio familiar e a socialização das relações sociais dos adolescentes das comunidades carentes. E o desafio para o profissional de serviço social em desenvolver um trabalho preventivo sobre a gravidez na adolescência.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	E o Cuidado na Saúde Mental, como anda? O Processo de Desinstitucionalização no Município do Rio de Janeiro: uma avaliação da implantação dos CAPS no período de 2002-2007	Rachel Gouveia Passos	O presente trabalho busca debater o cuidado da pessoa em sofrimento psíquico. Para tanto inicialmente, abordamos o processo de reforma psiquiátrica; em seguida buscamos contextualizar a implantação dos caps no município do Rio de Janeiro, indicando suas características e por último, apontamos alguns entraves e desafios em relação a sobrecarga dispensada às crianças e aos adolescentes no cuidado.	família e saúde
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Análise sobre a centralidade da família na proteção de crianças e adolescentes	Vanessa Miranda Gomes da Silva	A família tem recebido lugar de destaque no enfrentamento às questões que afetam as crianças e os adolescentes. Supõe-se que a proteção ali exercida assumiu um caráter afetivo e individualizado. É apresentada como uma entidade preservada dos valores deletérios e, de certo modo, dissociada da sociedade. A proposta deste artigo é problematizar a participação da família nos esquemas de proteção social e a sua redescoberta como importante substitutivo do Estado na provisão de bens e serviços sociais básicos.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social

2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Mudanças nas famílias: um retrato contemporâneo	Adriana Pereira Souza	Este artigo tem o intuito de refletir sobre as mudanças na família através da diversidade de configurações familiares, levando em consideração a sua contextualização histórica e a realidade da crise humana na contemporaneidade, onde o indivíduo com a perda de identidade muda todo contexto social da temática família.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Usuários de álcool: reconhecimento da patologia em busca de tratamento	Maria Zelma de Lima, Maria Bethânia de Jesus, Jucicleide Pereira Nunes, Raquel de Oliveira Lima	O presente artigo faz parte de uma pesquisa científica realizada com dependentes químicos do álcool. Partiu-se do princípio que o “alcoolicismo é uma doença crônica degenerativa, com aspectos comportamentais e socioeconômico, caracterizado pelo consumo compulsivo de álcool, no qual o usuário torna-se progressivamente dependente”. O objetivo deste estudo foi identificar entre os usuários de álcool, em que estágio da patologia se reconheceram dependentes, e buscaram tratamento, bem como as dificuldades por estes enfrentadas. Teve-se como metodologia um estudo de campo de cunho exploratório com abordagem quanti-qualitativa. A amostra foi constituída de 10 usuários em recuperação. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada. Os resultados revelam que os usuários em recuperação só se reconheceram dependentes quando se encontraram no último estágio da doença. Concluiu-se, que os mesmos resistem em procurar o tratamento logo no início do processo de desencadeamento da patologia por conta do próprio preconceito e da sociedade como um todo, bem como, pela falta de preparo dos profissionais em saúde pública, para tratá-los devidamente como portadores de uma doença crônica.	família e saúde
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A família como rede de apoio: a experiência da APAE de Goiânia	Karine Marques Rodrigues Teixeira, Celita da Guia Mota Cirino, Leciuda Pereira de Souza, Graziella de Souza Almeida, Larissa Migliorini de Araújo, Maria Alice Dias de Almeida Neves, Kênia Cristina Lopes Abrão, Regina Célia Araújo, Marciley Alves dos Santos Costa	Com a LOAS e a PNAS/04 vislumbra-se uma nova perspectiva para a conquista de direitos com acesso a serviços articulados em rede. Neste sentido, a APAE vem se reestruturando com foco na família como rede de apoio. Visando resultados satisfatórios na superação da situação de vulnerabilidade social há um investimento significativo na área social. O presente trabalho visa compartilhar esta experiência que tem apresentado avanços e aponta caminhos para a construção da autonomia das famílias e o seu fortalecimento como rede de apoio.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Famílias em debate: breve ensaio sobre a produção bibliográfica do Serviço Social a respeito do tema “famílias” Parte I - O que dizem os números?	Poliane Goulart de Lima, Ana Cristina Nassif Soares	A produção bibliográfica do Serviço Social tem dedicado significativa atenção à temática “famílias”, evidenciando a importância da sistematização de experiências de trabalho e a socialização de pesquisas realizadas sobre o assunto. Esta parte do estudo apresentado enfoca os dados quantitativos sobre as publicações da Revista Serviço Social e Sociedade e sobre seus autores.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social

2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Famílias em debate:breve ensaio sobre a produção bibliográfica do Serviço Social a respeito do tema "famílias" Parte II – O que estes autores escreveram?	Poliame Goulart de Lima,Ana Cristina Nassif Soares	A produção bibliográfica do Serviço Social tem dedicado significativa atenção à temática "famílias", evidenciando a importância da sistematização de experiências de trabalho e a socialização de pesquisas realizadas sobre o assunto. Nesta parte do estudo, são apresentados conteúdos abordados pelos autores de forma sucinta, porém, elucidativa quanto à temática pesquisada.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	As dificuldades no enfrentamento cotidiano das famílias monoparentais no município de Guarujá	Nedivan de Souza Passos	Este trabalho é o resultado de uma pesquisa objetivando conhecer a realidade das famílias monoparentais. Por meio de uma pesquisa qualitativa, sobre o modo de vida e relações cotidianas dos entrevistados, distinguimos conceitos e definições de modelos familiares da atualidade. Consideramos que por meio de políticas públicas e da ação do Serviço Social se pode minimizar as dificuldades encontradas.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Ser deficiente na sociedade capitalista: uma breve análise estas vozes historicamente silenciadas	Ana Lúcia Martins Kamimura	Este artigo tem a finalidade analisar na relação estabelecida no cotidiano dos grupos sociais das pessoas com deficiência, os mecanismos que favorecem os processos de vitimização adotados por parte da família e da própria pessoa com deficiência, além dos meios que provocam culpabilização de ambas que impede a autonomização do sujeito para favorecer a vez destas vozes historicamente silenciadas.	família e saúde
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Contribuições para o debate sobre adoção e pobreza no Brasil	Joana Garcia,Elis Lago,Daiane Pacheco,Camila Nunes de Oliveira,Paula da Silva Nascimento,Nathalia Marques,Marcelle Santos,Aline Brandão	O artigo discute a adoção, considerando a pobreza, como um dos principais fatores predisponentes. Apresenta-se um esboço sobre os valores e formas de intervenção na pobreza no período republicano, cujos fundamentos permanecem, a despeito de alterações nas legislações. Será apresentada uma caracterização do fenômeno da adoção, indicando alterações sofridas no tempo, seguidas de algumas hipóteses.	Família e segmentos sociais vulneráveis: criança, adolescente, idoso e proteção social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A mulher pelos olhos do governo: algumas reflexões sobre a participação das mulheres em programas sociais	Flávia Cristina da S Cabral	Este estudo busca realizar uma reflexão acerca da maternidade, ou seja, de seu significado e uso político no conjunto das políticas sociais orquestradas pelo Estado. Contudo é, pois, necessário realizar breves considerações históricas sobre o significado da maternidade, de que forma que os permita entendê-la maternidade não como algo natural, mas enquanto um fenômeno cultural, de caráter provisório, que no discurso modernidade vem ganhando reforço principalmente no apelo dirigido à "mulher- mãe", orquestrado pela figura do Estado quando está envolto à determinadas políticas sociais.	família e gênero
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Invisibilidade do trabalho familiar: uma discussão sobre o cuidado na política de atenção humanizada ao recém-nascido - método canguru	Camile Alves Cezar,Regina Célia Tamaso Miotto,Mariana Silveira Barcelos	Tradicionalmente, as famílias têm assumido o cuidado das pessoas, cuidar na família é uma ação que se repete nos espaços onde convivem crianças, idosos, pessoas dependentes ou doentes. Isso significa que o cuidado acaba sendo sempre tratado como uma questão de família. Nesse contexto é que se articula o interesse em estudar e compreender como o trabalho familiar vem sendo rebatido nas discussões da política social, em especial na saúde.	família e saúde

2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Uma reflexão teórica sobre políticas de proteção social à família	Lislei Teresinha Preuss, Caroline Chitolina, Silvia Cristina Segatti Colombo, Lurdes Aparecida Grossmann	Esta reflexão teórica centra-se nas políticas de proteção social à família, que podem transformar-se em mecanismos na garantia de direitos e preservação da cidadania. O foco do estudo na família, pois se entende que as transformações nesta instituição afetam os demais núcleos de sociabilidade passando a exigir do Estado e Sociedade políticas de intervenção, especificamente de proteção.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Os elementos históricos da família: um olhar sobre os novos arranjos familiares	Simone Tavares da Silva Costa, Andréa Costa de Almeida	Este artigo tem como objetivo verificar as transformações ocorridas na organização familiar no contexto das mudanças no mundo do trabalho. E em se tratando de um estudo sobre família se fez necessário um panorama sobre a história das diversas formas de família e verificou-se que ela é mutável e dinâmica.	Família: Conceito, tipologia, transformações e centralidade na Proteção Social
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	O protagonismo da liderança feminina na cooperativa reciclo – uma análise no contexto da família contemporânea.	Carla Fernanda Silva Prado, Aline Machado de Moraes dos Santos, Amanda Ricardo de Pinho, Ariely de Castro Silva, Thaísa Emerick Menezes, Maria Valéria Duarte de Souza	O presente trabalho tem como objetivo fazer um paralelo entre as mudanças estruturais do modelo familiar, e os seus devidos reflexos para o protagonismo da liderança feminina nas cooperativas, centralizando-se essencialmente na experiência da Cooperativa Reciclo.	família e gênero
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A intervenção do Serviço Social no alojamento de mães em maternidade do município do Rio de Janeiro	Neida Luciana dos Santos, Sara de Almeida Santos Fontainha	Este trabalho tem o objetivo de abordar a intervenção do Serviço Social junto às mães usuárias do alojamento de mães, em maternidade do município do Rio de Janeiro, baseado na experiência profissional da equipe do serviço social.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	A Prática profissional com famílias na assistência social em Palmas no Tocantins.	Maria Helena Cariaga Silva	A presente proposta de pesquisa tem por objetivo contribuir para a produção de conhecimento na área do serviço social e da ação profissional nos Centros de Referência da Assistência Social. O que, de acordo com as palavras de Myrian V. Baptista é parte integrante do processo da pesquisa: A pesquisa, (...) implica um processo de reflexão, de análise e de produção de conhecimento de explicações e de ações, que busca compreender como se operam as mudanças nas condições da sociedade e como uma atuação pode ocorrer para o alcance dos avanços considerados necessários (2006:71).	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família

2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Ensaio acerca da investigação que envolve as políticas para as famílias vulneráveis de Miracema e Rios dos Bois - Tocantins	Celia Maria Grandini Albiero, Maria Helena Cariaga, Janaíza de Jesus Silva Figueiredo	Este relato de experiência envolve o projeto de pesquisa ““A realidade das famílias em situação de vulnerabilidade social da região central – TO”, que faz parte do Curso de Serviço Social no Município de Miracema do Tocantins, que visa conhecer o perfil das famílias dos municípios de Miracema e de Rio dos Bois, tem como objeto de estudo a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias, conhecer e analisar a realidade social das famílias dos dois municípios, de identificar as reais necessidades dessas famílias e suas demandas, suas estratégias de sobrevivência e seus enfrentamentos no cotidiano. Tem como propósito também, articular as políticas públicas com ênfase no território e na participação da comissão local, contribuindo também, para uma formação de qualidade, através da conexão de informações entre a comunidade e a universidade. Visando alcance desejado, temos como algo primordial conhecer e estudar a realidade local dessas famílias, para que então, possamos entender melhor sua real conjuntura social, seus anseios e necessidades, e o que tais famílias em situações semelhantes de condições de vida sofrem historicamente, portanto, enfatizar a importância da implementação nesses municípios de políticas públicas como SUAS, CRAS e CREAS. A pesquisa conta com o resultado parcial dos planos de trabalho de discente do curso de Serviço Social do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal que envolve o estudo bibliográfico e a coleta de informações, envolvendo as políticas públicas frente à vulnerabilidade social, a assistência social e os seus aportes legais e o a vulnerabilidade social das famílias brasileiras. Serão pesquisadas em média 2462 famílias. Os resultados do pré-teste já realizado no município de Miracema nos remete a uma reflexão sobre questões como pobreza e miséria tão presentes na realidade das famílias do município e como as políticas públicas se distanciam de uma ação efetiva e eficaz na efetivação dos seus direitos.	Família e Proteção Social não-contributiva: pobreza e programas de transferência de renda
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Um estudo sobre o trabalho junto às famílias no Centro de Referência de Assistência Social do município de Resende/RJ	Sharlenne Costa Pereira Nunes, Alessandra de Sant'anna	O estudo trata da análise acerca da intervenção junto às famílias do CRAS no município de Resende/RJ. A emergência do SUAS dá visibilidade a intervenção voltada ao indivíduo sem que se desconsidere a inserção familiar e comunitária do demandatário da ação. O estudo aponta a importância do trabalho despendido de pré concepções para que prática esteja voltada para autonomia dos usuários do CRAS.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família
2010	CBAS	Famílias e Relações Sociais	Família e dependência química: relatos de experiência de atendimentos do serviços de atenção aos dependentes químicos, na secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania, na cidade de Manaus	Cláudia Leonor Gomes Barros, Diego Souza Aguiar, Renata Santos Guedes, Julieta Emília Barbosa Moraes, Luana Machado dos Santos, Valdenice Pereira dos Santos	Nesse trabalho será apresentado um panorama dos atendimentos realizados no Serviço de Atenção aos Dependentes Químicos – disponibilizado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania, na cidade de Manaus – com foco principal no envolvimento da família no processo de reabilitação de seu ente em situação de risco.	Processos de Intervenção do Serviço Social com Família